

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

CAROLINA ROCHA BATISTA

**INDUSTRIALIZAÇÃO DE MINAS GERAIS: UMA ANÁLISE REGIONAL DA
INDÚSTRIA MANUFATUREIRA E FABRIL ENTRE OS ANOS DE 1907 E 1954**

Varginha/MG
2021

CAROLINA ROCHA BATISTA

**INDUSTRIALIZAÇÃO DE MINAS GERAIS: UMA ANÁLISE REGIONAL DA
INDÚSTRIA MANUFATUREIRA E FABRIL ENTRE OS ANOS DE 1907 E 1954**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Economia pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Economia e Desenvolvimento.

Orientador: Dr. Michel Deliberali Marson

Varginha/MG
2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas
Biblioteca *campus* Varginha

Batista, Carolina Rocha.
B333i Industrialização de Minas Gerais : uma análise regional da indústria
manufatureira e fabril entre os anos de 1907 e 1954 / Carolina Rocha Batista. -
Varginha, MG, 2021.
177 f. : il. -

Orientador: Michel Deliberali Marson.
Dissertação (mestrado em Economia) - Universidade Federal de Alfenas,
campus Varginha, 2021.
Bibliografia.

1. Desenvolvimento econômico - Minas Gerais. 2. Industrialização - Minas
Gerais. 3. Indústria - História. I. Marson, Michel Deliberali. II. Título.

CDD – 338.9

INDUSTRIALIZAÇÃO DE MINAS GERAIS: uma análise regional da indústria manufatureira e fabril entre os anos de 1907 e 1954

A Banca examinadora abaixo-assinada aprova a Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Economia pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Economia e Desenvolvimento.

Aprovada em: 01 de junho de 2021.

Prof. Dr. Michel Deliberali Marson
Instituição: Universidade Federal de Alfenas

Prof. Dr. Marcel Pereira da Silva
Instituição: Universidade Federal de Alfenas

Prof. Dr. Daniel do Val Cosentino
Instituição: Universidade Federal de Ouro Preto



Documento assinado eletronicamente por **Daniel do Val Cosentino, Usuário Externo**, em 01/06/2021, às 22:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Michel Deliberali Marson, Presidente**, em 01/06/2021, às 22:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcel Pereira da Silva, Técnico Administrativo em Educação**, em 01/06/2021, às 22:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0523096** e o código CRC **D591792B**.

Dedico aos meus pais que me deram a base necessária para seguir sempre em frente na vida e lutar por um mundo mais justo através da educação.

AGRADECIMENTOS

A Deus por toda força e proteção.

A todos os meus professores, minha fonte de inspiração e que, desde a infância, demonstraram muita dedicação em ensinar e estimular a busca pelo conhecimento.

Ao meu orientador professor Doutor Michel Deliberali Marson, que desde o início buscou colaborar, incentivar e inspirar este trabalho.

Agradeço à Universidade Federal de Alfnas e aos Professores que tanto nos ensinaram.

A todos meus amigos e colegas que sempre torceram por mim e pelo alcance dos meus sonhos.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

RESUMO

O debate sobre a industrialização de Minas Gerais ganhou relevância no século XX, mas pouco foram os estudos que demonstraram as características industriais da época. No intuito de contribuir com a história da indústria manufatureira e fabril em Minas, o presente estudo tem como objetivo demonstrar o processo de desenvolvimento regional e industrial na primeira metade do século XX através das características históricas do estado, análise regional do perfil industrial e das articulações políticas envolvidas na evolução econômica e de modernização da região. Buscou-se identificar quais foram as principais empresas da época e a ligação com a elite política da região, através das análises históricas dos empresários, sínteses dos principais planos, projetos e criação de instituições que contribuíram tanto para a modernização regional em Minas como para o desenvolvimento industrial. Parte-se da hipótese de que, principalmente a partir da década de 1930, o desenvolvimento regional mineiro avaliado pela ótica da industrialização foi modificado devido aos discursos políticos sob a perspectiva do aumento do setor siderúrgico em Minas e as consequências positivas deste setor para os demais setores da economia. Tendo em vista este argumento, foi possível captar neste trabalho que, mesmo apesar de ter ocorrido um aumento da produção industrial da siderurgia, durante todo o século XX o perfil industrial mineiro foi predominantemente agroindustrial, ou seja, uma indústria de transformação voltada a bens consumos não duráveis, sendo que até mesmo os dados de 1954 demonstraram o quão forte é a indústria de alimentação no estado. Além disso, neste trabalho foi possível verificar a afirmação contida na literatura de que, de fato, ocorreu a troca de posição entre as regiões Zona da Mata e Centro e que, além disso, a indústria manufatureira e fabril em Minas foi marcada pela dupla concentração industrial: a concentração em regiões específicas e a concentração em produtos/setores específicos. Durante os três anos analisados para a indústria manufatureira e fabril em 1907, 1937 e 1954, observou-se mudanças regionais da indústria, assim como o aumento do capital empregado e expansão territorial, sendo que nestes mesmos anos lideraram, os ramos industriais de fiação e tecelagem, laticínios/manteigas/queijos e metalurgia.

Palavras-chave: indústria manufatureira e fabril; regiões; Minas Gerais.

ABSTRACT

The debate on the industrialization of Minas Gerais gained relevance in the twentieth century, but there were few studies that demonstrated the industrial characteristics of the time. In order to contribute to the history of the manufacturing industry in Minas, the present study aims to demonstrate the process of regional and industrial development in the first half of the 20th century through the historical characteristics of the state, regional analysis of the industrial profile and articulations policies involved in the region's economic evolution and modernization. It was sought to identify which were the main companies of the time and the connection with the political elite of the region, through the historical analyzes of the entrepreneurs, summaries of the main plans, projects and creation of institutions that contributed to both the regional modernization in Minas Gerais and to the industrial development. It is based on the hypothesis that, mainly from the 1930s onwards, the regional development of Minas Gerais assessed from the perspective of industrialization was modified due to political discourses from the perspective of the increase of the steel sector in Minas Gerais and the positive consequences of this sector for the others. sectors of the economy. In view of this argument, it was possible to capture in this work that, despite the fact that there was an increase in the industrial production of the steel industry, throughout the 20th century the industrial profile of Minas Gerais was predominantly agroindustrial, that is, a transformation industry focused on consumer goods not durable, even the 1954 data demonstrated how strong the food industry in the state is. In addition, in this work it was possible to verify the statement contained in the literature that, in fact, there was a change of position between the Zona da Mata and Centro regions and that, in addition, the manufacturing industry in Minas was marked by the double concentration industrial: concentration in specific regions and concentration in specific products / sectors. During the three years analyzed for the manufacturing industry in 1907, 1937 and 1954, regional changes in the industry were observed, as well as an increase in the capital employed and territorial expansion, and in these same years they led the industrial branches of spinning and weaving, dairy / butters / cheeses and metallurgy.

Keywords: manufacturing industry; regions; Minas Gerais.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Concentração da Indústria por região – 1907	93
Gráfico 2 - Concentração da Indústria por ramo industrial – 1907	95
Gráfico 3 - Representatividade dos setores industriais de Minas Gerais (Produção Industrial) – 1907	106
Gráfico 4 - Representatividade dos setores industriais de Minas Gerais (Produção Industrial) – 1907	113
Gráfico 5 - Concentração da Indústria por ramo industrial – 1937	114
Gráfico 6 - Representatividade dos Setores Industriais de Minas Gerais (Produção Industrial) – 1937	124
Gráfico 7 - Concentração da Indústria por região – 1954	133
Gráfico 8 - Concentração da Indústria por ramo industrial – 1954	133
Gráfico 9 - Representatividade dos setores industriais de Minas Gerais - 1954 (em cruzeiros)	141

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Produção Industrial por Município - 1907 (em mil réis)	90
Mapa 2 - Produção Industrial por Município - 1937 (em mil réis)	108
Mapa 3 - Produção Industrial por Município - 1954 (em cruzeiros).....	128

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Principais empresas com ações no patrimônio de fazendeiros de Juiz de Fora 1870/1929.....	44
Quadro 2 - Perfil comparativo da elite política mineira	46
Quadro 3 - Divisão das bases sociais	63
Quadro 4 - Elite mineira por profissões	65
Quadro 5 - Fatos históricos da Indústria Têxtil em Minas	94

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Participação regional do valor da produção agrícola (em percentagem)	55
Tabela 2 - Valor da produção industrial	56
Tabela 3 - Distribuição da elite (política) por zona, 1890-1937.....	60
Tabela 4 - Valor oficial dos principais produtos mineiros exportados em 1919.....	60
Tabela 5 - Distribuição das variáveis da Indústria Manufatureira e Fabril por zonas geográficas - 1907.....	90
Tabela 6 - Distância do valor da Produção Industrial entre maior e menor região - 1907.....	92
Tabela 7 - Ramos Industriais da Indústria Fabril de Minas Gerais 1907	92
Tabela 8 - Relação de fábricas de tecidos instaladas em Minas Gerais entre 1872 e 1900.....	96
Tabela 9 - Estatística Industrial Comparativa entre Minas, São Paulo e Brasil para as Fábricas de Tecidos de algodão.....	98
Tabela 10 - 5 maiores Ramos Industriais pela Produção Industrial por região – 1907.....	101
Tabela 11 - 10 Municípios mais industrializados – 1907.....	102
Tabela 12 - Proprietários/Empresas com produção industrial igual ou superior a 1% sobre o total geral	103
Tabela 13 - Setor Industrial predominante por Zona Geográfica pela Produção Industrial - 1907.....	106
Tabela 14 - Distribuição das variáveis da Indústria Manufatureira e Fabril de Minas Gerais por Zonas geográficas - 1937	109
Tabela 15 - Distância do valor da Produção Industrial entre maior e menor região - 1937...	111
Tabela 16 - Ramos Industriais da Indústria Fabril Manufatureira e Fabril de Minas Gerais com representatividade igual ou superior a 1% sobre o total geral – 1937	111
Tabela 17 - Minas Gerais: evolução das exportações de laticínios (em toneladas)	112
Tabela 18 - 5 maiores Ramos Industriais pela Produção Industrial por região – 1937.....	115
Tabela 19 - 10 Municípios mais industrializados – 1937.....	116
Tabela 20 - Proprietários/Empresas com capital industrial igual ou superior a 1% sobre o total geral	117
Tabela 21 - Setor Industrial predominante por Zona Geográfica pela Produção Industrial - 1937	123
Tabela 22 - Participação de alguns ramos industriais na estrutura industrial - 1940	123
Tabela 23 - Principais Ramos Industriais da Indústria Manufatureira e Fabril de Minas Gerais – 1954	131
Tabela 24 - Minas Gerais: evolução da produção siderúrgica 1932-40	134
Tabela 25 - Distribuição da produção industrial da Indústria Manufatureira e Fabril por zonas geográficas - 1954.....	135
Tabela 26 - 5 maiores Ramos Industriais pela Produção Industrial por região – 1954.....	137
Tabela 27 - 10 Municípios mais industrializados – 1954.....	138
Tabela 28 - Setor Industrial predominante por Zona Geográfica pela Produção Industrial – 1954	140

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDMG - Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais S.A.
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CVRD - Companhia Vale do Rio Doce
DER-MG - Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais
FENTISA - Fertilizantes Minas Gerais S.A
FIEMG - Federação das Indústrias de Minas Gerais
FRIMISA - Frigorífico de Minas Gerais
INDI - Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais
PP - Partido Progressista
PR - Partido Republicano
PRM - Partido Republicano Mineiro
PSB - Partido Socialista Brasileiro
PSD - Partido Social Democrático
PSN - Partido Social Nacionalista
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
RVM - Rede Mineira de Viação
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI - Serviço Social da Indústria
UDN - União Democrática Nacional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	HISTÓRIA E ORIGENS DA INDUSTRIALIZAÇÃO MINEIRA	20
2.1	DEBATES E INTERPRETAÇÕES SOBRE A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA 20	
2.2	O DESENVOLVIMENTO REGIONAL MINEIRO	29
2.2.1	Aspectos geográficos.....	32
2.2.2	Aspectos regionais e sociais: o desenvolvimento das regiões Sul e Zona da Mata	34
2.2.3	Aspectos políticos: a consolidação da região Central	48
2.2.4	Aspectos econômicos: o atraso relativo de Minas Gerais	53
3	ESTRATÉGIAS PARA A ECONOMIA MINEIRA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX	59
3.1	CONTEXTO TEÓRICO DO PROBLEMA DA MODERNIZAÇÃO REGIONAL	59
3.2	MECANISMOS PARA A MODERNIZAÇÃO: PLANOS, PROJETOS E FIGURAS PÚBLICAS	72
4	O PERFIL INDUSTRIAL DE MINAS GERAIS ENTRE 1907 E 1954	86
4.1	ESTATÍSTICAS DA INDÚSTRIA MANUFATUREIRA E FABRIL: DEFINIÇÕES 86	
4.2	O PERFIL INDUSTRIAL DE MINAS EM 1907	89
4.3	O PERFIL INDUSTRIAL DE MINAS EM 1937	107
4.4	O PERFIL INDUSTRIAL DE MINAS EM 1954	127
5	CONCLUSÃO	142
	REFERÊNCIAS	145
	APÊNDICE	154

1 INTRODUÇÃO

O tema da industrialização, ao ser objeto de estudo, mostra possuir elementos intrínsecos ao desenvolvimento econômico que, em parte de análises dos estudos econômicos e sociais, caracteriza-se com um elemento positivo e de avanço para a sociedade.

Nas palavras de Paula (2001), a associação entre desenvolvimento e industrialização se dá pela tentativa da sociedade em se defender através das ideias de nação desenvolvida e país economicamente forte, ou seja, uma visão de independência e economia fortalecida como elementos essencialmente ligados a capacidade de industrialização do país.

Em âmbito do pensamento internacional, para Furtado (1974) a ideia de que o desenvolvimento econômico está interligado com a industrialização dentro das ciências sociais, surge de um consenso, mais especificamente de um mito, de que o caminho de desenvolvimento via processo de industrialização, como o que ocorreu nos países líderes da Revolução Industrial, deve ser universalizado. Contudo, são as consequências deste tipo de desenvolvimento é que devem ser avaliadas e analisadas, tendo em vista o processo pelo qual passam os países subdesenvolvidos¹, como é o caso do Brasil. Ou seja, a análise de cada situação específica, é de fundamental importância para se chegar a conclusões sobre a ligação entre os termos industrialização e desenvolvimento.

No pensamento econômico nacional, de acordo com Curado (2013) o debate entre industrialização e desenvolvimento econômico deve ser contextualizado de acordo com as condições históricas vigentes. O período do império ficou caracterizado pelo debate mais intenso em defesa da vocação agrícola do país. Com a Proclamação da República, as discussões sobre o processo de industrialização como via de superação para o subdesenvolvimento foi tomando mais forma no final do século XIX e se materializando no século XX, tendo como base de justificativa a ideia de eliminação do caráter colonial da economia brasileira, a observação internacional de que a industrialização era elemento essencial para o desenvolvimento e o impacto positivo que a redução das importações de produtos industriais traria para as contas externas e, conseqüentemente, a redução da dependência econômica externa (CURADO, 2013).

¹ Para Furtado (1974) a análise sobre a busca pelo desenvolvimento econômico via processo de industrialização em um país, pode acarretar consequências negativas do ponto de vista da concentração de renda e desigualdade social. A ocorrência da industrialização em países subdesenvolvidos nem sempre elimina a característica de país periférico, considerando-se a evolução dos termos de intercâmbio, forma pelo qual se dá a acumulação de capital, intensificação do comércio internacional, entre outros, devendo-se levar em conta o processo histórico de subdesenvolvimento, processo externo de dependência e processo interno de exploração.

Dessa forma, o período em que se trata a análise deste trabalho que inclui a história sobre a industrialização mineira entre o início da República e, em maior parte, a primeira metade do século XX se insere no contexto do debate sobre a defesa da industrialização do país, uma vez que remete ao período em que os debates industriais foram mais intensos.

A história da industrialização brasileira - com maior discussão teórica durante o século XX, mostrou ser heterogênea e enfatiza alguns estados pelas suas especificidades e importância na pauta do total da produção industrial como o Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Enquanto algumas regiões passaram por processos mais diversificados e alcançaram maior dinamismo, outras regiões ficaram atrasadas e não conseguiram dar grandes saltos nos setores industriais marcando assim, um desenvolvimento desigual.

De acordo com Simonsen (1973), a partir da análise dos dados estatísticos do censo industrial do Brasil de 1907, pode-se afirmar que o Distrito Federal liderava na produção industrial do país com representatividade de 30%, seguido pelos estados de São Paulo com 16%, Rio Grande do Sul com 7% e Minas Gerais, 4%.

No contexto do estudo sobre a industrialização já no século XX, Minas Gerais aparece como um estado importante e o seu processo de desenvolvimento regional é cercado por especificidades acerca do papel do Estado, dos fatores políticos, econômicos, sociais e geográficos. As variações do desenvolvimento econômico em Minas aparecem não só do estado em geral frente as outras regiões brasileiras, mas suas próprias sub-regiões internas demonstram um certo grau de desenvolvimento desigual. As especificidades em relação ao papel do Estado indicam qual a relação entre o desenvolvimento econômico e regional e a presença ou não do governo em busca da concretização de um determinado objetivo.

Já os fatores políticos, conforme Dulci (1999) são caracterizados pela presença de estruturas regionais e tradicionais de poder no qual o atraso econômico de uma determinada região pode resultar em um direcionamento político organizado no intuito de alcançar um impulso no desenvolvimento, podendo obter até mesmo vantagens por estar numa condição de atraso, visto que nesta situação, é possível pular etapas no processo de industrialização e obter uma modernização de maneira mais rápida. Além disso, nesta mesma condição a utilização de substituição dos fatores inexistentes aparecem com forte frequência durante as tentativas de avanço industrial. Dessa forma, uma coesão estratégica entre as elites² aparece como alternativa de adotar políticas econômicas eficazes (DULCI, 1999).

² Dulci definiu quatro divisões para as elites mineiras: elite política, elite agrária, elite empresarial urbana e elite técnica. O conceito de elite é interpretado pela minoria que detém o domínio de um grupo social.

Os fatores econômicos, por sua vez, são marcados pela combinação entre o sistema de planejamento macroeconômico e as vantagens comparativas³ de cada região capazes de fornecer os fatores necessários ao impulso da industrialização.

Se tomamos para o caso mineiro os fatores citados anteriormente, temos de maneira geral que o papel do Estado, atuando em conjunto com as elites dirigentes de cada região, mostrou ser bem ativo de modo a contribuir para um grande impulso no avanço da industrialização e desenvolvimento das regiões. Isso porque o Estado é utilizado principalmente para suprir as falhas de mercado ou até mesmo executar os fatores primordiais em que o setor privado não conseguiu desenvolver por razões específicas.

Apesar do desenvolvimento mineiro neste trabalho enfatizar as questões relacionadas a industrialização, é importante analisar as questões da modernização da agricultura. Assim, o desenvolvimento regional mineiro articulado numa perspectiva de modernização regional passou por etapas distintas, mas que também integraram entre si: a modernização via agricultura e a modernização via indústria. Em determinados períodos, como final do século XIX e início do século XX observou-se certo avanço na diversificação agrícola. Já em outros períodos, como no final da primeira metade do século XX, as discussões do desenvolvimento mineiro ficaram mais pautadas em questões estruturais, como energia elétrica, rodovias, siderurgia que fosse capaz de promover o avanço industrial desejado a partir da mudança e do direcionamento e ações governamentais.

Em um país marcado pela característica econômica primário-exportadora, principalmente entre o período do final do século XIX e início do século XX, Minas Gerais aparece não só como reflexo deste contexto, mas também como grande estado contribuinte na literatura que busca desenvolver reflexões acerca do desenvolvimento industrial do país. É certo que Minas merece destaque no que diz respeito a economia do país, a começar pela mineração iniciada no século XVII e aprofundada no século XVIII. É também de comum acordo que o atraso relativo⁴ sofrido por Minas foi resultado da exploração de suas riquezas e da pouca

³ O termo “Vantagens comparativas” foi utilizado por David Ricardo em 1817 em seu livro *The Principles of Political Economy and Taxation*. Posteriormente, foi mencionado diversas vezes por outros autores como um dos fatores para superação do atraso econômico, tanto em âmbito de relações internacionais dos países como até mesmo entre estados e regiões. Em “O Mito do Desenvolvimento Econômico” Furtado (1974) deixa seu ponto de vista a esta visão considerando que esta teoria, apesar de ter demonstrado justificativas para especialização internacional, deixou de lado elementos no que diz respeito às diferenças desenvolvidas pela evolução do progresso técnico, o que tornava os países periféricos grandes importadores de bens de consumo simultaneamente ao processo de apropriação do excedente pela minoria.

⁴ A denominação “atraso relativo” foi feita para caracterizar a tomada de consciência da economia mineira no que diz respeito ao seu atraso econômico em comparação com outros estados, como no caso de São Paulo. Dulci (1999) menciona o termo em seu estudo sobre o desenvolvimento e modernização regional de Minas Gerais relacionando esse atraso relativo por parte das relações econômicas com as articulações políticas realizadas.

dinâmica do estado resultante de um espaço territorial tão grande e ao mesmo tempo tão diversificado.

Entretanto, apesar da importância econômica de Minas no país como um todo, o entendimento do atraso econômico relativo mineiro ainda carece de investigações na história da antiga província, visto que boa parte da história da industrialização brasileira, ao focar o desenvolvimento de São Paulo, deixa de lado raízes e justificativas importantes, como no caso de Minas Gerais. Sendo assim, o presente estudo, ao demonstrar o perfil industrial de Minas Gerais, tal como as principais discussões do governo realizadas em prol do desenvolvimento incorpora à literatura em análise os resultados encontrados nesta relação.

Esta pesquisa parte-se da hipótese de que, principalmente a partir da década de 1930, o desenvolvimento regional mineiro avaliado pela ótica da industrialização foi modificado devido aos discursos políticos sob a perspectiva do aumento da produção industrial do setor siderúrgico em Minas e as consequências positivas deste setor para os demais setores da economia.

Sendo assim, o presente estudo tem como objetivo demonstrar o processo de desenvolvimento regional e industrial na primeira metade do século XX através das características históricas do estado, análise regional do perfil industrial e das articulações políticas envolvidas na evolução econômica e de modernização da região a fim de captar se, de fato, o perfil industrial se modificou durante o período avaliado.

A metodologia utilizada neste trabalho consiste na revisão de literatura referente a história econômica de Minas Gerais no final do século XIX e a que trata do período da primeira metade do século XX. Posteriormente, será feita uma síntese do processo político e econômico em prol da modernização regional até final da primeira metade do século XX, a fim de entender como se deu a concretização dos principais planos, projetos e criação de instituições. Logo após, serão analisados os dados industriais para os anos de 1907, 1937 e 1954 a fim de demonstrar o perfil industrial mineiro nestes anos.

Os dados industriais analisados foram pouco explorados pela literatura e fornecem uma visão importante sobre as empresas da indústria manufatureira e fabril de Minas no século XX, o que tornou possível avaliar qual a relação existente entre os principais industriais da época e a elite política da região, fator fundamental para análise histórica da industrialização mineira.

A fonte dos dados desta pesquisa consiste nos dados do Centro Industrial do Brasil⁵ de 1907, o Anuário Industrial do Estado de Minas Gerais de 1937, Anuário Estatístico de Minas Gerais de 1955⁶, entre outras obras que tratam da vida industrial de Minas.

O limite temporal para o estudo compreende-se a primeira metade do século XX, com ressalvas para final do século XIX. A escolha desse período se deve ao fato de que o entendimento do perfil industrial dos anos 1907, 1937 e 1954 necessita da revisão de literatura da economia mineira, uma vez que se trata de uma economia dinâmica, de desarticulação entre as regiões e diferentes processos econômicos em períodos distintos. Além disso, o final do século XIX até final da década de 1950 aparece como o marco do avanço da economia mineira e até mesmo consolidação da estrutura industrial, visto que entre esse período houve mudanças de direcionamentos nas políticas tradicionais como criação de órgãos e instituições, abrindo caminhos para mudanças sociais, com maior presença do Estado em prol da defesa da modernização da economia mineira paralelo à mudança de posição de importância das principais zonas econômicas do estado.

A partir desta abordagem sobre o tema da industrialização, o presente trabalho está estruturado em quatro capítulos, incluindo esta introdução, conforme descrito a seguir.

No segundo capítulo é feita uma breve contextualização da industrialização brasileira abordando os principais debates sobre a origem e interpretação da indústria no Brasil, uma revisão sobre a história e origens da industrialização mineira com as principais características sobre o desenvolvimento e dinâmica das principais regiões.

No terceiro capítulo, serão abordados os principais debates e ações acerca do processo de desenvolvimento de economia mineira, assim como os desdobramentos da modernização regional na primeira metade do século XX.

No quarto capítulo, será demonstrado o perfil da indústria manufatureira e fabril, especificamente nos anos 1907, 1937 e 1954, analisando a dinâmica ocorrida entre as regiões, os tipos de concentração nos setores industriais mais importantes, avaliando-se variáveis como capital e reserva das empresas, produção industrial, principais regiões/cidades produtoras, ramos e setores industriais, produtos comercializados, dinâmica da importância das regiões e

⁵ O Centro Industrial do Brasil foi uma entidade fundada no Rio de Janeiro em 15 de agosto de 1904 com o objetivo de alcançar a promoção do desenvolvimento e fortalecimento dos diversos ramos da indústria nacional. Realizou as estatísticas da coleção “Séries Estatísticas Retrospectivas” publicada pelo Instituto Nacional de Geografia e Estatística-IBGE em 1907.

⁶ O Anuário Estatístico de Minas Gerais de 1955 engloba análises estatísticas de vários anos. Neste trabalho será utilizado o ano 1954.

relação das empresas/empresários existentes com a elite política da época e, por fim, segue a conclusão deste trabalho.

2 HISTÓRIA E ORIGENS DA INDUSTRIALIZAÇÃO MINEIRA

Para entender a história da industrialização mineira faz-se necessário a contextualização da industrialização brasileira, visto que a primeira é reflexo da segunda e faz parte de um só processo de desenvolvimento econômico.

Neste capítulo, além das interpretações e debates sobre a industrialização do país, serão discutidas as características históricas do desenvolvimento mineiro, tal como a dinâmica envolvida por trás da liderança econômica entre as principais regiões de Minas, os aspectos geográficos, sociais, regionais e econômicos. Por fim, será apresentada a história comparativa com outros estados, a partir de uma perspectiva de atraso relativo como um argumento consensual na história de Minas.

2.1 DEBATES E INTERPRETAÇÕES SOBRE A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA

A história da economia brasileira foi marcada pela atividade exportadora no século XIX e início do século XX. As interpretações sobre a origem da industrialização do país apresentam diversos contrapontos e linhas diferentes, sobretudo no que diz respeito a atividade exportadora, em especial a economia cafeeira, e sua ligação com o processo e desenvolvimento industrial do país. Além da associação entre a economia cafeeira e a origem da indústria, outro tema de destaque na história da indústria no Brasil foi a análise do efeito dos choques externos sobre a economia. Fatores externos como guerra e crises econômicas e seus reflexos sobre a economia brasileira foram assuntos de discussão entre autores.

Muitos são os autores que aparecem como inseridos no debate da economia nacional e a industrialização. Para sintetizar os debates e expor as principais conclusões de alguns autores relevantes das diversas interpretações existentes, Suzigan (2000) aponta quatro linhas principais.

A primeira linha de interpretação conhecida como “teoria dos choques adversos” cita o termo “choque adverso” no intuito de caracterizar a ocorrência de fatores externos como guerras e crises econômicas que, por sua vez, podem ocasionar em impactos significativos no setor externo de uma determinada economia através de fatores como elevação do preço dos produtos importados. Conforme cita Suzigan (2000), na ocorrência de choques adversos e imposição de dificuldades à importação, se a economia interna estiver sendo sustentada por políticas econômicas expansionistas, as importações poderão ser deslocadas para as atividades internas. Este fato, conhecido como substituição de importações, tem duas visões: uma visão extrema

para casos gerais em ocorrência de qualquer tipo de choque adverso que foi interpretada e desenvolvida pela CEPAL e outra visão de Maria da Conceição Tavares e Celso Furtado, onde ambos os autores atribuíram o choque adverso especificamente à Grande Depressão dos anos 1930 relacionado a crise do café.

Na visão extrema⁷ da teoria dos choques adversos, a CEPAL atribui uma relação de centro e periferia para construção da análise econômica e subdesenvolvimento da América Latina. Para a CEPAL, os países periféricos são aqueles que tem suas economias diretamente voltadas para a produção, especialização e exportação de produtos primários. Já os países centrais são aqueles em que predominam o comércio de produtos manufaturados. Essa diferenciação caracteriza uma relação em que os países periféricos têm economias “voltadas para fora” através do comércio exterior denominando-os como dependentes, pois a especialização em produtos primários, era incapaz de estimular o desenvolvimento industrial. Entretanto, na ocorrência de desequilíbrios externos, estas economias iam se ajustando levando a um novo padrão de crescimento voltado para dentro (SUZIGAN, 2000).

Uma vez que a economia muda sua característica econômica “voltada para fora” para outra “voltada para dentro” a variável exógena (exportações) cede lugar a variável endógena (investimento industrial), o que induz a entender que o dinamismo da economia se modifica não apenas industrialmente, mas também política e socialmente. Apesar desta ótica ter explicado alguns fenômenos da economia brasileira, a visão extrema tem sido criticada como uma teoria geral para explicar o desenvolvimento industrial na América Latina, pois alguns trabalhos já provaram que não apenas houve crescimento na América Latina durante a expansão das exportações, como também que na ocorrência de choques adversos os resultados não foram tão relevantes para o crescimento da produção industrial (SUZIGAN, 2000, p. 23-30).

De modo mais genérico, na obra “História econômica do Brasil” de 1945, Prado Júnior (1981, p. 195-200) cita vários fatores que impediram o progresso da industrialização no Brasil, começando pela falta de energia e siderurgia - fatores essenciais para o avanço industrial. Por outro lado, apesar dos fatores negativos, menciona alguns fatores positivos que dão impulso favorável a indústria: a elevação das tarifas alfandegárias a partir de 1844 carrega a ideia de proteção da indústria nacional e; em momentos de encarecimento das importações provocada pela queda do câmbio há estímulo da produção nacional podendo afetar positivamente a indústria local. Outro ponto favorável diz respeito à disponibilidade de fatores de produção

⁷ A palavra “extrema” foi utilizada por Suzigan (2000) para caracterizar a versão original da Teoria dos Choques Adversos de procedência da interpretação do subdesenvolvimento da América Latina pela Comissão Econômica para a América Latina-CEPAL.

como mão de obra a preço baixo e matéria prima, citando o algodão como um bem essencial para a maquinofatura que se iniciou com a indústria têxtil.

Além de sintetizar tais elementos como condicionantes do desenvolvimento de uma pequena indústria que irá se expandir e consolidar após a República, Prado Júnior diz que “A grande Guerra de 1914-18 dará grande impulso à indústria brasileira”, destacando que tal choque externo teve um impacto positivo sobre o avanço da indústria no Brasil, o que pode ser explicado tanto pela queda das importações como também a diminuição da concorrência estrangeira na oferta de bens (PRADO JÚNIOR, 1981, p. 198).

Assim como em Caio Prado Júnior, de acordo com Suzigan (2000), a versão extrema da Teoria dos Choques adversos foi fruto de trabalhos pioneiros sobre a economia brasileira contemporânea como, por exemplo, o trabalho de Simonsen (1973). Analisando o mesmo período referente a Primeira Guerra Mundial, Simonsen (1973), ao verificar os dados da produção industrial do Brasil, cita que quase a metade do número das empresas do ramo industrial analisadas em 1926 foram criadas no período posterior a Primeira Guerra Mundial entre 1914 e 1919 e que além disso, ocorreu diversificação de novos produtos e criação de pequenas indústrias, em sua maioria, no estado de São Paulo (SIMONSEN, 1973, p. 20).

Atribuindo a outra versão pertencente a primeira linha de interpretação às análises de Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares, segue a síntese destes autores que consideraram a Grande Depressão dos anos 1930 como um choque adverso fundamental para a justificativa da origem da indústria no Brasil.

Na obra “Formação econômica do Brasil” original de 1959, um dos principais argumentos de Furtado (2007) no que diz respeito a análise de economia de transição para um sistema industrial refere-se ao deslocamento do centro dinâmico. Para o autor, com a chegada da crise de 1929, a economia cafeeira que já vinha passando por várias crises de superprodução, sofre uma forte queda nos preços internacionais do café, fazendo com que se acumulassem duas crises: a crise de oferta ocasionada pela superprodução e a crise da procura ocasionada pela crise do mercado mundial. Desta forma, ao optar pela continuidade das políticas de defesa do setor cafeeiro, o governo brasileiro apresentou um programa de manutenção da renda nacional. Ao mesmo tempo, com a queda do preço do café no mercado internacional e queda das receitas de divisas, ocorre a desvalorização da moeda nacional, o que provocava uma elevação no preço dos produtos importados, modificando assim a dinâmica da economia. Isto é, a Grande Depressão parece ter sido o marco do início da industrialização do país visto que, com a redução da capacidade de importar e a manutenção da renda da economia foi possível acumular lucros de modo que a atividade ligada ao mercado interno passou a ser a determinante do nível de

investimento da economia, anteriormente determinada pela atividade de economia agroexportadora.

Tavares (1964) ao analisar a economia brasileira como sendo pertencente a economia dos países periféricos e de modelo primário exportador, enfatiza que as exportações além de constituírem a única componente autônoma de crescimento da renda, representavam também o centro dinâmico da economia. Assim, Tavares observa que a crise dos anos 1930 caracteriza uma ruptura com o modelo primário-exportador de maneira que o país se inseriu em um novo modelo econômico voltado para “dentro”, o que ocorreu devido a garantia de manutenção da renda interna através de políticas realizadas em prol da manutenção da taxa de câmbio e defesa do mercado interno. Tal análise enfatiza a ocorrência de uma determinada substituição de importações, da qual resultou em uma mudança das variáveis da economia que antes, predominantemente, voltadas para as atividades de exportações, passaram a estar relacionadas as atividades do mercado interno com constituição de um mercado de bens de capital.

A segunda linha de interpretação sobre o processo de industrialização no Brasil citado por Suzigan (2000) é conhecida como “a ótica da industrialização liderada pela expansão das exportações”. Tendo como principais autores Dean (1971), Peláez (1968), entre outros, a teoria estabelece uma relação direta entre o desenvolvimento industrial e o desempenho do setor exportador. Isto significa que quando as exportações estavam em períodos de bom desempenho econômico, o setor industrial crescia gerando meios suficientes para importar insumos que faziam parte da produção industrial e também criando melhora em infraestrutura do país. Já quando as exportações estavam em períodos de queda e retração, o setor industrial acompanhava este desempenho ruim. No caso específico do Brasil, essa associação pode ser exemplificada entre a expansão das exportações do café e o desenvolvimento industrial que ocorreu em São Paulo, mostrando que enquanto ocorreu um bom desempenho no setor exportador cafeeiro, a industrialização de São Paulo foi impulsionada. Já quando da ocorrência da Primeira Guerra Mundial, que é citado como um choque adverso, o processo de industrialização foi interrompido, o que caracteriza esta linha de interpretação como sendo contrária em relação a Teoria dos Choques Adversos (SUZIGAN, 2000).

Peláez (1968) contribui para as interpretações da industrialização no Brasil ao analisar as duas grandes guerras, a Grande Depressão e seus efeitos econômicos. Para o autor, antes da década de 1930 já existiam indústrias no Brasil que não poderiam ser desprezadas, existindo uma relação positiva entre a atividade de exportação e o crescimento da indústria. Além disso, o crescimento industrial que ocorreu após a crise não pode ser considerado tão intenso a fim de ser caracterizado como uma ruptura no processo econômico.

No estudo “A industrialização de São Paulo”, Dean (1971) diz que a relação entre a economia cafeeira e indústria foi direta quando houve bom desempenho no setor exportador e inversa quando da ocorrência de quedas nas exportações. Desta forma, nega a existência de melhores condições de expansão da indústria durante ou após a Primeira Guerra Mundial.

A terceira linha de interpretação ficou intitulada como “capitalismo tardio” e baseia-se na análise da evolução do capitalismo no Brasil relacionado a economia exportadora de café, tendo como principais expoentes Silva (1976), Mello (2009), Tavares (1974), Cano (1977) e outros. Conforme Suzigan (2000), esta ótica de interpretação sugere que o desenvolvimento do capitalismo e em particular o caso brasileiro é determinado em primeiro lugar, por fatores internos e, em segundo lugar, por fatores externos. Neste sentido, visa uma interpretação de que é a acumulação de capital no setor agrícola exportador (que depende do setor externo), o que impulsiona o crescimento industrial. Além disso modifica a periodização cepalina: enquanto a Cepal defende que a industrialização fica mais intensa após os anos 1930 com deslocamento do centro dinâmico, a ótica do capitalismo tardio vai defender a transição da economia colonial para a economia mercantil nacional, sendo que só a partir da década de 1880 num período de rápido processo de acumulação de capital no setor exportador de café, que o capital industrial se origina. Fatores como o trabalho assalariado, introdução de máquina de beneficiar café e construção de ferrovias teve grande impacto no processo de uma prévia acumulação de capital no Brasil.

Ainda neste contexto pode-se observar que o capital industrial é visto como uma extensão do capital cafeeiro e como parte do complexo “exportador de café”, uma vez que em épocas de expansão do café, ocorreu vazamento de capital cafeeiro para a indústria. Entretanto, a relação entre capital cafeeiro e capital industrial é contraditória, fato derivado da subordinação do capital industrial ao capital cafeeiro e deste último ao capital internacional. Tais subordinações, ao mesmo tempo que estimulou o desenvolvimento industrial impôs limites a este próprio desenvolvimento (SUZIGAN, 2000).

No aspecto da subordinação do capital industrial ao capital cafeeiro, Suzigan (2000) diz que as indústrias que mais se estabeleceram foram as de bens de consumo. Como as indústrias de bens de capital quase não se desenvolviam pelo fato de estarem sempre dirigidas aos países do centro, a autonomia do país em gerar acumulação de capital industrial ficava sempre restrita, o que caracterizou o crescimento industrial como específico e “retardatário” nas palavras de Mello (2009) e Silva (1976).

Para concluir os principais elementos da ótica do capitalismo tardio, a partir das análises de Mello (2009) e Tavares (1974), Suzigan (2000) argumenta que a crise do café ocasionada

pela Grande Depressão dos anos 1930 acabou por romper com o padrão de acumulação de capital baseado no comércio do café. A dependência da acumulação de capital industrial se reduziu pelo menos no lado da procura não sendo mais determinada em primeira instância pelo crescimento das exportações de café, mas sim pelo crescimento da renda no setor industrial-urbano. Na análise da formação de indústrias, os autores desta corrente afirmam que somente a partir da metade da década de 1950 é que a acumulação de capital industrial passou a ser determinada predominantemente pelo resultado da implementação de indústrias pesadas. Vale ressaltar alguns pontos importantes: a acumulação de capital industrial parece ter iniciado nos anos próximos a 1880 e o fato da não linearidade entre expansão das exportações de café e acumulação de capital industrial pode ser algo com excesso de esquematização, pois cabe neste ponto uma análise mais minuciosa (SUZIGAN, 2000).

Mello (2009), por sua vez, também introduz a análise sobre a indústria ao mencionar conceitos através da perspectiva da criação de bases para acumulação de capital no Brasil, isto é, o desenvolvimento do modo capitalista de produção. Além disso, para o autor o nascimento da indústria aparece ainda no século XIX, o que vai indicar uma nova periodização para o marco do surgimento da indústria no Brasil, diferentemente das visões tradicionais que periodizavam a industrialização após a década de 1930. De acordo com Mello (2009), ocorreu, no Brasil, a passagem de uma economia colonial para uma economia exportadora capitalista, sendo que no seio da economia exportadora capitalista existia uma dinâmica econômica chamada “economia mercantil-escravista cafeeira nacional” que pode ser uma justificativa para o surgimento do modo de produção capitalista no país. A dinâmica da acumulação de capital é o que irá determinar a formação do capitalismo no Brasil e o elemento histórico da adoção de relações sociais de produção capitalista em que se introduziu o trabalho assalariado é de extrema importância para entender a economia e suas contradições sobre a industrialização.

Tavares (1974), após reavaliar suas análises sobre a história da industrialização no Brasil, passou a incorporar elementos que também tratam da dinâmica da economia cafeeira e a considerar a natureza da acumulação de capital determinada endogenamente. Assim, com um título sugestivo do que vinha a tratar seu estudo na obra “Acumulação de Capital e industrialização no Brasil”, apresenta uma reinterpretação sobre a industrialização assumindo a importância das análises de Mello (2009) que pertence a linha de interpretação do “Capitalismo Tardio”. De acordo com Tavares (1974) a acumulação de capital resultante do complexo cafeeiro pode ser uma explicação do surgimento da indústria no Brasil uma vez que o capital mercantil proveniente da economia cafeeira é capaz de se dividir em urbano, industrial, rural e financeiro.

Ao separar duas fases distintas de industrialização no Brasil, Cano (1977), atribui a primeira fase entre fins do século XIX até a crise de 1929 como sendo caracterizada por dois fatores: interdependência entre o setor cafeeiro e a indústria; e capital industrial subordinado ao capital cafeeiro. Dessa forma, analisando o estado de São Paulo, Cano deixa explícito a capacidade da economia cafeeira em criar um complexo econômico paulista via acumulação de capital.

Em “Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil” de 1973, Silva (1976), diz que há tanto uma relação de unidade quanto uma relação de contradição entre a economia cafeeira e a indústria no Brasil. A unidade se dá pelo reflexo que a expansão da economia cafeeira provoca no nascimento e expansão da indústria. Já a contradição se explica pela subordinação da indústria sobre o desenvolvimento da economia cafeeira. Sendo assim, a análise de Silva traz elementos relacionados ao desenvolvimento do capitalismo no país e os articula sob a ótica da economia cafeeira.

Por último, na quarta linha de interpretação, Suzigan (2000) cita a “ótica da industrialização intencionalmente promovida por políticas do governo” que atribui argumentos baseados na proteção tarifária e a concessão de incentivos e subsídios como fatores de política do governo para a promoção da industrialização. Nesta corrente de pensamento, autores como Versiani e Versiani (1975) defendem que a tarifa alfandegária teve o papel mais importante como fator de proteção para o desenvolvimento da indústria de tecidos de algodão, podendo ser um objetivo intencional da política de tarifas.

Versiani e Versiani (1975) propõem um estudo sobre a industrialização brasileira no período anterior a década de 1930 voltada principalmente para o setor têxtil. A análise dos autores vai de encontro com as ideias de Fishlow (1972) demonstrando que as discussões entre os que defendem que o crescimento da indústria é complementar a expansão das exportações, ou a sua negativa de que o ruim desempenho do setor exportador paralelo a ocorrência de um choque adverso é o que impulsiona o crescimento industrial, já não podem mais ser mais pertinentes. Deste modo, os autores sugerem que análises mais minuciosas deixando de lado as generalizações e colocações incompletas parecem indicar um caminho mais adequado.

Fishlow (1972), analisa como se deu a origem e as consequências do processo de substituição de importações no país. Embora defenda de maneira geral que os choques externos como as crises e guerras apresentaram efeitos positivos sobre a indústria, o autor chama atenção para análises mais particulares como o fato da ocorrência de substituição de importações da indústria têxtil ainda no século XIX, uma das mais importantes do país, durante aquele século. Na análise feita do setor têxtil, em um primeiro momento Fishlow (1972) atribui a substituição

de importações a variações no câmbio que provocaram queda das importações concomitante aumento da produção interna de tecidos. Posteriormente, o autor considera nova substituição de importações no setor têxtil no início do século XX associando o crescimento da produção interna de tecidos com o bom desempenho do setor cafeeiro. Tal análise demonstra que a associação positiva entre expansão das exportações e crescimento da indústria não deve ser descartada.

De acordo com Versiani e Versiani (1975) a partir do estudo da evolução do setor têxtil a observação mais pertinente trata-se de diferenciar a alternância entre os períodos em que houve o aumento da produção e os períodos em que houve aumento da capacidade instalada, sendo necessário ainda, a análise de dois fatores: as oscilações na taxa de câmbio e o efeito dessas variações sobre os importadores. Desta forma, para os autores, em períodos de sobrevalorização da taxa de câmbio ocorria aumento do investimento (capacidade instalada) uma vez que reduzia os custos da maquinaria provenientes das importações, mas, por outro lado, tal valorização era desfavorável a proteção interna. Já quando ocorria depreciação cambial, com o maior custo da importação de maquinários e desestímulo do investimento, a consequência tratava-se do aumento da produção interna resultante do efeito protecionista.

Das diferentes linhas⁸ de interpretação existentes sobre o processo de industrialização brasileira, principalmente na primeira metade do século XX, alguns autores relacionam a primeira linha – conhecida como “teoria dos choques adversos” - com o caso de Minas Gerais. Conforme citado anteriormente, a CEPAL defende que há uma situação de dependência da periferia pelo centro, gerando uma certa deterioração dos termos de troca, o que pode ser explicado através da existência de um padrão de divisão internacional do trabalho no qual impõe aos países periféricos a especialização na produção de produtos primários.

Na obra “Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira”, Diniz (1981, p. 59) exemplifica o mesmo ponto que a CEPAL destaca para a situação da deterioração dos termos de troca nas relações comerciais. Para o autor, Minas “vende e exporta matéria prima de baixo preço, compra e importa, em troca, artigos manufaturados de alto teor”. (PLANO DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA, 1947, p. 26 apud DINIZ, 1981, p. 59)

⁸ Pereira e Cosentino (2014) sugerem que o debate sobre a industrialização no século XX, mais precisamente a partir da década de 1930 indicam que o processo industrial esteve mais ligado ao estado de São Paulo, uma vez que as discussões e análises incorporam a economia cafeeira e sua ligação ou não com o desenvolvimento industrial.

Assim como Diniz (1981), conforme diz Wirth (1982) em sua obra “O fiel da Balança: Minas Gerais na Federação Brasileira 1889-1937”, tal processo pode ocorrer não apenas entre países, mas também entre os próprios estados,

Minas foi empurrada para os pólos de crescimento de Rio e São Paulo, enviando matéria-prima a preços baixos, comprando de volta alimentos processados e bens industriais de alto valor. Como efeito, deu-se uma relação de dependência neocolonial, ou pelo menos, de desequilíbrio regional (WIRTH, 1982, p. 77).

Embora os argumentos de Diniz (1981) e Wirth (1982) sejam semelhantes, as duas obras referem-se a períodos distintos. O estudo de Diniz (1981) diz respeito exatamente ao período em os debates sobre a industrialização do país ficaram mais relevantes incorporando análises das primeiras décadas do século XX, período em que se intensificou o diagnóstico de atraso econômico relativo de Minas Gerais frente a outros estados do país. Já Wirth (1982), faz um estudo que compreende o período entre o início da Primeira República até a década de 1930, ou seja, Wirth (1982) volta pequeno período de tempo em relação a Diniz (1981) para fazer análises políticas e sociais.

Apesar das análises terem sido feitas para períodos distintos, ambos autores concordam com um aspecto estrutural da sociedade mineira. Tanto Diniz (1981) como Wirth (1982) evidenciam que o conservadorismo social foi um fator negativo para o avanço econômico. Diniz (1981, p. 59), ao mencionar o Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção⁹ de 1947, afirma que “a tendência ao conservantismo levou Minas Gerais à condição de Estado de economia colonial”. Já Wirth (1982, p. 39) diz que “o conservadorismo e o acentuado senso de lugar dos mineiros estavam cada vez mais defasados em relação aos novos valores de um Brasil em processo de industrialização.”

Neste aspecto, pode-se ressaltar que a consciência do atraso relativo da economia mineira frente a outros estados apareceu de maneira distinta e em períodos distintos sujeito aos elementos sociais, regionais, geográficos, políticos e econômicos. Isto é, no caso específico de Minas Gerais, a historiografia da região demonstra que o desequilíbrio regional de Minas, assim como seu atraso em relação a outros estados foi periodizado de maneira distinta pela historiografia da região e discutido por diversos autores. Em um primeiro momento alguns autores evidenciam que o discurso de atraso econômico mineiro surgiu desde o século XIX. Já outros autores consideraram que esta tomada de consciência ficou fortemente marcada durante

⁹ O Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção surgiu como instrumento de planejamento da economia mineira durante o governo de Milton Campos em 1947.

o período da primeira metade do século XX – período em que o diagnóstico ficou mais forte no qual ocorreu diversos planos de desenvolvimento regional seja via modernização e diversificação da agricultura, seja via impulso industrial.

Com o intuito de resgatar os elementos que contribuem para justificar tal atraso econômico relativo em relação a outros estados, serão demonstradas a seguir as principais características do desenvolvimento mineiro. Minas Gerais é um território amplo e diversificado, possui raízes históricas que se encontram inseridas em importantes debates sobre a economia do país, sendo um deles a economia do ouro. Geograficamente, as várias subdivisões do território mineiro possuem particularidades que justificam a importância de cada uma das regiões, sendo que algumas sobressaíram economicamente em relação a outras. Atividades como a mineração, economia de subsistência, economia têxtil e da siderurgia e posteriormente o café, indicam o processo da dinâmica e desenvolvimento regional mineiro.

2.2 O DESENVOLVIMENTO REGIONAL MINEIRO

Ao considerar a evolução econômica de Minas como resultado da evolução econômica do Brasil, observa-se que entre os séculos XVIII e XX, o país foi marcado pelos ciclos econômicos¹⁰ iniciado pela produção de açúcar, logo após veio o ouro e por último, o café. A economia mineira aparece não só como reflexo destas etapas, mas também um estado de extrema importância inserido neste contexto de ciclos produtivos e também de diversificação na pauta de produção.

Na presente seção deste trabalho, busca-se compreender quais são os principais elementos, geográficos, regionais, sociais e econômicos que contribuem para justificar o processo de desenvolvimento regional mineiro. Uma proposta de interpretação foi feita por Godoy (2009), no qual expõe a opção de captar as mudanças da economia mineira sob a perspectiva de um resgate histórico.

¹⁰ Furtado (2007), ao examinar a atividade mineradora, demonstra que após a crise da economia açucareira no Brasil, a única saída para Portugal estava em encontrar metais preciosos e foi exatamente através da exploração de tais mercadorias que as regiões do território mineiro foram tomando formas mais bem definidas no que diz respeito as atividades econômicas, ocorreu expansão territorial e evolução das formas administrativas da colônia. A denominação de que a economia foi caracterizada por ciclos econômicos utilizada neste trabalho foi citada por diversos autores, entre eles Roberto Simonsen (1937), Caio Prado Junior (1942) e Celso Furtado (1959). Tal teoria veio a ser criticada posteriormente em outros estudos como em Fragoso (1998), que analisou o processo de desenvolvimento brasileiro no século XVIII a partir da complexidade do mercado interno, considerando que a dinâmica do comércio interno dava maior autonomia para colônia em relação a metrópole e, conseqüentemente amenizava as flutuações externas.

De acordo com Godoy (2009), a formação histórica de Minas e os elementos que explicam a consciência do atraso econômico relativo necessitam de um modelo interpretativo em que exponha a evolução da economia mineira. Para isso a periodização constituiu-se em “ciclos longos” de interpretação, sendo eles:

- a) a economia do ouro compreendida entre os primeiros quartos do século XVIII;
- b) a transição para uma economia pré-capitalista entre final do século XVIII e início do século XIX em que ocorreu profunda transformação produtiva;
- c) um terceiro período “marcado pela consolidação de um dinâmico sistema escravista, agora uma economia de subsistência mercantil” entre meados do século XIX e;
- d) uma nova transição para uma formação economia capitalista que vai entre a crise do sistema escravista na metade do século XIX para outra formação econômica (GODOY, 2009, p. 90-93).

Godoy (2009) além de dividir a história econômica de Minas sob o ponto de vista de ciclos longos, chama atenção ao fato de que em Minas ocorreu um fato peculiar no qual passou-se de um sistema escravista dinâmico orientado para o mercado externo, para um outro sistema escravista dinâmico orientado para o mercado interno. Tal característica reflete um conceito pelo qual muitos autores denominam a Minas Gerais: a sua grande diversidade.

Outra proposta de periodização para a história de Minas válida neste trabalho foi feita por Menezes (2020). O autor se aproxima de Godoy (2009) ao considerar que a economia mineira foi baseada em ciclos longos. Menezes (2020) propõe que a história econômica de Minas pode ser dividida em dois grandes deslocamentos. O primeiro refere-se ao deslocamento do centro dinâmico que sai de uma economia baseada na exploração do ouro para outra economia denominada mercantil de gêneros, principalmente na região do Sul e, posteriormente, para outra atividade baseada na cultura cafeeira na região da Zona da Mata. O segundo grande deslocamento trata-se da fase de recuperação econômica através das estratégias estaduais, período em que ocorreu uma nova mudança regional durante a primeira metade do século XX.

Em relação ao primeiro deslocamento, para Menezes (2020), apesar de existirem pequenas indústrias em setores específicos ainda durante a mineração, a falta de uma atividade manufatureira capaz de consolidar uma indústria em grande escala e que agregasse valor justifica a principal causa para o atraso econômico. Isto é, tanto no período da passagem da economia do ouro para a economia mercantil de gêneros, quanto no período em que houve consolidação da produção de café como principal produto na região da Zona da Mata¹¹, não

¹¹ Segundo Menezes (2020) apesar de Juiz de Fora ter se tornado um centro comercial importante, principalmente pelo comércio de exportação e importação entre final do século XIX e início do século XX, com acumulação

houve consolidação, de fato, de um setor industrial capaz de impulsionar a economia e dinamizar a produção industrial, deixando Minas numa situação de baixo dinamismo em um período que já havia avanços industriais em outros estados do país no final do século XIX e início do século XX, como foi o caso de São Paulo.

Autores como Lima (1977), Giroletti (1988) e Pires (2004), realizaram estudos sobre a capacidade e a dinâmica do setor cafeeiro na Zona da Mata e mais especificamente em Juiz de Fora em gerar um espaço industrial. Lima (1977) afirma que a base de acumulação cafeeira em Minas caracterizou-se como frágil e com baixa capacidade em gerar dinamismo. Giroletti (1988) diz que apesar do setor industrial criado em Juiz de Fora na época da cafeicultura na região ser grande, quando comparada com São Paulo, Juiz de Fora caracterizou-se com um baixo grau de industrialização, sendo que foi a partir da construção da rodovia União e Indústria e a vinda de imigrantes que muito se beneficiou a industrialização do município. Por sua vez, Pires (2004), considerou que a expansão do café na Zona da Mata possibilitou a geração de grande volume de capital na região, o que estimulou a economia por meio dos efeitos de encadeamento, no qual a expansão da comercialização do café gera efeitos em outros setores como o comércio, bancos, transporte, indústrias e urbanização. Desta forma, há semelhanças e diferenças nos argumentos dos autores, principalmente quando os discursos se baseiam na comparação com outros estados do país. Mas apesar das diferenças, sabe-se que a industrialização de Juiz de Fora sofreu grande influência da cultura cafeeira, além do impacto que demonstrou na produção industrial de Minas como um todo.

Já em relação ao segundo deslocamento do centro dinâmico da economia mineira saindo da cultura cafeeira para a busca por uma centralidade política e econômica na região central, ocorre reorganização da aplicação de recursos econômicos, consolidação da nova capital e intervenção do Estado para auxílio na superação do atraso econômico. Nesta fase que ocorreu na primeira metade do século XX, houve tanto a estratégia de diversificação econômica quanto a estratégia da industrialização, cada uma delas pautadas de acordo com os interesses de cada grupo econômico.

Vai ser a partir da caracterização de que o território mineiro passou por diferentes ciclos econômicos, é um território diversificado e possui elementos históricos peculiares que serão demonstrados a seguir brevemente o processo de desenvolvimento regional mineiro. Tal

de capitais e diversificação econômica, nem a cidade em si, nem a economia mineira no geral, conseguiu alavancar a produção industrial neste período, uma vez que diversos elementos como foi o caso da persistência na escravidão, dificuldades com energia e transportes, crise do café e mudança da capital, impediram o avanço industrial no estado.

entendimento foi construído e elencado a partir da captação dos elementos e fatos que fazem parte dos aspectos geográficos, regionais e sociais, políticos e econômicos.

2.2.1 Aspectos geográficos

Analisar o desenvolvimento regional mineiro sob a perspectiva geográfica permite entender elementos como o desenvolvimento desigual no território, a historicidade do estado sujeita aos interesses econômicos pela geografia e também as principais transformações na atividade produtiva.

Na divisão territorial de Minas, Wirth (1982) diz que:

As fronteiras do estado não definem uma região geográfica coerente. Refletem antes a conveniência colonial portuguesa, isto é, seu desejo de isolar as Minas Gerais, na primeira corrida do ouro do mundo moderno (1690-1740), de outras potências europeias, além de frustrar o contrabando e a evasão de divisas dos campos auríferos. (WIRTH, 1982, p. 40).

Sendo assim, Wirth (1982) considera a não existência de uma definição das zonas de consenso geral e aceita por todos. O autor dividiu Minas não como sendo uma região, mas sim como “um mosaico de sete zonas diferentes ou sub-regiões” segundo o uso corrente, conforme a denominação das regiões: Norte, Oeste, Triângulo, Centro, Leste, Mata e Sul.

No intuito de entender as raízes da economia mineira e sua diversificação, Paiva e Godoy (2002) realizaram um estudo caracterizando a economia e sociedade de Minas no século XIX. Evidências sobre a distribuição da população a partir do Recenseamento de 1831/32, espaços geográficos e principais atividades econômicas formaram a base para o estudo dos autores. Os argumentos de Paiva e Godoy (2002) comprovaram que o desigual desenvolvimento regional é reflexo de como a economia mineira foi construída e organizada. Tendo como início do sistema econômico a exploração aurífera, conforme essa atividade econômica foi se intensificando, elementos como população, renda, comércio e outras atividades foram por um lado, se desenvolvendo e por outro, permanecendo com um relativo atraso.

De acordo com Paiva e Godoy (2002) a diversidade das várias regiões mineiras, assim como as especificidades econômicas são reflexos dos aspectos geográficos, sendo que grande parte dos recortes espaciais que foram feitos no território se devem a incapacidade de reconhecer, de fato, as especificidades que o território oferecia.

Orientada por percepções deformadas da categoria espaço e de noções distorcidas do conceito de região, a historiografia referente ao período não conseguiu traduzir a ideia

da diversidade regional em expressões concretas. A relação com a espacialidade tendia a estar marcada pelo esvaziamento de sua historicidade, pela imprecisão na definição dos recortes e pelo recurso a procedimentos excessivamente simplificadores. Neste cenário, a transposição de recortes do século XX para o XIX, a proposição de divisões do espaço sem a indicação dos critérios e fontes utilizados na definição das unidades regionais, a adoção de circunscrições judiciárias e político-administrativas enquanto unidades espaciais homogêneas ou a simples inexistência de delimitação do espaço foram procedimentos recorrentes. (PAIVA; GODOY, 2002, p. 11).

Diante deste quadro de ausência de critério específico para a denominação das regiões, para Paiva e Godoy (2002), o fator mais crucial para divisão de Minas foi o econômico. Isto é, mesmo com os fatores físicos, demográficos, econômicos, administrativos e históricos, utilizaram-se do fator econômico como proposta para regionalização, sendo que os relatos de viajantes da época em que se trata a análise – século XIX – foram de fundamental importância para consolidar as escolhas de denominação das regiões. Com isso, sob a ótica do panorama geográfico, a divisão de Minas Gerais consolidou-se em 18 regiões, evidenciando que no século XIX, existiu uma relação entre o nível de desenvolvimento econômico e a prática e existência da escravidão. Regiões como a “Mineradora Central Oeste”, “Intermediária Pitangui-Tamanduá” e “Sudeste” coincidiram o alto nível de desenvolvimento econômico com a maior composição regional da população escrava (PAIVA; GODOY, 2002, p. 11-13).

Em concordância com Paiva e Godoy (2002), para Bastos e Patrocínio (2020) o território mineiro foi moldado por interesses políticos e econômicos. A partir da análise da história da cartografia de Minas, os autores captaram que as variações cartográficas são resultado, principalmente, das riquezas que podem proporcionar o desenvolvimento econômico, sendo influenciado, muitas das vezes, por interesses políticos.

Segundo Bastos e Patrocínio (2020) a evolução da cartografia em Minas Gerais pode ser dividida resumidamente em quatro séculos sujeita a interesses políticos e econômicos. Entre os séculos XVII e XX os mapas evidenciam as localidades de troca de mercadorias, do ciclo do ouro e cursos d'água. Logo após evidencia-se uma evolução na preocupação político-administrativa em que os espaços foram tomando formas de acordo com as regiões com maior poder econômico. Desta forma, a precisão das informações dos mapas geográficos, foram aumentando de acordo com a necessidade de maior quantificação para controle territorial.

Expostas as considerações sobre os aspectos geográficos do território mineiro, será feito a seguir uma análise da dinâmica regional de Minas, incorporando assuntos sociais, como foi o caso da escravidão, e relacionando as principais atividades econômicas da história das regiões.

2.2.2 Aspectos regionais e sociais: o desenvolvimento das regiões Sul e Zona da Mata

Em termos políticos e econômicos, se anteriormente durante o século XVIII a região Central de Minas ocupava um lugar de destaque no território, o final do século XIX foi marcado por uma predominância das regiões Sul e Zona da Mata. Neste aspecto, são diversas interpretações para explicar a consolidação desta posição das regiões do estado. Analisando fatores como a predominância econômica em certo período, dinâmica do mercado interno, sistema escravista e mudanças estruturais no mercado externo, é possível sintetizar os principais elementos pelo qual se fez a história de Minas.

Trabalhos mais tradicionais como o de Singer (1977), Lima (1977), Martins (1980), Slenes (1988) e Libby (1997) contribuíram para a construção da literatura da história de Minas buscando elementos que resgatassem a justificativas para a diversidade do território, as principais atividades econômicas, o sistema de mercado interno, entre outros.

Alguns trabalhos mais recentes como o de Paula (2001), Pires (2004), Castilho (2009) e Marson (2017) também foram importantes obras que buscaram explicar a dinâmica do mercado interno mineiro e suas particularidades em níveis regionais e estaduais.

Das interpretações para o fim da economia do ouro e seus desdobramentos no território mineiro, três linhas de interpretação aparecem como mais comuns: alguns autores consideram que em paralelo a economia aurífera do século XVIII já existiam outras atividades que ganharam força e foram se desenvolvendo com o passar do tempo; outros estudos associam o desenvolvimento dos setores de mercado interno e mercado externo que se consolidaram no século XIX principalmente nestas zonas econômicas do estado (Sul e Zona da Mata) com o fato da decadência da mineração e; por outro lado, alguns autores argumentam que, por Minas ser um grande território diversificado, foi a influência dos estados mais próximos de cada região como Rio de Janeiro e São Paulo, o que impulsionou a economia local e contribuiu para consolidar as principais regiões econômicas.

Singer (1977) baseou-se no entendimento da evolução urbana a fim de compreender o processo de desenvolvimento econômico das principais cidades do Brasil. Logo no início da sua obra, enfatiza um elemento que servirá de suporte para suas conclusões: a importância das atividades econômicas relacionadas a produção de alimentos e a sua relação com uma importante questão: a de que o processo de desenvolvimento ocorre em toda economia mas de maneira contraditória, uma vez que em algumas partes ocorre industrialização, e em outras ocorre apenas a especialização da produção de alimentos e matérias-primas (SINGER, 1977, p. 9).

Além disso, Singer (1977) destaca a importância de definir os setores da economia. Há o setor de mercado externo e o setor de subsistência, sendo que enquanto o primeiro se caracteriza por oferecer produtos ao mercado externo, o segundo se caracteriza por produzir artigos a nível de subsistência para ambos os setores. Um terceiro setor é citado pelo autor denominado setor de mercado interno, mas que diferencia do setor de subsistência apenas pelo fato de que, no mercado interno, a produção serve para o comércio como um todo e no setor de subsistência, parte da produção destina-se ao autoconsumo.

As definições de Singer (1977), apesar de servirem de base para análises do caso geral do país e suas principais cidades, servirão também neste trabalho para interpretações de outros autores e conclusões sobre o caso de Minas Gerais. Sua diferenciação para os setores¹² de mercado justifica-se pelo fato de suas análises compreenderem um período desde a economia colonial até a consolidação de um novo centro econômico em Minas já no século XX.

Das três diferentes linhas de interpretação do processo de desenvolvimento econômico mineiro citadas, pode-se observar que a obra de Singer (1977) se enquadra em duas: a de que Minas sofreu influência econômica dos estados vizinhos e a de que em paralelo a economia do ouro existia atividades que demonstravam a importância do mercado interno.

A obra de Singer inicia-se na época da mineração. Neste período, o autor identifica que, de fato, a ausência de saída para o mar em Minas Gerais levou a influência de outros estados a se destacar na economia e política da região, sendo que as relações comerciais ficaram mais evidentes entre Minas e Bahia no norte e Minas e São Paulo no sul do território. Logo após, consolidou-se uma relação com o Rio de Janeiro, no qual ficou sendo o centro econômico de todo o sistema de exploração do ouro.

Sendo assim, este fato histórico permite associar que é o objeto estudado e o tempo ao qual se refere o mesmo é o que irá permitir relacionar a denominada linha de interpretação. Ao mencionar a ligação entre o território mineiro com outros estados do país, o autor fica associado a terceira linha de interpretação.

Posteriormente, quando o setor da mineração entra em crise no final do século XVIII, Singer (1977) analisa que Minas Gerais sofre uma profunda transformação paralelo a um cenário de aumento populacional, fazendo com que grande parte da mão de obra anteriormente empregada na atividade exportadora, passasse a integrar o setor de subsistência e o setor de

¹² Em síntese, a economia de subsistência interpretada comumente na história, diz respeito a uma economia que não passa pelo mercado. Já a economia de mercantil de subsistência trata-se de uma economia de abastecimento e que passa pelo mercado e, como bem destacado por Lenharo (1979) a importância desta diferenciação se deve ao fato de que explica o caso específico de Minas Gerais no período analisado.

mercado interno expandindo a produção de produtos já existentes durante a mineração e surgindo outros ainda mais importantes.

Para se compreender a transformação sofrida pela economia de Minas acarretada pelo esgotamento dos depósitos auríferos, é preciso considerar que, ao lado da atividade no Setor de Mercado Externo (mineração) se desenvolveu um amplo setor de subsistência (lavoura e pecuária) no território do atual Estado de Minas. Este desenvolvimento não se deu apenas após a decadência da mineração, porém durante o seu apogeu e, em parte condicionado por ele. (SINGER, 1977, p. 202).

Pelas palavras acima, pode-se afirmar que a hipótese de Singer (1977) também se enquadra na primeira linha de interpretação para o entendimento do processo de desenvolvimento de Minas Gerais. Isso porque o autor não diz que foi necessário o total declínio da mineração para que o mercado fosse capaz de desenvolver outras atividades. Mas sim que, em paralelo a atividade mineradora existia também outras atividades como no caso da agropecuária e também do minério de ferro. Singer afirma que existiam fazendas de gado e celeiros de cereais que funcionavam como meio de abastecimento para as grandes regiões da mineração, ou seja, as atividades funcionavam de maneira complementar e concomitante à mineração.

Vai ser a partir da erradicação dos depósitos auríferos que o setor de subsistência encontra espaço para se expandir, pois uma vez que já existia e se desenvolvia, a sua expansão ficou sujeita ao fim da mineração. Mais uma vez chama a atenção o fato de que há uma diferença entre o surgimento do setor de mercado interno e o setor de subsistência e sua expansão e não o seu surgimento. No caso de Singer (1977) trata-se da expansão do setor, em que atividades relacionadas a tecelagem e metalurgia vão ganhando cada vez mais espaço. Entretanto, há de se destacar um impedimento: apesar destas atividades existirem e ganharem mais espaço havia uma limitação quando se analisa os recursos e mercado interno.

A mineração encontrava-se em sua maioria, na região Central, enquanto as atividades de subsistência ficavam não só em seu entorno, mas também nos pontos do norte e sul da região. Com a crise da mineração as atividades da siderurgia do ferro e também tecelagem que estavam sujeitas a economia do ouro encontraram limitação para o seu desenvolvimento, uma vez que os recursos para movimentar este mercado era proveniente da exploração do ouro. Esse fato aparece como um argumento importante para justificar o porquê de o centro dinâmico ter se consolidado nas regiões Sul e Zona da Mata e ter dado como fracassada a tentativa de continuidade da predominância da região central (zona metalúrgica) como a mais importante economicamente. A partir daí entra em cena mudanças estruturais na economia mineira, onde

novo período corrobora para a reestruturação do setor de mercado externo, mas agora com um produto agrícola: o café.

Vai ser exatamente neste ponto que a obra de Lima (1977) intitulada de “Café e Indústria em Minas Gerais (1870-1920)” irá contribuir para o entendimento da importância do setor cafeeiro em Minas, assim como suas limitações e capacidade de estímulo para além de outros setores da economia.

Para Lima (1977, p. 1)

Como se sabe, o declínio da economia do ouro, localizada de forma predominante na região central do estado de Minas Gerais, provocou um movimento de dispersão da população a partir das últimas décadas do século XVIII. Os vezeiros estavam quase que totalmente extintos, e ao mineiro não restava outra alternativa, senão entregar-se à lavoura. De início, de subsistência, até que um novo produto de exportação surgisse e passasse a comandar os principais movimentos da economia.

O trabalho de Lima (1977) foi dividido em duas partes: na primeira analisa as possibilidades de expansão da economia cafeeira e na segunda o processo de acumulação de capital associado a expansão industrial na região partindo da afirmação de que a produção da economia cafeeira em Minas Gerais entre o final século XIX e início do século XX encontrava-se, em sua maioria, na Zona da Mata.

Lima (1977) caracteriza três fatores como essenciais para a expansão das exportações de café nesta época de boom produtivo da Zona da Mata: a disponibilidade de mão de obra dispersada pela atividade da mineração; disponibilidade de terras e; preços altos do café. Tal argumento é semelhante as análises de João Manuel Cardoso de Mello e de Wilson Cano para explicar o surgimento de uma burguesia nacional que, através do café, conseguiu criar as condições básicas para início da acumulação primitiva de capital por meio do capital mercantil, sendo mais especificamente, o capital cafeeiro. Entretanto, Lima não deixa de mencionar que, apesar de tais fatores serem caracterizados como positivos para a expansão do capital mercantil, o mesmo se deu de forma distinta nas principais regiões produtoras de café entre os anos de auge da produção entre 1850 e 1870 como Rio, Minas e São Paulo.

Nos anos em que a produção do país se intensificou, Minas e São Paulo chegaram a se igualar no valor da produção total de café como no ano de 1877, mas logo depois, de 1880 em diante, a economia paulista começou a ter grande crescimento, enquanto Minas apresenta até mesmo crescimento nulo, o que vai justificar a diferença entre a acumulação de capital de ambas economias. Fatores de condições naturais de produção como disponibilidade de terras para serem exploradas além da Zona da Mata e a transição do trabalho assalariado que ocorreu, na época, apenas em São Paulo, é uma das justificativas que pode explicar o relativo atraso de

Minas frente a São Paulo, no qual Lima diz que “essas frágeis bases da acumulação cafeeira em Minas são, inequivocamente, responsáveis por sua estancada dinâmica” (LIMA, 1977, p. 10).

Lima (1977) parte da análise das condições gerais da lavoura cafeeira para avaliar tanto a expansão de São Paulo após 1880, quanto o estancamento da produção mineira a partir deste mesmo ano. Demonstra de maneira clara que os fatores necessários a acumulação de capital em Minas foram cada vez mais sendo agravados, gerando pouca produtividade e intensificando a incapacidade de constituir um mercado de trabalho na mesma época em que São Paulo.

Uma das maiores conclusões de Lima (1977) no comparativo da produção de café entre Minas e São Paulo para explicar a mudança entre os rumos da produção após 1880 vai ser a de destacar duas características: enquanto São Paulo crescia com intensidade e crescimento constante na produção cafeeira, Minas ficou caracterizada por um crescimento de baixa intensidade e com relativo estancamento, o que pode ser explicado pela impossibilidade de expansão da produção além da Zona da Mata ocasionada pelo fator terra com alto relevo e aridez.

Conforme diz o autor

Em Minas essas condições eram desfavoráveis. A começar pelo relevo excessivamente acidentado da zona da Mata, possuidora das terras mais apropriadas ao cultivo do café, o que dificultava as operações produtivas. A expansão da fronteira também esbarraria em um sério obstáculo. Na medida em que se dirigisse para o centro ou norte do estado logo se depararia com a aridez das áreas mineradoras. Poderíamos pensar numa expansão em direção ao sul do estado. Entretanto, dada a proximidade dessa região com São Paulo seria difícil imaginar um deslocamento das bases de acumulação para o sul de Minas em função dos elevados níveis em que ela se processava no Oeste Paulista neste período. (LIMA, 1977, p. 9).

De acordo com Lima (1977) a economia cafeeira em Minas encontrou limites de expansão consolidando em uma situação de decadência do setor. Por outro lado, não apenas pelos fatores naturais, considerava que o capital empregado no setor cafeeiro era de pequeno ou médio porte e desempenhava apenas funções agrárias, não sendo capaz de provocar uma diversificação das suas inversões.

Possivelmente ela não se concentrou na dimensão necessária, a partir da qual funcionaria como um setor mais ou menos autônomo, nunca chegando a se constituir em importante mecanismo apropriador, centralizador e diversificador do capital cafeeiro, como no caso de São Paulo. (LIMA, 1977, p. 72).

Dos argumentos de Lima que se referem as limitações da expansão cafeeira como a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, assim como as limitações da expansão territorial da produção, a escravidão aparece como um elemento importante no aspecto social de Minas. O autor demonstra que em 1886 o total da população escrava na província era de

286.497 e que 35% deste número pertencia aos principais municípios cafeeiros da Mata, que era de 101.588 (LIMA, 1977, p. 14).

Desta forma, após analisar a população escrava do total da província, Lima (1977) ressalta que o setor cafeeiro era responsável por cerca de um terço do plantel de escravos e que dois terços estavam dispersos pelo território podendo estar vinculado a outras atividades como a própria subsistência. Apesar disso, no momento da expansão cafeeira que se deu após 1880 na província mineira, ocorreu uma queda da população escrava na antiga zona da exploração do ouro e um relativo aumento na zona da Mata onde estava concentrada as plantações e cultivo do café. Ou seja, demonstra a associação existente entre café e mão de obra escrava. A análise apesar de não deixar explícita, ao comparar com São Paulo, sugere que o grande plantel escravista que Minas possuía não pôde ser explorado de maneira intensiva na cultura cafeeira, uma vez que uma das principais necessidades para expansão estava dada como limitada: a extensão territorial do plantio não ultrapassou o limite geográfico da Zona da Mata. De outra forma, São Paulo por possuir condições favoráveis de expansão territorial necessitou de grande número de mão de obra, optando-se por aderir ao trabalho livre como solução.

Diante destas conclusões, Lima (1977) sugere não haver mais necessidade de indagações do grande contingente escravo existente e sua permanência em Minas. O autor induz a interpretação de que como a cultura do café foi imposta inicialmente sobre mão de obra escrava em todo país e esta relação de exploração se deu até o seu próprio impedimento através da abolição, se em Minas não ocorreu possibilidades de expansão da cultura cafeeira a fim de explorar este recurso, o grande plantel escravista só podia permanecer em outras atividades. Já em São Paulo, ocorreu o inverso, com a grande possibilidade de expansão territorial do plantio, a falta de mão de obra escrava fez necessário a adoção ao trabalho livre.

Martins (1980) também estuda a economia mineira e concorda com Singer (1977) e Lima (1977) no que diz respeito ao declínio da mineração, mas dá enfoque analítico para justificar quais são as contradições e explicações para a explicação da escravidão. Minas no início do século XIX não pode ser mais caracterizada como uma província de economia mineradora, pois em termos numéricos, se entre 1736 e 1751 a produção de ouro era de 10.036 quilos, essa passa a ser de 1.883 quilos entre 1801 e 1820, ou seja, a produção cai drasticamente cedendo espaço para outros produtos na região (MARTINS, 1980, p. 5-6).

Ao enfatizar a importância de outros setores produtivos em Minas, Martins (1980) explica que dentro da província mineira existiam muitas unidades diversificadas de produção agrícola como roças, sítios e fazendas que produziam, principalmente para o autoconsumo e venda nos mercados mais próximos. Desta forma, a ocupação da grande maioria da população

escrava estava concentrada na agricultura e em outras atividades como a pecuária, atividades artesanais e manufactureiras, como no caso da indústria têxtil e da siderurgia¹³.

Em relação a mão de obra escrava, Martins (1980) diz que Minas Gerais foi o estado no qual apresentou o maior sistema escravista no Brasil durante o século XIX tendo uma população escrava que mais que duplicou entre os anos de 1819 e 1873. Entretanto, para o autor grande parte da literatura econômica relaciona a escravidão apenas com a cultura cafeeira do país, o que gera diversas controvérsias no qual faz-se necessário esclarecer. O principal ponto de controvérsia encontra-se nas análises de que com a crise da mineração, a mão de obra escrava foi imediatamente transferida para o setor cafeeiro do próprio estado de Minas, Rio de Janeiro e São Paulo, desconsiderando assim, ou até mesmo subestimando a importância e existência da mão de obra escrava nos setores de subsistência. Em outros termos, pode-se dizer que a literatura comum relaciona diretamente a escravidão com o sistema de plantation.

Martins (1980) inicia sua análise apresentando o grande número da população escrava que existia e que havia se multiplicado durante o ciclo da mineração. Após a decadência da atividade exportadora, para o autor, os escravos se dispersaram em diversas regiões do estado mineiro passando a integrar em atividades do setor de subsistência e, posteriormente alguns, foram transferidos para a atividade cafeeira. Desta forma observa-se que o argumento de Martins se assemelha com os de Singer (1977), visto que ambos autores, enfatizam a existência da economia de subsistência da província de Minas Gerais e também concorda com Lima (1977), uma vez que ambos citam que, os escravos em sua maioria, não estavam na lavoura de café, mas sim em outras atividades.

Para Martins,

Descrever a história da escravidão em Minas como uma transferência da mineração para o café é um engano grosseiro, envolvendo erros nos dois lados da jornada: a grande maioria dos escravos mineiros no século dezanove nunca esteve numa mina nem numa fazenda de café. (MARTINS, 1980, p. 4).

¹³ Em se tratando da siderurgia no estado, o trabalho de Santos (2009) demonstra que a atividade da siderurgia no solo mineiro inicia-se com a mineração e apesar das diversas tentativas de implantação de fábricas de maior porte neste ramo terem apresentado dificuldades, tal atividade não foi abolida no cenário econômico mineiro. Assim, foi após a criação da Escola de Minas em 1876 em Ouro Preto que “a influência dos mestres da Escola de Minas, em grande parte franceses, e sustentada pela existência de uma força de trabalho qualificada, foi possível que a siderurgia mineira entrasse na fase dos alto-fornos já nas últimas duas décadas do século XIX” e, posteriormente, veio a se desenvolver e intensificar ainda mais no início do século XX (SANTOS, 2009, p. 31).

Os principais empreendimentos siderúrgicos em Minas Gerais iniciaram suas operações nos anos de 1812, 1814, 1825, 1888 e 1920. A partir daí intensificou-se as instalações de grandes empreendimentos e usinas no estado, fortalecendo este ramo de atividade econômica e inserindo-o logo depois, como um dos principais da região Central de Minas e do Brasil.

Segundo Martins (1980) o café em Minas Gerais foi cultivado na região central de Minas desde o século XVIII, mas foi apenas no século XIX que o produto ganhou força na produção como resultado da produção cafeeira da região fluminense do Vale do Paraíba. Durante a expansão do café, a Zona da Mata assume a principal região produtora representando entre 1818 e 1884 acima de 90% da produção da província. Durante este mesmo período, Martins mostra que o percentual de escravos empregados no setor cafeeiro não foi, de fato, constante e nem tão alto logo após a crise da mineração, isto é, entre 1820 a 1825 a mão de obra escrava ocupada na lavoura cafeeira era de 0,15% da população e entre 1851-1855 este número sobe para 15,38%. Desta forma o autor chama atenção demonstrando que parte da população escrava se encontrava em outras atividades.

Outro aspecto relevante no qual Martins (1980) chama atenção é se os escravos subutilizados da economia mineradora foram diretamente empregados nas regiões cafeeiras de outros estados como Rio de Janeiro e São Paulo. Para o autor o número de importação de escravos no Brasil até na primeira metade do século XIX era quase um milhão e meio de africanos e que cerca de 84% deles se dirigiam ao Rio de Janeiro e São Paulo, que posteriormente foram para Minas através do comércio para seus clientes do interior. Sendo assim foram estes os escravos utilizados no setor cafeeiro e não os escravos da antiga mineração. Além disso, diante do fim do tráfico de escravos, o comércio entre as províncias era comum e, portanto, havia tanto um fluxo de escravos de Minas para o Rio de Janeiro quanto vice-versa.

Seguindo a análise, Martins tenta enfatizar quais eram as regiões onde estavam concentrados os escravos na província mineira. Caracterizada por uma região com grande extensão territorial, a maioria das atividades econômicas em Minas estava relacionada ao consumo local e que estavam afastadas da economia de atividade exportadora. Para o autor existiam os “sítios, as roças de subsistência e as fazendas de gado que, junto com as demais fazendas, continuam a ser a essência da vida econômica de Minas, mesmo no auge do boom cafeeiro” (MARTINS, 1980, p. 37).

Desta forma, Martins (1980) explica que a região cafeeira de Minas em 1870 era pequena, ou seja, as atividades não cafeeiras correspondiam a 96% do território mineiro, 79% dos escravos e 80% da população livre. Além disso o motivo pelo qual o estado manteve por muitas décadas um plantel escravista retardando a total abolição desta mão de obra, se deve ao fato de que não havia no interior da província homens livres e dispostos a trabalhar recebendo salários. Sendo a extensão territorial de grande disponibilidade e a maioria da população ligada

ao setor de subsistência ou até mesmo atividades comerciais, os mesmos se recusavam a trabalhar gerando um ciclo de dependência ao sistema servil existente (MARTINS, 1980).

Neste aspecto entra a análise de Slenes (1988) que, apesar de concordar com parte das ideias de Roberto Borges Martins, questiona a negação dos homens livres ao trabalho como justificativa para permanência da escravidão. Para Slenes (1988), o que também terá grande relevância na justificativa do grande tráfico mineiro de escravos e sua permanência será o fato de Minas ter uma forte ligação com o mercado externo no que diz respeito ao comércio de produtos do ramo extrativo como também o da agropecuária, com comercialização para outras províncias do Brasil, ou seja, há uma força do setor de exportação que gera um efeito multiplicador para o resto da economia (SLENES, 1988, p. 488-489).

Conforme foi citado por Martins (1980) sobre a importância dos setores da indústria têxtil e da siderurgia, em estudo sobre o final do século XVIII, Libby (1997), faz um estudo sobre a indústria têxtil de Minas Gerais e do Brasil, que em termos produtivos, por ser tão relevante se apresentava como uma ameaça a metrópole ocasionando assim no estabelecimento do Alvará de 1785¹⁴ que proibia a produção têxtil no Brasil.

Apesar do estudo de Libby tratar do século XVIII, a principal contribuição do autor neste trabalho se deve ao entendimento das raízes do setor de fiação e tecelagem de algodão, assim como o início da indústria têxtil. Conforme será apresentado mais a frente, estes setores foram, no século XX, predominantes na análise da indústria manufatureira e fabril de Minas Gerais.

De acordo com Libby (1997), a partir dos relatos de viajantes, Minas Gerais se apresentava como uma região em que a indústria têxtil se mostrava como a mais desenvolvida, sendo que o algodão que se produzia em grande escala, era o de Minas Novas (região Nordeste) e que era enviado a Salvador e ao Rio de Janeiro para distribuição. Além disso, o autor chama a atenção ao dizer que a maioria da força de trabalho empregada na produção deste produto era feminina, que os panos produzidos eram consumidos dentro do próprio domicílio, feito por pequenos produtores, em pequena escala, constituindo-se uma indústria têxtil caseira no qual a caracterização principal no ano 1786 era em nível de subsistência.

As conclusões de Libby sugerem que a indústria têxtil era caracterizada como doméstica e sujeita a sazonalidades, o que relacionava a indústria têxtil mineira com a protoindustrialização europeia. Além disso, embora a maioria da produção era de subsistência e algumas vezes os próprios tecidos produzidos fossem utilizados para vestimenta dos escravos,

¹⁴ O Alvará de 1785 refere-se à proibição de fábricas e manufaturas no país durante o desenvolvimento das atividades do setor têxtil.

nos casos em que a produção se apresentou em número elevado tanto de produto final quanto de número de escravos envolvidos, pode-se dizer que não é possível concluir que a mesma ficasse em níveis apenas do setor de subsistência, ou seja, havia produções em larga escala para comercialização (LIBBY, 1997, 98-99, 120-122).

Agora em se tratando dos autores mais recentes, conforme a análise de Libby e Paula (2001, p. 63) também enfatiza a importância do setor têxtil como sendo “o setor industrial que mais crescerá entre as três últimas décadas do século XIX até a década de 1920, e que terá na fábrica do Cedro, fundada em 1872, em Tabuleiro Grande, município de Sete Lagoas, região central da província, o marco pioneiro do desenvolvimento desta moderna indústria”.

O trabalho de Paula (2001) denominado “Percalços da industrialização: o caso de Minas Gerais”, faz parte de um conjunto de obras mais recentes da literatura de Minas que buscam entender como se deu o desenvolvimento econômico da região sob a perspectiva do desenvolvimento industrial. A obra parte da análise desde a época da mineração até a consolidação de um setor industrial em Minas já na segunda metade do século XX, passando pelo papel relevante da economia mercantil de gêneros e também pela cafeicultura como principal setor que proporcionasse um impulso industrial no estado, principalmente na cidade de Juiz de Fora.

Com a evolução da economia de produtos agrícolas a luta por mais espaço territorial em prol da expansão da produção foi tomando forma e criando a base para o que, posteriormente ficou conhecido como a base das elites dirigentes do estado, tema que será abordado a frente neste trabalho. Conforme o autor

As duas primeiras décadas do século XIX foram marcadas por esse movimento interno de reajustes e pelas emergências de múltiplos interlocutores em um jogo político fluido e complexo, que expressava a luta pela conquista de mercados, terras e capitais. Isso implicava o acesso a cargos públicos decisórios e a articulação de vínculos pessoais e de favor que possibilitassem o exercício de pressões junto ao monarca, no sentido de realização de interesses e ambições. (PAULA, 2001, p. 14).

Para Paula (2001) após a crise da mineração, a atividade dinâmica da província passa a ser a produção mercantil de gêneros alimentícios na região Sul e, posteriormente, o café ocupa uma posição de destaque na pauta de exportações mineira, transformando a Zona da Mata na principal zona industrial do estado entre 1890 e 1930.

O desenvolvimento da economia cafeeira veio então a desenvolver um núcleo agroexportador na região da Zona da Mata, tendo como principal centro econômico o município de Juiz de Fora. Para se ter dimensão da lavoura cafeeira que se desenvolveu principalmente na Zona da Mata, Paula (2001) demonstrou que no período compreendido entre 1847 a 1926 a

região foi responsável por uma participação superior a 70% do total da produção da província/estado (PAULA, 2001, p. 22-23).

Um dos principais elementos que contribuiu para o desenvolvimento da região e diversificação dos produtos foi a construção da rodovia União e Indústria em 1861, que impactou nas relações comerciais com o Rio de Janeiro e expandiu ainda mais a economia cafeeira. Neste contexto começa a se intensificar a industrialização de Juiz de Fora em paralelo a formação e desenvolvimento do setor cafeeiro, no qual foram surgindo bancos, transportes urbanos, transportes rodoviário e ferroviário e construção civil, ou seja, criação de acumulação de capital (PAULA, 2001, p. 79-80).

A importância econômica e o surto de industrialização que ocorreu em Juiz de Fora citado por Paula (2001) também foi objeto de estudo no trabalho de Pires (2004).

Pires (2004) realizou um estudo sobre o sistema financeiro da Zona da Mata em Minas Gerais entre 1889 e 1930, de modo que fosse capaz de elencar as principais mudanças e fatores estruturais nesta região e, principalmente, na cidade de Juiz de Fora.

Para Pires (2004), na Zona da Mata entre final do século XIX e início do século XX ocorreram evoluções na estrutura regional com diversificação do setor industrial por meio da dinâmica que o setor agrícola exportador provocou na economia e que teve como elemento importante a criação de um circuito financeiro fazendo com que fosse possível a ocorrência de transferência intersetorial de recursos. Ademais, a ligação comercial com o Rio de Janeiro teve um caráter positivo no desenvolvimento da região, uma vez que o espaço de comercialização estava interligado diretamente ao mercado internacional.

O impulso que levou o município de Juiz de Fora como principal centro industrial da região da Zona da Mata foi resultado do uso do capital agrário em empreendimentos relacionados ao desenvolvimento da estrutura econômica, como no caso da energia elétrica, bancos, estradas de ferro e indústrias, conforme demonstrado no Quadro 1 abaixo.

Quadro 1 - Principais empresas com ações no patrimônio de fazendeiros de Juiz de Fora 1870/1929

(continua)

Setores	Empresas
Rodo-Ferrovário	Cia. União e Indústria
	Cia. União Mineira
	Cia. Ramal do Rio Novo
	Cia. E.F. J.Forá a Piau
Financeiro	Bco. de Crédito Real de MG

Quadro 1 - Principais empresas com ações no patrimônio de fazendeiros de Juiz de Fora
1870/1929

(conclusão)

Setores	Empresas
Financeiro	Bco. Territorial e Mercantil de MG
Transportes Urbanos	Cia. Ferro Carril de Porto das Flores e Paraibuna
	Cia. Ferrocarril Bondes de JF
Energia Elétrica	Cia. Mineira de Eletricidade
Construção Civil/Industrial	Cia. Construtora Mineira
Industrial	Cia. Chímico Industrial Mineira
	Cia. Mechânica Mineira
	Cia. Fiação e Tecelagem Industrial Mineira
	Cia. Fiação e Tecelagem S. Vicente
Diversos	Cia. Laticínios de JF
	Soc. Progresso de JF
	Academia de Comércio
	Cia. Mutuação Comercial e Agrícola
	Cia. Promotora da Indústria e Melhoramentos

Fonte: Pires (1993, p. 148 *apud* PIRES, 2004, p. 11)

Vale ressaltar que, as evidências de Pires (2004) entram em confronto com algum dos argumentos de Lima (1977). A obra de Lima (1977) induz ao entendimento de que, diferentemente de São Paulo, a diversificação econômica associada ao dinamismo da economia cafeeira não atingiu em Minas os mesmos resultados, sendo a diferença da intensidade da acumulação de capital do setor cafeeiro em gerar um desenvolvimento capitalista a principal contradição nesta comparação entre as regiões paulista e mineira.

Entretanto, de acordo com Pires (2004), esta decadência da economia cafeeira não deve ser associada a incapacidade deste setor em gerar certo dinamismo econômico que provoque inviabilização da industrialização. Desta forma, a análise da diversificação urbano industrial que ocorreu em Minas durante grande parte do período de boom da economia cafeeira é fundamental para que se evite a negação recorrente dos historiadores¹⁵ de que houve baixo dinamismo e limitações físicas e espaciais deste setor nas regiões de Minas. Além disso, em conjunto a produção da região da Zona da Mata, ocorreu ascensão e consolidação da região

¹⁵ Giroletti (1988), assim como Pires (2004) analisa a industrialização de Juiz de Fora. Contudo, chama atenção ao fato de que foram os elementos relacionados à infraestrutura e aos avanços sociais, os fatores que mais contribuíram para o impulso industrial da cidade. Para o autor, foi a expansão do mercado interno a partir da construção da rodovia União e Indústria e a vinda dos imigrantes, no qual os fazendeiros tiveram papel ativo no que diz respeito a investimentos em infraestrutura e capital financeiro, o que impulsionou o desenvolvimento industrial da região.

Central e maior integração com as regiões Norte e Nordeste de Minas, sobretudo com resultados da expansão ferroviária que vinha ocorrendo na região.

Toda a diversificação da economia de Juiz de Fora entre final do século XIX e início do século XX ficou marcada em números pela historiografia de Minas. Em 1907, por exemplo, segundo Pires (2004) na relação dos dez maiores municípios industriais do estado, Juiz de Fora aparece em primeiro lugar com representatividade de 46,81% do valor da produção industrial total, seguido dos municípios de Sete Lagoas com 14,11% e Belo Horizonte com 8,23%.

Sintetizado os principais elementos históricos da região da Zona da Mata, apresenta-se agora brevemente a economia sul mineira. Neste ponto o estudo de Castilho (2009) aparece como relevante obra em que analisa durante o período de 1870 a 1920 o abastecimento interno da região, assim como a cultura do café.

Para explicar o desenvolvimento da região Sul, Castilho (2009) analisa dois elementos importantes: a composição demográfica da região e a representatividade política do Sul de Minas. Para o autor, tal região representava, no final do século XIX e início do século XX, a maior parte da população do estado com intensa produção de alimentos e criação de animais, ligação econômica e cultural com os estados de Rio de Janeiro e São Paulo, o que contribuía para explicar as raízes dos futuros políticos mineiros e concentração política e populacional da região.

Castilho (2009) explica que em 1872 o grande número populacional da região Sul de Minas, que neste ano era de 352.001 pessoas, era representado por 79% de pessoas livres e 21% de pessoas escravas, inserindo esta região como terceira maior dona do plantel escravista da província atrás da Zona da Mata e da Zona Metalúrgica. Tal fato, de acordo com o autor, indica a importância econômica da região, assim como o reflexo de ambições políticas que apresentavam ser as mais dinâmicas da região, pois conforme Quadro 2 a seguir, possuía maior representatividade da elite política mineira em nível presidencial com “grande ninho de futuros políticos”.

Quadro 2 - Perfil comparativo da elite política mineira

(continua)

Região de Base política	Presidentes 1890-1933	Vice-Pres 1890-1933	Dep.Fed. 1890-1937
Norte	0,0	10,0	7,8
Jequitinhonha	0,0	10,0	3,9
Rio Doce	5,6	10,0	3,0

Quadro 2 - Perfil comparativo da elite política mineira

(conclusão)

Região de Base política	Presidentes 1890-1933	Vice-Pres 1890-1933	Dep.Fed. 1890-1937
Mata	22,2	30,0	25,0
Metalúrgica	22,2	10,0	31,0
Sul	38,9	20,0	19,8
Oeste	11,1	10,0	6,9
Triângulo	0,0	0,0	2,1
	100,0	100,0	100,0

Fonte: Fleisher (1982, p. 48 *apud* CASTILHO, 2009, p. 9).

Em relação a economia do sul de Minas, Castilho (2009) destaca que foi o comércio de mercado interno ligado a produtos como, porcos, gado, fumos, queijo e cereais interligado a mão de obra escrava que caracterizou a expansão de outras diversas atividades contribuindo para concentração econômica tanto em grandes propriedades, quanto a sobrevivência de pobres e sitiantes. Foi apenas no final do século XIX que, com a consolidação da economia cafeeira que se desenvolveu principalmente na Zona da Mata é que a região Sul de Minas passou a sofrer fortes transformações no quadro econômico e social, tendo como consequência mais visível a redução do abastecimento interno.

No que diz respeito a importância da região Sul em Minas, outro importante trabalho é o de Marson (2017), o qual realizou um estudo demonstrando a evolução econômica desta região sob a perspectiva da história da indústria de transformação.

Na região Sul, desde o século XIX predominava os produtos oriundos de atividades agropecuárias e derivados do leite como queijos, manteigas e banhas e foi exatamente a partir de tais atividades que se originou os principais produtos manufaturados da região. Assim, na primeira metade do século XX observa-se a importância da indústria de transformação na região Sul do estado que, em 1937, representava a terceira posição no total da produção da indústria de transformação seguida das regiões Centro e Mata (MARSON, 2017, p. 172).

A partir das análises sobre os principais elementos históricos e dinâmica das regiões em Minas dos autores mencionados nesta seção, pode-se afirmar que em relação as atividades econômicas de Minas, houve certa concentração na região da Zona da Mata e região Central, tendo em vista que estas apresentaram-se como mais dinâmicas. Além disso, a importância dos municípios de Sete Lagoas e Belo Horizonte no ano de 1907 indicam que a região Central expande a seu desenvolvimento industrial no mesmo período em que Juiz de Fora se articula

como principal centro econômico da região da Zona da Mata, características que serão posteriormente abordadas neste trabalho.

Após um longo período sendo referência como centro industrial de Minas, Juiz de Fora que era um grande município da região cafeeira, passa a dividir esta importância de centro econômico após as articulações políticas em prol da consolidação de Belo Horizonte como capital do estado e intensificando a região Central novamente como polo do centro dinâmico de Minas, o que foi o caso da Zona Metalúrgica e desenvolvimento de outros municípios próximos.

2.2.3 Aspectos políticos: a consolidação da região Central

Em paralelo ao desenvolvimento da Zona da Mata como uma das principais regiões econômicas do estado, a região Central também se desenvolve e se diversifica no contexto urbano-industrial. Desta forma, volta a ganhar importância, assumindo mais uma vez e agora de forma definitiva durante o século XX, a consolidação do espaço econômico e político com posição de destaque entre as regiões, ficando conhecida como Zona Metalúrgica, ou região Central.

Contudo, tal desenvolvimento regional faz parte da busca pela superação de atraso relativo em relação a outros estados brasileiros e que teve como elemento importante a presença do Estado e de elites técnicas, o que pode ser considerado como a aplicação do uso de planejamento em um contexto de industrialização da economia nacional. Autores como Wirth (1982), Aguiar (2006), Gomes (2012) e Matos e Mello (2012) possuem argumentos semelhantes de que a busca para modernizar Minas foi resultado de uma ação planejada entre o Estado e as elites técnicas.

Em termos de crescimento, Wirth (1982) afirma que entre 1889 a 1937 a economia mineira apresentou um crescimento irregular e moderado, mas não de estagnação. Os têxteis eram importantes em 1870, os produtos alimentícios em 1900 e o aço e ferro assumem relevância a partir de 1930, mas a marca de crescimento irregular ficava enraizada na região frente a outros estados do país, o que levava a pauta sobre a superação do baixo dinamismo ficar cada vez mais discutida entre os políticos e dirigentes do estado.

Ainda de acordo com Wirth (1982), a política mineira desenvolveu-se em três fases: na primeira fase a região se preocupou mais em questões de âmbito interno sem busca por liderança na federação; na segunda fase em 1898, tendo como governador Francisco Silviano Brandão (1898-1902), buscou-se parceria com o presidente de São Paulo em prol da inserção

de Minas no cenário nacional que em resumo terminou por conflitos internos; por fim, na terceira fase a partir de 1929, ao optar por não apoiar o então presidente Washington Luís, Minas acabou por criar um caminho que, posteriormente fez o estado a tornar-se um forte cliente político de Getúlio Vargas (WIRTH, 1982, p. 154-155).

Nestas fases políticas descritas por Wirth, houve predominância pela defesa em prol da modernização regional, embora dividida entre pensamentos distintos de como seria atingida tal modernização, ora via agricultura, ora via indústria. Mas o que se deve enfatizar é a presença do início da tomada de consciência em relação ao atraso relativo de Minas frente a outras regiões do país, além da intenção de construção de uma nova capital.

Em seu trabalho intitulado “Vastos subúrbios da nova capital: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte” Aguiar (2006), aponta que a justificativa para a busca pela integração das regiões do estado e promoção da modernização regional via construção da nova capital se estabelece em três concepções que ficaram mais evidentes entre as elites mineiras no Congresso Mineiro Constituinte¹⁶ no final do século XIX: o diagnóstico de estagnação econômica e atraso relativo frente ao centro econômico do país, onde São Paulo e Rio de Janeiro eram referências; a falta de interligação entre o poder político e o poder econômico, uma vez que a política centralizava-se na capital Ouro Preto e o poder econômico estava evidenciado nas regiões mais dinâmicas Sul e Zona da Mata principalmente pela cultura cafeeira e proximidade aos centros econômicos e; a desarticulação territorial do estado resultava na estagnação econômica, sendo necessário a união das regiões em uma centralidade forte e representativa (AGUIAR, 2006, p. 34-36).

Entretanto, apesar da busca por uma solução que fosse capaz de impulsionar Minas com foco na modernização regional via industrialização, desde o início da ideia da construção da nova cidade que viesse a fazer o papel de capital, os conflitos internos já eram evidentes. A ideia projetada para construir Belo Horizonte foi feita pelo então engenheiro Aarão Reis em 1895 submetida as necessidades de infraestrutura moderna e urbanização, tendo como foco a industrialização. Porém, por trás deste projeto havia em Minas outros dois problemas já levantados, como era o caso da necessidade de expansão da rede de transporte no estado e também da modernização das atividades agrícolas e agropecuárias das regiões ligadas principalmente a cultura cafeeira (AGUIAR, 2006).

¹⁶ Para mais informações sobre o Congresso Mineiro Constituinte ver a obra “As Constituintes mineiras de 1891, 1935 e 1947: uma análise histórica da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1989. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/374>. Acesso em: 8 mar. 2021.

Vai ser exatamente por causa da existência destes conflitos internos existentes durante o período de construção da nova capital que Aguiar (2006), aponta que o foco principal da construção de Belo Horizonte passou a ser dividido com a resolução de outras demandas da época. Além de construir a nova cidade de Minas, o governo realizou também a construção de zonas agrícolas.

Por fim, o governo mineiro, através da Repartição de Terras e Colonização, implantou nos arredores da nova capital, cinco colônias agrícolas, formando a chamada zona colonial, também em terras que segundo o plano da CCNC estavam destinadas à zona suburbana da Cidade de Minas. Desse modo, a implantação, em 1898 e 1899, da zona colonial implicou ajustes e modificações no plano de Aarão Reis. (AGUIAR, 2006, p. 33).

Para se ter ideia da divisão existente entre os representantes políticos mineiros Aguiar (2006) cita que:

A partir de 1891, ou seja, do Congresso Constituinte Mineiro, os debates políticos demandaram, por um lado, apoio oficial à cafeicultura estabelecida no Sul e na Mata, através de medidas que permitissem aos grandes plantadores contornar a crise de mão-de-obra decorrente da Abolição e que melhorassem o escoamento da produção cafeeira para o mercado internacional, e, por outro, iniciativas que superassem o relativo atraso das demais regiões mineiras, que unificassem o estado e que estabelecessem as condições necessárias para a modernização regional. (AGUIAR, 2006, p. 31-32).

Outro estudo relevante no contexto da divisão entre as elites mineiras é o de Gomes (2012). A autora buscou entender como se deu a reprodução social do espaço de Belo Horizonte durante a busca pela modernização em Minas e suas conclusões vão de encontro com os argumentos de Aguiar (2006). Gomes (2012) chama atenção ao fato de que a economia mineira no período da iniciativa de construção de uma nova capital era predominantemente agrícola, e, conseqüentemente comandada por oligarquias não adeptas a modernização industrial, ou seja, até que ponto tais personagens estariam dispostos a abrir mão de seus investimentos agrícolas para deslocá-los para o setor industrial? Como consequência, os objetivos em prol da modernização urbano-industrial podem ter ocasionado uma escolha planejada da classe dominante que comandaria tais ações, isto é, a de que o processo de desenvolvimento foi articulado entre o Estado e elites técnicas.

A tentativa de acomodação dos diferentes interesses e disputas políticas destes grupos presentes na história de Minas é que serve como uma das justificativas para a construção da nova capital em Belo Horizonte, em prol da “unicidade regional na reprodução do estado de Minas Gerais”, além do seu objetivo maior, que foi a modernização regional (GOMES, 2012, p. 197).

Todavia, o cumprimento das funções atribuídas à nova capital demandou o engendramento de outras ações estratégicas por parte do estado, na medida em que

havia limites e antagonismos a serem superados. Que, em ampla medida, ameaçaram a própria unicidade das regiões na forma de estado da federação, diante das disputas políticas das oligarquias regionais. Neste sentido, o desafio colocado para o estado foi, além de sua modernização industrial inserida no ordenamento territorial brasileiro, acomodar os diversos interesses e disputas políticas. (GOMES, 2012, p. 197).

O fato da construção de Belo Horizonte ter dividido espaço com outros objetivos econômicos entre o final do século XIX e início do século XX contribuiu significativamente para entender o porquê de o impulso industrial não ter alcançado resultados tão precisos já no início da sua materialização, como será demonstrado ao longo deste trabalho. A grande divisão dos interesses entre as elites do estado, por um lado impulsionou o desenvolvimento regional através de diferentes setores, mas por outro acabou gerando conflitos internos que se apresentaram como negativos para a busca pela industrialização.

Outra contribuição importante sobre o entendimento da região central como escolhida para realizar o projeto da transferência da capital e realizar a modernização mineira foi a de Matos e Mello (2012). À luz da perspectiva de estudo sobre a siderurgia mineira, os autores resgataram os principais elementos que servem de suporte para entender o que estava por trás da mentalidade do governo e das elites técnicas em prol da modernização regional.

Segundo Matos e Mello (2012), três fatores são explicativos da realização ocorrida em Minas em busca da modernização e urbanização regional: os recursos naturais, o Estado forte e uma elite instruída. Separada em dois períodos, a história política e econômica de Minas pode ser explicada inicialmente pela época da exploração do ouro até a Proclamação da República e, logo depois, um longo período focado em superação do subdesenvolvimento de Minas Gerais com busca de construção de uma nova capital que fosse capaz de oferecer centralidade política¹⁷ e econômica¹⁸ que vai até a primeira metade do século XX. Daí em diante dá-se como realizado grandes conquistas no que diz respeito a modernização e industrialização do estado.

Para destacar a dinâmica econômica entre as regiões, Matos e Mello (2012) argumentam que em paralelo a inauguração da capital mineira em Belo Horizonte em 1897, a economia cafeeira, que estava mais concentrada na região da Zona da Mata ainda estava em ascensão, e esta só veio a apresentar sinais de decadência no século XX. Por outro lado, também no final

¹⁷ De acordo com Gomes (2012), uma das maiores ameaças a integridade do território mineiro eram as disputas políticas. Com isso, a iniciativa de construção da nova capital faz parte de uma estratégia para superação das próprias contradições internas do território.

¹⁸ Para Diniz (1978) “a um mercado disperso correspondiam atividades econômicas dispersas. A falta de um centro polarizador e de uma atividade capitalista dominante dificultavam a endogenização do processo de acumulação e a apropriação de excedentes de forma concentrada, como base para o investimento industrial” (DINIZ, 1978, p. 13).

do século XIX uma outra região ganha importância econômica em resultado da economia do minério de ferro, região que veio a ser chamada de Vale do Rio Doce.

Para Matos e Mello (2012), com a República, a elite mineira intensifica a necessidade de consolidação de um Estado que atuasse em prol do desenvolvimento regional. Surgem mudanças sociais com maior atuação no setor da educação, principalmente com interesse em formação de técnicos para atuação na vida pública e que desse resultados em torno das metas de desenvolvimento. Políticos como Crispim Jacques Bias Fortes, Wenceslau Brás Pereira Gomes, Campos Salles, Silviano Brandão, Artur Bernardes, Raul Soares, João Pinheiro, Francisco Salles, entre outros, foram nomes de destaque e que atuaram de diversas maneiras em prol do desenvolvimento econômico do estado.

Posteriormente, com a presença de Benedito Valadares no governo estadual entre 1933 e 1945 e seu apoio pelo presidente Getúlio Vargas, Minas começa a ganhar maior atuação política, com estratégias de planejamento e industrialização em comando pelo Estado, que para Matos e Mello (2012), foi um período de troca entre a classe política tradicional para a nova elite governamental. Daí em diante os esforços para impulsionar o desenvolvimento mineiro foram se materializando cada vez mais até que se alcançou durante a segunda metade do século XX¹⁹: um espaço urbano no centro de Minas Gerais, uma economia industrial fundada na indústria de base; e uma população com participação substantiva nos órgãos políticos decisórios, conquistando poder perante a instância federal (MATOS; MELLO; 2012, p. 73).

O objetivo inicial da capital em Belo Horizonte de apresentar centralidade econômica torna-se mais forte, novas industriais começam a se espalhar e os setores financeiro, comercial e industrial se desenvolvem. No período de 1920 a 1947 a participação da região Central/Metalúrgica passa de 32% para 45% e a Zona da Mata passa de 36% para 20%, foi nessa fase que ocorreu mudança na posição de destaque entre as regiões em relação a produção industrial (MATOS; MELLO; 2012, p. 67).

Se por um lado, a industrialização ocorrida na Zona da Mata conforme demonstrado anteriormente foi resultado de uma dinâmica própria e interna consequente dos fatores econômicos externos como foi o caso do café, por outro lado, a industrialização que ocorreu na região central foi induzida por meio do planejamento entre dois atores: Estado e elites técnicas. Parece assim, esta ser a principal diferença a ser destacada entre o desenvolvimento destas duas

¹⁹ Segundo Gomes (2012), apesar da nova capital ter sido criada em 1897, “foi somente a partir de 1960/70 que Belo Horizonte conseguiu, efetivamente, centralizar a riqueza produzida no Estado, cumprindo afinal, aquilo que foi o seu ideal.

regiões, ao mesmo tempo em que outros espaços do estado, apesar de também terem se desenvolvido não indicaram um efeito dinamizador tão grande como no caso destas regiões.

Neste contexto das mudanças na dinâmica econômica destas principais regiões do estado observa-se dois cenários distintos, mas interligados entre si: o cenário político e o cenário econômico. Em relação ao cenário político entre o último quartel do século XIX até a primeira metade do século XX, a literatura corrobora para a existência de atuação conjunta entre o Estado e o empresariado formando diferentes tipos de elites técnicas em prol da defesa dos interesses em pauta. Já em relação ao cenário econômico, o mesmo apresentou alguns setores mais fortes que se consolidaram e expandiram.

2.2.4 Aspectos econômicos: o atraso relativo de Minas Gerais

Conforme demonstrado neste trabalho, o desenvolvimento econômico de Minas baseou-se em profundas transformações, algumas regiões se sobressaíram mais que as outras formando um território diversificado e com característica de desarticulação entre as regiões. A partir deste contexto, o diagnóstico feito para a economia durante o início do século XX ficou baseado em certo atraso econômico relativo, o que originou uma discussão de comparação com outros estados brasileiros, como São Paulo.

Diniz (1981) explica que a região central mineira, sofreu pela falta de uma atividade única e centralizada e pela falta de infraestrutura econômica, o que impedia a dinâmica e o desenvolvimento regional, além de ter sido marcada por tentativas siderúrgicas fracassadas como foi com a CSN (Companhia Siderúrgica Nacional).²⁰ Problemas como energia, transporte e comunicações, deixavam Minas isolada economicamente e dependente de recursos estatais para dar grandes saltos em termos de desenvolvimento regional. Outra característica importante se refere ao fato de que o denominado “mosaico mineiro” era tão disperso que algumas destas sub-regiões encontravam saídas econômicas aliando-se a outros estados, o que aprofundava ainda mais a questão da falta de integração regional, isto é, a dispersão geográfica das atividades.

²⁰ A CSN foi criada durante o período em que Getúlio Vargas estava na presidência do país. Apesar de que inicialmente o plano era de construir a companhia no território mineiro, a mesma foi feita em Volta Redonda no Rio de Janeiro devido a questões relacionadas a II Guerra Mundial. Para Matos e Mello (2012, p. 62) “em 1940, Minas perde a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) para o Rio de Janeiro e ganha a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), que reconfigura o espaço da Zona Metalúrgica de Minas Gerais (ZMMG), conectando-a ao mundo.

Ao analisar o atraso de Minas após o diagnóstico feito pelos principais órgãos e integrantes defensores da industrialização, Diniz (1981) diz que:

O Estado de Minas Gerais foi caracterizado como em nítida situação de subdesenvolvimento, cujos principais indicadores eram: o baixo grau de urbanização, a predominância de atividades agropecuárias, as grandes diferenças de produtividade, baixo nível de saúde e escolarização. Como não poderia deixar de ser, esta caracterização se fundamentava na comparação com outras regiões do país, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo. As causas explicativas do atraso e do empobrecimento relativo se sustentavam em razões históricas, como o tipo de povoamento, a pecuária extensiva, a mineração predatória, a disseminação urbana e econômica e nos aspectos geográficos e físicos (DINIZ, 1981, p. 141).

Mesmo com a expansão de outras atividades, como a indústria têxtil e a da siderurgia em Minas, uma das mais importantes atividades da economia mineira foi a cafeicultura. Entretanto, por motivos específicos, Cano (1985) cita que Minas, diferentemente de São Paulo, não conseguiu dinamizar a economia através da economia cafeeira e com a crise de 1929, pouca integração das sub-regiões, dependência do capital mercantil do Rio de Janeiro, não superação do trabalho escravo, diminuição absoluta e relativa de sua produção e ausência de portos para saída de seus produtos de exportação, o estado ficou em uma posição de atraso relativo frente ao estado de São Paulo. Desta forma, as dificuldades para dinamizar a economia através da cafeicultura geraram fomento para criação de bancos no estado, suscitando também em uma importante ação governamental para unificar as diversas regiões pouco ligadas no território mineiro - a criação da nova capital de Belo Horizonte em 1897 - causando impactos econômicos e sociais.

Tendo como base a expansão da economia cafeeira, o estado de São Paulo demonstra que a industrialização foi reflexo do desenvolvimento da expansão do café, criando bases para o mercado interno, urbanização e desenvolvimento das regiões. Durante a expansão da economia cafeeira, diversos elementos foram determinantes do sucesso de São Paulo. Gremaud (1997) justifica esse êxito citando principalmente as razões de ordem histórica e razões de ordem natural no comparativo com outros estados. Para o autor, as razões de ordem natural são explicadas pela queda da produtividade dos cafezais no Rio de Janeiro e outras regiões. Já as razões de ordem histórica são analisadas pelo impacto do escravismo e vinda de imigrantes, pois São Paulo foi intensamente beneficiado pelo fluxo de imigrantes europeus destinados a lavoura de café após a abolição da escravatura, o mesmo não se deu nas outras regiões cafeeiras do Brasil na mesma intensidade em que ocorreu em São Paulo.

Ao unir elementos como mão de obra disponível, disponibilidade de terras férteis, posse e disponibilidade de capital-dinheiro pela burguesia e demanda externa favorável, o estado de

São Paulo, pôde dar grandes saltos no seu desenvolvimento regional e assim iniciar a sua industrialização. Conforme cita Gremaud (1997), a diversificação da atividade na economia cafeeira trouxe a urbanização, elemento fundamental que resulta na consolidação de um mercado interno e diversifica a estrutura econômica construindo estradas de ferro, eletricidade e surgimento de outras atividades, desenvolvendo assim, o que diversos autores chamaram de “complexo cafeeiro”, denominação feita por Wilson Cano. Além da urbanização, o autor cita a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado como essencial para consolidação do mercado interno, ou seja, mercado consumidor com formação de um mercado de trabalho e desenvolvimento das forças produtivas.

Desta forma, a medida em que a expansão cafeeira foi se consolidando em São Paulo, a necessidade de expansão industrial foi se transformando em um resultado da mesma, isto é, a utilização de São Paulo como centro industrial bem-sucedido, é feita sob análise de um resultado de vantagens do complexo cafeeiro.

A partir dos argumentos de Cano (1985) e Gremaud (1997) pode-se fazer duas observações da economia de Minas em comparação com a de São Paulo. Por um lado, pode-se avaliar o atraso relativo de Minas sob a perspectiva da agricultura. Por outro, pode-se fazer esta análise a partir dos dados industriais.

A partir da Tabela 1 a seguir pode-se observar que o valor da participação da produção agrícola de Minas Gerais era uma das maiores entre as regiões analisadas, sendo superior aos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e demais regiões em todos setores entre 1919 e 1939. Entretanto, quando comparada com São Paulo, a participação da produção agrícola de Minas apresenta-se inferior, sendo que nas lavouras, a diferença passou a ser mais discrepante entre os anos de 1919 e 1939, passando de uma diferença de 8,4 pontos percentuais em 1919 para 17,7 pontos percentuais em 1939.

Tabela 1 - Participação regional do valor da produção agrícola (em percentagem)

	Lavouras		Animal		Extrativa		Total	
	1919	1939	1919	1939	1919	1939	1919	1939
São Paulo	28,8	31,2	8,3	12,2	3,8	9,3	25,4	25,1
Rio de Janeiro (*)	5,7	3,8	2,3	3,2	1,7	2,7	5,2	3,6
Minas Gerais	20,4	13,5	29,4	23,6	4,4	9,7	21	16,8
Espírito Santo	2,7	1,9	0,6	1,6	1,2	1,7	2,4	1,8
Demais regiões	42,4	49,6	59,4	59,4	88,9	76,6	46	53,7
Brasil	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Cano (1985, p. 304).

Nota: (*) Compreende o antigo Estado do Rio de Janeiro e o antigo Distrito Federal.

Analisando agora a diferença econômica entre Minas e São Paulo sob a perspectiva industrial, observa-se pela tabela 2 que, entre os anos de 1907 e 1939, Minas apresentou crescimento na participação regional do valor da produção industrial, mas mesmo com crescimento estava atrás de São Paulo e também do Rio de Janeiro. Outra observação importante se dá pelo impacto do crescimento em um período de tempo de trinta e dois anos. Enquanto São Paulo passa de 15,9% de participação em 1907 para 45,4% (variação de +29,5% na participação regional do valor da produção industrial), Minas Gerais passa de 4,4% em 1907 para 6,5% em 1939 (variação de +2,1%).

Já observando a taxa média anual real de crescimento entre o período total analisado, os estados que possuem as maiores taxas são respectivamente Minas Gerais e São Paulo com 7,5% e 7% entre 1919 e 1939. Este dado indica que durante estes anos, apesar de São Paulo estar a frente no total da produção da industrial do país, houve em Minas um impulso positivo que fizesse com que a taxa média de crescimento se tornasse superior. Tal fato pode estar relacionado as diversas tentativas de impulso à modernização regional de Minas por meio da indústria.

Com isso, pode-se afirmar que, a partir dos dados observados na primeira metade do século XX, Minas Gerais encontra-se com atraso econômico relativo para São Paulo tanto pela ótica da agricultura pela ótica da indústria. Contudo, as tentativas de industrialização surtiram em efeitos positivos em relação a taxa média anual real de crescimento da produção industrial.

Tabela 2 - Valor da produção industrial

	Participação regional (%)			Taxa Média anual de crescimento real entre 1919 e 1939 (%)
	1907	1919	1939	
São Paulo	15,9	31,5	45,4	7,0
Rio de Janeiro	7,6	7,4	5,0	4,2
Antigo Distrito Federal	30,2	20,8	17,0	5,7
Minas Gerais	4,4	5,6	6,5	7,5
Espírito Santo	0,1	0,7	0,4	3,6
Demais	41,8	34,0	25,7	
Brasil	100	100	100	5,7

Fonte: Cano (1985, p. 305).

O atraso relativo de Minas Gerais frente a outras regiões brasileiras ao passar a fazer parte da preocupação das elites mineiras, impulsionou a criação de instituições importantes no estado relacionados à agricultura e a indústria. Havia um consenso entre a maioria dos órgãos e integrantes do governo e das principais entidades privadas de que a modernização e a recuperação econômica seriam a chave para superação do atraso de Minas Gerais.

Contudo, apesar da busca por esta modernização, havia a princípio certa fragilidade e falta de articulação entre as diferentes elites, o que levou a busca pela contribuição e participação do Estado²¹ como uma alternativa de esforço conjunto após o diagnóstico do atraso relativo.

Os dados da Tabela 2 também foram analisados por Barbosa (2012),

E é essa percepção de não crescimento, sobretudo na comparação com São Paulo, que permite ao governador Milton Campos, eleito no pleito de 1946 após a queda de Valadares e uma sucessão de interventorias de pouco fôlego (atinentes à própria indefinição do PSD no período de pré-campanha para o governo mineiro), organizar uma Comissão Técnica, presidida pelo engenheiro e industrial Américo Renné Giannetti, que ao fomentar a campanha da União Democrática Nacional de dados e propostas sobre a economia mineira, acabou por se tornar a origem do modelo do governo Campos de desenvolvimento econômico regional. (BARBOSA, 2012, p. 121-122).

Menezes (2020) concorda com a interpretação de que o atraso econômico relativo de Minas Gerais e as estratégias de recuperação econômica durante a primeira metade do século XX se justifica pela comparação do bom crescimento econômico de São Paulo no período. Ademais, enfatiza que a opção pela diversificação econômica foi dividida entre dois segmentos, o setor industrial e o setor agrícola.

A busca pela recuperação econômica ficou mais evidente, principalmente, a partir do governo de Benedito Valadares (1933-1945), sendo que durante os governos de Milton Campos (1947-1951) e Juscelino Kubistchek (1951-1955) também houve importantes conquistas e realizações. O início das ações de planejamento no estado ficou mais direcionada para a diversificação agrícola. Entretanto, conforme foi destacado por Diniz (1981) o fato da localização da CSN ter sido escolhida no Rio de Janeiro, resultou em um sentimento de fracasso para o estado mineiro, sendo que a partir disso as atenções do governo de Valadares ficaram mais direcionadas para a industrialização (MENEZES, 2020).

Vai ser a partir deste novo direcionamento que o foco industrial de Minas vai tomando forma e se materializando. Entretanto, vale lembrar neste trabalho que o período focado na consolidação da indústria mineira possui raízes ainda no século XIX, o que necessita de uma análise mais atenciosa quanto aos planos e projetos iniciais da tentativa de modernização mineira. Desta forma, o capítulo 3 deste trabalho irá abordar os principais governos, planos, projetos de modernização da economia mineira no período da primeira metade do século XX,

²¹ Para Dulci (1999, p.32) “Os caminhos subsequentes à fase pioneira da industrialização foram vários, mas tiveram como denominador comum o uso de recursos políticos. Corresponderam a projetos de modernização em que assumiu crescente importância a ação do poder público (sob a forma de planejamento, suporte financeiro ou mesmo investimento direto) como contrapeso a desvantagens comparativas”.

demonstrando como o estado mineiro passou a criar diretrizes em prol da industrialização e desenvolvimento regional.

3 ESTRATÉGIAS PARA A ECONOMIA MINEIRA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

O presente capítulo tem o intuito de demonstrar quais foram os principais debates e ações acerca do processo de desenvolvimento de economia mineira, assim como os desdobramentos da modernização regional na primeira metade do século XX. A princípio esse debate é focado no processo de industrialização. No entanto para se entender tal processo, faz-se necessário resgatar os acontecimentos que incorporaram as raízes do processo industrial em Minas, isto é, as tentativas de modernização via agricultura e via indústria até que se chegue ao ponto industrial definitivo.

Para isso, serão apresentadas duas seções. Na primeira é introduzido um contexto geral de como se caracterizava o debate da modernização baseada nas definições das elites regionais. Na segunda seção analisa-se os principais governos de Minas a fim de captar os elementos que contribuem para o entendimento das questões industriais.

3.1 CONTEXTO TEÓRICO DO PROBLEMA DA MODERNIZAÇÃO REGIONAL

Conforme foi demonstrado nos capítulos anteriores, a economia mineira foi caracterizada por vários elementos que constituem um panorama da sua diversidade e das suas peculiaridades. Para compreender o contexto geral pelo qual foi construído o debate da modernização regional e recuperação econômica em Minas é apresentado nesta seção os argumentos de Wirth (1982), Dulci (1999), Viscardi (2000), Eakin (2001), Godoy (2009), Gomes (2012) e Barbosa (2012).

Num contexto tão amplo que se trata de recuperação econômica entre a passagem do século XIX para o século XX, há uma questão fundamental de caráter social e político que foi destacada pelos autores que estudaram a modernização da economia mineira: o alinhamento das ideias e objetivos dos grupos interessados em atingir tal propósito. Segundo Wirth (1982), os principais grupos envolvidos neste contexto foram as elites políticas, elites econômicas, elites de interesses agrícolas e líderes comerciais, mas o grupo que possuía maior nível de homogeneidade era o da elite política. Dessa forma, o autor dá ênfase a este grupo e demonstra a distribuição de influência nas regiões conforme destacado na tabela 3 a seguir.

Tabela 3 - Distribuição da elite (política) por zona, 1890-1937

Zona	Local de Nascimento	Base Política
Centro	59	106
Mata	22	38
Sul	40	22
Triângulo	3	3
Oeste	21	12
Norte	22	12
Leste	3	5
Fora do estado	27	-
Fora do país	1	-
Total	198	198

Fonte: Wirth (1982, p. 210).

Através da Tabela 3 observa-se que a elite política possuía maior distribuição de líderes de grupos de interesses na região Central e na Zona da Mata, mas que a origem desta elite estava distribuída entre as regiões do Centro e Sul. Se por um lado a elite política possuía a característica de homogeneidade, por outro lado, havia divergências desta com relação a outros grupos e até mesmo entre os próprios grupos. Wirth (1982) analisa o confronto de interesses em Minas e cita como exemplo o caso do café no período da República Velha. Por ser o produto de exportação mais importante e proporcionar um suporte orçamentário no estado, o café garantiu que as regiões da Zona da Mata e Sul de Minas dominassem a política do estado durante boa parte da República Velha. A importância do café na pauta de exportações de Minas é apresentada na Tabela 4 a seguir, no qual o café representava 39% dos principais produtos exportados por Minas em 1919.

Tabela 4 - Valor oficial dos principais produtos mineiros exportados em 1919

Produto	Valor Exportado (em mil réis)	%
Café	189.807.000	39%
Gado	111.066.000	23%
Manganês	22.530.000	5%
Diversos	19.828.000	4%
Carnes	19.474.000	4%
Manteiga	19.224.000	4%
Queijos	16.822.000	3%
Tecidos	11.946.000	2%
Fumo	9.434.000	2%
Ouro	9.018.000	2%
Aves	7.904.000	2%
Arroz	7.349.000	1%

(continua)

Tabela 4 - Valor oficial dos principais produtos mineiros exportados em 1919

Produto	Valor Exportado (em mil réis)	(conclusão)
		%
Feijão	7.323.000	1%
Toucinho	5.208.000	1%
Milho	5.124.000	1%
Águas minerais	4.524.000	1%
Açúcar	4.383.000	1%
Couros	3.946.000	1%
Madeiras	3.293.000	1%
Sola	3.252.000	1%
Leite	3.105.000	1%
Ferro	2.568.000	1%
Ovos	1.843.000	0%
Banha	1.737.000	0%
Batatas	1.553.000	0%
Total	492.261.000	100%

Fonte: Minas Gerais (1920, p. 50).

Tal argumento de importância do café nas relações comerciais é confirmado por meio do relatório da Secretaria de Finanças escrito por David Morethson Campista e apresentado ao presidente do estado de Minas, Francisco Silviano de Almeida Brandão (07/09/1898 a 21/02/1902). Nas palavras de David Campista, a situação financeira do estado, apesar de ter sido agravada pela crise geral (crise de superprodução, a partir de 1896 houve excesso de oferta mundial), possui como fonte principal de arrecadação os impostos sobre exportação que provém, principalmente, pelas cobranças das taxas sobre o café. Em exemplo numérico, Campista cita que

Na receita geral de 1898, orçada no valor total de 19.532.660\$000, figuram os impostos de exportação, excepto sobre o ouro, com o valor de 15.000:000\$000 dos quaes foi effectivamente arrecadada a somma de 13.247:865\$370; nesta arrecadação a parte do café foi de 10.851:775\$536 – ficando pra os demais impostos de exportação apenas a somma de 2.393.089\$834. (MINAS GERAIS, 1901, p. 4).

Mesmo com esta indicação de predominância da cultura do café em Minas e, mais precisamente na região Sul e Zona da Mata do estado, Wirth (1982) diz que as raízes das diferenças regionais e da divisão de interesses também podem ser explicadas na própria cultura do café. Como a região Sul exportava seu café por meio de Santos em São Paulo e a Zona da Mata através do Rio, diferenças na produtividade, impostos de exportação, preços comercializados entre outros acabavam gerando e aprofundando a formação de grupos de interesses divididos, ou seja, “diferentemente de seus colegas paulistas, sentiam dificuldades

em organizar um grupo efetivo de pressão. Os fatores políticos e econômicos produziam um ambiente diverso em Minas, que não se tratava de uma mera réplica do setor cafeeiro paulista” (WITH, 1982, p. 82).

Ao examinar o contexto de desenvolvimento regional mineiro, Dulci (1999) propõe analisar as elites tradicionais a fim de entender as bases sociais pelo qual estavam assentadas as políticas e decisões em prol da recuperação econômica,

Trata-se de extrair as diversas implicações políticas do fato de que nem a cafeicultura nem qualquer outro setor produtivo era hegemônico na diversificada economia mineira. Sem dúvida, umas das implicações a considerar é a de que esse contexto era propício à burocracia e por isso ao clientelismo, por razões apontadas em seguida. Contudo, o ponto principal é o de que, mesmo em tais condições, o Estado não deixa de canalizar e processar interesses socioeconômicos. Não havendo, como não havia em Minas, o predomínio claro de um setor produtivo sobre os demais, isso se refletiria na orientação estatal e, mais ainda, na própria configuração do Estado como organização. [...] Quanto mais Estado, maior burocracia, e é neste ponto que entra no argumento a dimensão clientelística, como resultado provável da expansão do aparelho estatal. (DULCI, 1999, p. 113).

Dulci (1999) propõe a suposição de que a oligarquia de Minas foi marcada pelo caráter patrimonialista, justificando que o sistema de clientelismo da política mineira se deve ao caráter heterogêneo e diversificado da própria economia e articula suas ideias partindo dos seguintes pressupostos: o impulso básico do desenvolvimento regional de Minas Gerais foi voltado por fatores políticos e de iniciativa interna, ao contrário de outras regiões que demonstraram ser de fator econômico e externo. Isso porque o autor divide sua análise em quatro elementos: interno, externo, econômico e político.

Os fatores políticos se explicam pelo uso comum de recursos públicos em paralelo aos projetos de modernização, seja via forma de planejamento, financiamento e investimentos diretos. Já os fatores econômicos caracterizam-se como dependentes das circunstâncias econômicas ligadas a capacidade de expansão e dinamismo do mercado como mão de obra e capital. Por outro lado, enquanto os fatores de iniciativa interna estão relacionados à capacidade de esforço interno de mobilização em prol do desenvolvimento regional, os fatores de iniciativa externa dizem respeito a motivações de cunho político dependendo do poder central, o que contraria a necessidade de ação das elites regionais (DULCI, 1999, p. 33).

Para o caso mineiro, Dulci (1999) deixa muito claro que ao elencar as justificativas em prol da recuperação econômica como sendo de fatores políticos e de iniciativa interna, está se referindo ao Estado em nível de “poder público estadual, dada a premissa de que a iniciativa da modernização regional foi sobretudo interna” e também caracterizada com uma sobreposição

de fatores políticos em relação aos fatores de mercado. Desta forma, Dulci distingue os fatores externos de âmbito do poder central para o poder estadual de âmbito interno.

Além disso, o autor contribui a análise argumentando que a industrialização de Minas foi cercada pela presença de elites dirigentes com apoio estatal sendo a elite política, elite agrária, elite empresarial urbana e elite técnica com divisão das bases sociais, conforme demonstrado no Quadro 3 a seguir:

Quadro 3 - Divisão das bases sociais

Atores/Setor	Público	Privado	Tradicional	Moderno
Elite política	x		x	
Elite agrária		x	x	
Elite empresarial urbana		x		x
Elite técnica	x			x

Fonte: elaborado pela autora, com base em Dulci (1999, p. 107).

O Quadro 3 propõe uma divisão feita por Dulci (1999) no intuito de definir as elites tradicionais pelo qual foram assentadas das políticas em prol da modernização regional. A elite política está associada ao setor público e tradicional que retomam uma estrutura socioeconômica tradicional e está associada diretamente a elite agrária, que por sua vez se caracteriza como privada e também tradicional. Tal combinação das elites política e agrária está ligada a formas de dominação como o coronelismo, interesses cafeeiros e burocracia, uma vez que é resultado da relação entre as oligarquias e o Estado por meio do clientelismo. Por sua vez, a elite empresarial urbana se associa ao setor privado e moderno, assim como a elite técnica se associa ao setor público e também moderno, o que é definido pela correspondência à estrutura urbano-industrial (DULCI, 1999, p. 107-110).

Dulci (1999), ressalta a importância de caracterizar o modelo pelo qual era regido estas bases sociais²², apresentando a forma de representação de interesses na Primeira República podendo ser divididas em três grandes teses: o coronelismo baseado na cooptação das oligarquias pelo Estado através de laços clientelísticos; os interesses agropecuários e cafeeiros, sendo que havia hegemonia dos interesses cafeeiros na política mineira e; a burocracia e o

²² As características elencadas por Dulci (1999) para explicação do caso de Minas e diferenças nas bases sociais estão alinhadas com os argumentos de Godoy (2009), no qual diz que desde o período imperial havia entre as elites mineiras uma ausência de consciência de uma entidade regional, no qual era resultado da diversidade regional existente que resultava na fragmentação de interesses. Com isso, as práticas de patrimonialismo e clientelismo eram costumeiras.

clientelismo que fazem parte do modelo weberiano de patrimonialismo (DULCI, 1999, p. 108-110).

Desta forma, Dulci sugere que a justificativa da necessidade de um Estado mais centralizado, se deve ao fato de que cada uma das elites tradicionais e seus interesses se baseavam em ideias ou interesses distintos.

Observa-se então que no entendimento das articulações entre as elites dirigentes e o Estado temos quatro conclusões básicas:

- a) Para eficácia do processo de modernização foi utilizada, na maioria das vezes, a opção de continuidade política pelas elites que se alternavam no poder, o que fez com que a diversificação econômica da região e a modernização social fosse caracterizada pelo não deslocamento das elites tradicionais do poder;
- b) A presença do Estado se dava por dois motivos principais: a necessidade de sua própria centralização como resultado da heterogeneidade da economia mineira e a prática do coronelismo;
- c) Embora ocorressem oposições políticas entre as elites tradicionais que alternavam no poder, o que mudou foi apenas o caráter de cada uma, ora agrário, ora industrial.
- d) Fatores políticos sobrepondo os fatores econômicos (DULCI, 1999, p. 107, 148).

As características anteriores representam assim, um sistema político marcado tanto pela continuidade, quanto pela mudança política, cada uma na sua respectiva necessidade de representação dos interesses das oligarquias politicamente organizadas. O sistema político mineiro ficou marcado pelos partidos PRM, PSN, PP, PSD, UDN, PR, PTB, PSB e embora muitas das vezes, optou-se pela continuidade dos objetivos e instrumentos empregados “houve diferenças, por certo, que se explicam em parte por variações nas contingências externas, e em parte por escolhas de caminhos distintos para a recuperação econômica” (DULCI, 1999, p.137).

A divisão das bases sociais em diferentes elites feita por Dulci (1999), também pode ser apresentada pelas profissões pelo qual exercem tais membros, conforme foi feito por Viscardi (2000) e apresentada no Quadro 4, a seguir. Ambos autores, ao mencionarem as elites, referem-se ao mesmo período de tempo que compreende finais do século XIX e primeiras décadas do século XX.

Quadro 4 - Elite mineira por profissões²³

Profissão	Primeira Geração	Percentual	Segunda Geração	Percentual	Total Percentual
Bacharel	19	65,51	18	85,71	74
Professor	11	37,93	8	38,09	38
Jornalista	9	31,03	5	23,8	28
Empresário/Banqueiro	6	20,68	5	23,8	22
Engenheiro	4	13,79	2	9,52	12
Médico	4	13,79	1	4,76	10
Fazendeiro	4	13,79	1	4,76	10

Fonte: Viscardi (2000, p. 13).

De acordo com Viscardi (2000) é de fundamental importância entender não só as origens regionais das elites mineiras, assim como os cargos em que estavam ocupados, a influência em exercerem cargos públicos para que se possa compreender qualitativamente as razões das diferenças e interesses específicos dos grupos.

Retomando as palavras de Wirth (1982), parece preocupante a maneira como se comportavam os interesses econômicos e regionais de Minas na busca por melhorias para o estado. Se uma divisão entre as diversas regiões de Minas já indicava uma forte dificuldade de articulação para superação do atraso relativo, a divisão de grupos de interesses dentro de um outro grupo que liderava a posição econômica no final do século XIX (como no caso do café) tornava-se claramente que os fatores econômicos, conforme indicado por Dulci (1999), não dariam conta, por si só, de impulsionar o mercado mineiro rumo ao impulso sobre o desenvolvimento econômico. Tudo isso contribui para justificar a necessidade de fatores políticos e de iniciativa interna (em nível estadual) para superação do atraso econômico relativo de Minas frente a outros estados do país.

Com um estado marcado pelas características acima em torno do desenvolvimento mineiro, a criação de Belo Horizonte surge como necessidade de centralização política e integração de todo o estado, marcando assim, um grande centro industrial. Otávio Soares Dulci cita que

[...] esperava-se que a nova capital viesse efetivamente a exercer o papel de centro de integração política e econômica do “mosaico mineiro” [...]. [...] a nova capital deveria não só articular o fluxo comercial das diversas partes do estado, mas servir igualmente de pólo de desenvolvimento industrial [...] (DULCI, 1999, p. 41-42).

²³ O total excede a 100 em razão da existência de carreiras múltiplas. (Viscardi, 2000, p. 13).

A análise da criação da cidade de Belo Horizonte que teve como nome inicial “Curral Del Rey” comprova ainda mais a dominação política dos grandes grupos em prol da industrialização e/ou defesa de interesses específicos, o que resultou no surgimento de grandes entidades e instituições como escolas, universidades, bancos, associações.

Eakin (2001) descreve que a construção de Belo Horizonte foi pautada por Augusto de Lima (homem público que exerceu cargo de Presidente do Estado em 1891) como um lugar central de assuntos financeiros, intelectuais e industriais sujeita a grande dependência do Estado para sua expansão e consolidação.

No entendimento acerca do tema da industrialização, é comum o uso mais generalizado na literatura de associar a expansão e consolidação das economias capitalistas como sendo um resultado do desenvolvimento industrial. No Brasil, tal associação não é diferente. Eakin (2001) propõe abordar este tema especificamente ao caso do estado de Minas Gerais e a construção da capital Belo Horizonte. Sob uma perspectiva do estudo de características como forte presença estatal, redes familiares, clientelismo, patrocínio político e ausência de inovação científica, o autor propõe uma associação de tais elementos aos interesses de políticos, empresários e tecnocratas.

Eakin (2001) propõe um estudo sob divisão de aspectos tecnológicos e econômicos por considerar que são os fundamentos tecnológicos que garantem a explicação da natureza da industrialização. Desta forma, argumenta que a importância da tecnologia, inovação e difusão se deve ao fato de que ao comparar a economia agrária da América Latina frente as economias mais avançadas tecnologicamente, observa-se que o atraso econômico pode ser explicado pela rejeição das elites agrárias em aderir a modernizações agrícolas. Este fato justifica a associação entre as elites e o seu acesso ao poder político. Para enfatizar sua visão acerca do entendimento das relações entre grupos políticos Eakin mostra que:

De muitas maneiras, a política brasileira desde os anos 1930 tem buscado uma fórmula política para acomodar uma grande variedade de classes e grupos que disputam o acesso ao poder. Industrialistas e empresários têm sido dois grupos-chave, mas seu poder político surgiu como resultado de coalizões com outros grupos. Em um sistema político caracterizado por partidos fracos ou inexistentes, personalidades e redes pessoais detêm a chave do poder político e do desenvolvimento econômico. (EAKIN, 2001, p. 11-12).

Além da existência de redes de poder composto por três grupos principais (tecnocratas, políticos e empresários) e forte presença do Estado no desenvolvimento e industrialização de Minas, Eakin (2001) mostra que durante o início do século XX, havia empecilhos que contribuíam ainda mais para justificar tal prática e também para caracterizar o atraso mineiro

frente a industrialização de outras regiões: as fracas ou precárias redes de transporte²⁴, tipo de geografia, escassez de capital e de recursos tecnológicos. A partir destes argumentos, o autor justifica que a escassez de capital foi a principal razão para a entrada do governo federal em assuntos econômicos, sendo que “essa escassez histórica de capital é a principal razão para a entrada do governo federal nos assuntos econômicos na década de 1930 e do governo estadual na economia de Minas Gerais na década de 1950 (EAKIN, 2001, p. 21).

O arcabouço teórico de Eakin envolve termos como clientelismo, elitismo, patrimonialismo e regionalismo que existem e se expandiram desde os tempos coloniais para justificar a política do estado em busca da industrialização demonstrando que o Estado serviu de base para acumular, controlar e distribuir o clientelismo. Dulci confirma este argumento do desenvolvimento econômico mineiro ao dizer que a marca mineira

[...] residiu, de longa data, na busca de uma via própria, o que significava empregar recursos políticos para aproveitar condições potenciais de mercado. O processo se daria fundamentalmente por impulso interno, combinando-se fatores econômicos e políticos (DULCI, 1999, p. 192).

Para então demonstrar as distintas linhas de interesses das elites dirigentes, Dulci (1999) dividiu o desenvolvimento econômico mineiro em quatro fases: a diversificação agrícola até o ano de 1940; expansão industrial entre 1941 a 1946; articulação e combinação dos dois setores em forma de planejamento compreensivo e equilíbrio entre 1947 e 1950 e; a especialização industrial como fim primordial da economia mineira entre 1951 a 1955.

No período da fase de diversificação agrícola até 1940, é importante destacar as consequências da Revolução de 1930 para o estado. Minas Gerais aparece como estado central na nova ordem política e com Getúlio Vargas no governo central, o estado de Minas passou a seguir diretrizes do governador Benedito Valadares entre 1933 a 1945 tendo como foco a estratégia de diversificação produtiva.

De acordo com Dulci (1999), os anos anteriores a esse período foram beneficiados pela renda gerada através surto da cafeicultura mineira dos anos 1920, o que contribuiu para construção de rodovias, reforma do ensino público, crescimento de Belo Horizonte e expansão dos bancos. Logo quando Valadares assume o estado, a produção cafeeira entra em crise e gera uma crise fiscal no estado, o que leva o mesmo a optar pela mudança tributária fazendo com que os recursos financeiros, antes nas mãos do empresário cafeeiro, passassem a fazer parte do

²⁴ Segundo Eakin (2001, p. 21) o desenvolvimento econômico de Minas ficou travado pela falta de infraestrutura na logística e transporte, sendo que até 1917 não havia base ferroviária forte que ligasse a capital mineira com o Rio de Janeiro e nem conexão com a malha rodoviária de todo o estado até o ano de 1922.

Estado. Tal mudança ocasionou no enfraquecimento das elites cafeeiras em relação a outros ramos da produção agrícola, o que gerou posteriormente, o desenvolvimento da produção de outros produtos como a pecuária, o algodão, fumo, mamona, trigo, frutas, arroz, feijão e milho. Além disso, com a produção mais diversificada, o governo buscou aumentar a agroindústria em busca de desenvolver segmentos industriais e dar mais autonomia a produção mineira, o que ficou marcado por um período gradativo de substituição de importações. Um exemplo disso pode ser o algodão que:

[...] foi um êxito em termos de substituição de importações, uma vez que em 1933, a indústria têxtil mineira consumia cerca de 15.000 toneladas de algodão em pluma, tendo, portanto, que adquirir boa parte da matéria-prima em outros estados. Já em 1937, Minas estava exportando seu algodão excedente para países europeus. (DULCI, 1999, p. 67).

Além do algodão e da pecuária, outro setor de destaque e de grande importância é o setor siderúrgico que foi se consolidando e expandido desde a criação de grandes empresas na década de 1920 como a Belgo Mineira e a Ferro Brasileira, o que pôde praticamente reduzir a importação de ferro e aço brasileira. Entretanto, com a criação da Companhia Siderúrgica Nacional e a escolha de situá-la em Volta Redonda, resultou em perda de participação relativa do setor na economia mineira, o que fez com que deste ponto em diante, a indústria passasse a ser o grande objeto de estudo e assumisse um caráter de política industrial (DULCI, 1999, p. 70).

Apesar das diferentes linhas de interesses políticos e econômicos que pode estar representado nas elites mineiras, ao longo do início da Primeira República, Dulci (1999) enfatiza que havia no estado mineiro um esforço conjunto para modernização das regiões com forte interesse de crescimento para dentro e foco na substituição de importações, o que necessitava de uma ampla integração das regiões para dinamização da economia. Para o autor com o passar do tempo, a visão de superação do atraso foi ficando cada vez mais forte, o que resultou entre 1930 e 1950, um esforço mais generalizado para a recuperação econômica regional que contou sempre com o papel do Estado como agente indutor do impulso para o desenvolvimento.

Uma importante instituição criada foi a Federação das Indústrias de Minas Gerais. A FIEMG se estabeleceu no estado mineiro no ano de 1933 liderada pelas ideias de Américo René Giannetti, Alvimar Carneiro de Rezende e Euvaldo Lodi em prol da defesa do setor industrial. Ao se desenvolver, a FIEMG criou centros de estudos como o SESI e o SENAI, a fim de

qualificar e treinar cidadãos para a obtenção de pessoal qualificado para a indústria (FIEMG, 2019).

De acordo com Eakin (2001), a composição do pessoal deste tipo de entidade como no caso da FIEMG, foi feita pela presença de empresários com interesses ligados a indústria, bancos, agricultura, pecuária, comércio e mineração. Tal composição ocasionou, nas palavras de Dulci (1999) em duas linhas de desenvolvimento para a economia mineira: a linha dos defensores da agricultura e a linha dos defensores das indústrias. Estas duas correntes, embora fossem complementares entre si, foram marcadas, em alguns anos pelo forte predomínio dos interesses agrícolas sobre os interesses industriais.

O segundo período compreendido pela expansão industrial entre 1941 a 1946 foi marcado pela segunda Guerra Mundial e as dificuldades de obtenção de insumos necessários para expandir a capacidade produtiva. As tentativas de substituições de importações passaram a ser mais importantes e, conforme descreve Dulci (1999, p. 71), a necessidade agora era a de “identificar-se como o centro dinâmico da economia nacional e a ela se integrar, utilizando possíveis vantagens comparativas.” Este argumento comprova que sob o comando do governo de Valadares, o estado mineiro passou a se preocupar com uma política de suporte a industrialização, gerando emprego e renda que foi, durante muito tempo, limitada pelo setor agrícola. A primeira ação em prol da industrialização mineira durante este período foi a criação em 1941 de um parque industrial conhecido como Cidade Industrial²⁵ e situado na região metropolitana de Belo Horizonte.

Deste ano em diante foram criadas importantes empresas de diversos setores e, mesmo com a criação da Usina Gafanhoto, a existência do gargalo do fornecimento de energia do estado não foi eliminada, enfatizando a necessidade da intervenção do Estado neste setor. O fornecimento de energia foi sempre um dos obstáculos à industrialização, visto que a maioria das empresas instaladas inicialmente em Minas era privada, não havia projetos de melhoria da infraestrutura como no caso da energia. Sendo assim, o único agente capaz de contribuir para resolver o problema era o Estado (DULCI, 1999, p. 73).

Este período de expansão industrial foi encerrado com a gestão de Valadares no final de 1945. Após este ano a administração passou para uma nova gestão econômica e inicia-se então a fase de recuperação econômica como projeto integrado, conforme exposto por Dulci (1999),

²⁵ A Cidade Industrial idealizada por Israel Pinheiro – filho da importante figura pública João Pinheiro - em 1941 é hoje a atual cidade mineira chamada de Contagem. Na época da sua criação, a sua política foi pautada na ideia de que o estado mineiro precisava industrializar.

que pode ser marcado tanto por continuidade quanto mudança nas políticas econômicas da época.

O novo período diz respeito à articulação e combinação dos dois setores em forma de planejamento compreensivo e equilíbrio entre 1947 e 1950. A ação inicial foi a criação do Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção em 1947, elaborado no governo de Milton Campos e tinha como projeto base a modernização regional com elementos que envolviam os dois setores: agricultura e indústria. Nas palavras de Dulci (1999, p.78), o plano “foi, seguramente, a primeira experiência de macro-planejamento em escala regional no Brasil”.

O governo de Milton Campos entre 1947 a 1951 teve auxílio de um grande empresário e engenheiro chamado Américo Giannetti que presidia a FIEMG. Conforme abordado anteriormente por Eakin (2001), a FIEMG foi uma instituição que teve interesses em prol da industrialização mineira. Durante este período, o governo de Minas visava alcançar a independência econômica, eliminando a posição de uma economia exportadora de matérias-primas e importadora de bens manufaturados atingindo o desenvolvimento de setores como: fertilizantes, materiais de construção, embalagens industriais, indústrias alimentícias, máquinas e equipamentos. Para colocar esta ação em prática o papel do Estado se tornou fundamental e

[...] o Plano assumia a necessidade de uma política deliberada de industrialização. Política que estipulava para o Estado intervenções de vários tipos, seja como empreendedor direto, seja como parceiro de investidores privados, seja ainda como financiador destes últimos. (DULCI, 1999, p. 82).

A especialização industrial como fim primordial da economia mineira entre 1951 a 1955 foi o quarto período caracterizado por Dulci (1999) como sendo uma etapa de desenvolvimento econômico mineiro. A diferença desta etapa para a fase anterior foi a concentração na resolução do problema da infraestrutura como meio de alcançar o desenvolvimento industrial. Se antes a indústria e agricultura eram vistas como equilíbrio, agora a industrialização passou a ser primordial, tendo como exemplo a orientação do projeto “Binômio Energia e Transporte” anunciado no governo de Juscelino Kubitschek. Nesta fase, os principais órgãos criados em Minas foram o Departamento de Estradas e Rodagem - DER que tinha como meta um plano rodoviário e a Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG), criada em 1952 destinada a executar os serviços de energia. Tais órgãos, para serem implementados, contaram com diversas fontes de recursos como impostos estaduais, financiamentos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento-BNDE, recursos externos obtidos pelo Eximbank e BIRD, acionistas particulares, entre outros. Nos anos posteriores foram criados mais dois outros órgãos importantes: o Banco de Desenvolvimento de Minas (BDMG) e o Instituto de Desenvolvimento

Industrial (INDI), ambos com interesses na promoção de investimentos e atração de capitais para o estado.

Em resumo destaca-se que:

[...] a estrutura da produção industrial de Minas se modificou entre 1949 e 1959. Os ramos de minerais não-metálicos e metalúrgico (“dinâmicos”) passaram de 28,3% para 40,2% do valor da transformação industrial do estado, ao passo que os ramos têxtil e alimentar (“tradicional”) declinaram de 51,8% para 37,4% do VTI mineiro. (DULCI, 1999, p. 105).

Com estas quatro etapas das fases de desenvolvimento econômico de Minas Gerais propostas por Dulci, observa-se que cada uma foi variando de acordo com os interesses de cada um dos grupos que estavam no poder, ocorreram estratégias alternativas de modernização com interação entre as elites e grupos de interesse em conjunto com o uso de recursos políticos. Mas apesar de interesses específicos, o autor chama a atenção dizendo que, embora os interesses se diversificassem, ora agricultura, ora indústria e outras vezes combinação de ambas, a cada troca das elites do poder, o que ficou marcado foi a continuidade e não eliminação total das decisões de política tomadas anteriormente, o que caracteriza a permanência das elites ao longo do processo de modernização. Tal característica demonstra a capacidade de convergência estratégica entre as elites no intuito de alcançar um fim maior: a modernização regional.

A dicotomia entre os interesses agrícolas e industriais caracterizou-se como um desafio do próprio estado de ter que acomodar as disputas políticas e diferentes exigências das classes sociais uma vez que, para Gomes (2012, p. 198)

[...] na medida em que as oligarquias mineiras eram amplamente ligadas à atividade agropecuária, as mesmas se constituíam em entraves à modernização industrial que, entre outras exigências, demandava o deslocamento de investimentos do estado das atividades agropecuárias para a atividade industrial.

Exposto as considerações de Wirth (1982), Dulci (1999), Eakin (2001), entre outros sobre as questões das elites tradicionais e as periodizações feitas por Dulci (1999) para entender o desenvolvimento regional mineiro, será demonstrado na seção a seguir de maneira mais detalhada, quais foram as principais instituições criadas, os principais planos e atores envolvidos, assim como as articulações feitas para entender até que ponto a industrialização foi definida como ponto definitivo de desenvolvimento econômico no estado.

3.2 MECANISMOS PARA A MODERNIZAÇÃO: PLANOS, PROJETOS E FIGURAS PÚBLICAS

Uma característica da história da industrialização mineira é o diagnóstico do atraso econômico relativo em relação a outros estados brasileiros conforme demonstrado por Dulci (1999). O desenvolvimento regional desigual citado por Singer (1977), Paula (2001), Wirth (1982) e as diferenças de cada zona citada por Paiva e Godoy (2002) são exemplos claros de que a economia mineira é diversificada e particular no que diz respeito ao seu grau de desenvolvimento. Através do diagnóstico ainda que tardio feito pelas elites dirigentes de um certo atraso relativo, a literatura mostra que apesar da troca entre os governantes e oposições em relação a algumas medidas econômicas, havia um consenso entre tais agentes de que a modernização seria a chave para o desenvolvimento de Minas Gerais.

Entre o final da República Velha e o início da Segunda República, foram muitos os acontecimentos políticos e muito se discutiu sobre o desenvolvimentismo mineiro, houve várias trocas de governantes no estado, mas de modo a sintetizar os principais deles será apresentado nesta seção quais foram os fatos relacionados aos planos, projetos e figuras públicas, passando desde a primeira década do século XX até a década de 1960. Vários destes acontecimentos contaram com a participação de membros da elite mineira intensificando cada vez mais a importância do estado em assuntos políticos, embora divididos em grandes grupos.

Um dos principais marcos deste período que retrata a referência de modernização de Minas, trata-se do Congresso Agrícola, Comercial e Industrial realizado em Belo Horizonte no ano de 1903. Os principais planos em prol da industrialização do estado ficaram conhecidos como planos de desenvolvimento. O principal deles foi realizado durante o governo Milton Campos sob diretrizes do partido UDN que teve como principal expoente Américo Gianetti e ficou conhecido como “Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção”. Por fim, tem-se a criação da Cidade Industrial de Contagem que se iniciou em 1941 e envolveu diversos membros da elite mineira. Apesar de estarem baseados em partidos e governos distintos, a essência da interpretação dos planos, criação de instituições e projetos consiste em enfatizar a continuidade do objetivo principal: superação do atraso relativo de Minas Gerais.

Tendo como organizador do Congresso de 1903 o governo estadual de Francisco Sales, mesmo com objetivo a análise da situação de crise ocasionada pela queda dos preços do café iniciada em 1897, o evento buscava discutir também outros setores da economia absorvendo áreas temáticas como mineração, bancária, pecuária, agricultura, comércio, viação férrea, entrou outros. Sendo assim, observa-se que a modernização agrícola era um ponto principal,

mas as articulações do programa não deixaram de lado a preocupação na diversificação do sistema produtivo, colocando o Congresso como ponto forte de referência até a metade do século XX quando se diz respeito à diversificação econômica de Minas Gerais (DULCI, 1999, p. 44).

Para analisar o Congresso e seus efeitos sobre a vida econômica e política de Minas, Costa (2006) propõe analisar os atores envolvidos neste contexto, como por exemplo, João Pinheiro da Silva. A carreira política de João Pinheiro, assim como o seu pensamento de progresso econômico e modernização de Minas possuem raízes ainda quando aluno de engenharia da Escola de Minas de Ouro Preto (EMOP), pois “os homens que serão seus parceiros na política, nos negócios e na vida social são, muitos deles, aqueles com os quais criou vínculos em sua passagem pela escola. Vínculos que ele manterá por toda sua vida” (COSTA, 2006, p. 136).

Apesar de deixar a Escola de Minas e ir até São Paulo para ingressar-se no curso de Direito, João Pinheiro foi influenciado pelas ideias de Claude-Henri Gorceix – fundador da EMOP - que se preocupava sempre com o desenvolvimento da indústria do ferro e da mecanização no estado (COSTA, 2006).

Conforme Carvalho (2010), a criação da Escola de Minas faz parte de uma estratégia de caráter político que tinha como intuito estabelecer conexões entre a formação profissional e o mercado de trabalho, o processo de desenvolvimento econômico por meio da educação e as relações institucionais em formatos pedagógicos. Dentre os assuntos mais relacionados à sua criação estava a preocupação com a mineração, a siderurgia e a política mineral.

Segundo Versieux e Gonçalves (2012), João Pinheiro foi uma figura pública importante no que diz respeito a condução do ensino agrícola em Minas, sendo que o ensino agrícola ficou conhecido como o meio capaz de proporcionar a modernização na agricultura e inserir Minas na modernidade capitalista entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, o que justificava um contexto econômico no qual estava incluso elementos como constituição de um efetivo mercado de trabalho diante da abolição da escravidão, dispersão geográfica das atividades econômicas e limitada capacidade do setor cafeeiro em dinamizar a economia.

A preocupação com o desenvolvimento econômico ligado a modernização da agricultura entre os primeiros anos da República está inserida no contexto da transição entre o trabalho escravo para o trabalho assalariado. Não só Minas Gerais preocupava-se em estabelecer novas técnicas e aprimorar a produtividade no trabalho, mas todo o Brasil passava por um momento de conscientização da necessidade de substituição de máquinas pelo homem, ou seja, a mecanização (VERSIEUX; GONÇALVES, 2012).

Na obra denominada “Tecnoburocracia e pensamento desenvolvimentista em Minas Gerais (1903-1969)” Barbosa (2012), no que diz respeito as explicações para modernização da economia mineira no início do século XX, afirma que tal direcionamento era caracterizado como proto-desenvolvimentista²⁶ e apresentava ao mesmo tempo, um projeto comum, mas com forças internas contraditórias, sendo que o corpo técnico envolvido percebia a necessidade da máquina pública como elemento apto a conduzir a formulação dos projetos de intervenção. Desta forma, o autor conclui que esse proto-desenvolvimentismo em Minas foi baseado no tripé: modernização; participação ativa do Estado e; defesa do interesse regional e nacional.

Foi no contexto de crise da cafeicultura no final do século XIX e estagnação econômica, que a urgência em mobilizar a união das forças regionais em prol do progresso que figuras como João Pinheiro e o evento do primeiro Congresso Agrícola ganharam relevância. Segundo Barbosa (2012, p. 77), ao avaliar o Congresso, Francisco Sales então governador na época, chamou atenção para a necessidade de esforço conjunto para construção de grandes empreendimentos, sendo que a indústria tinha papel fundamental para alcance da vitória e independência econômica.

Conforme mencionado ainda na introdução deste trabalho, a relação entre o desenvolvimento econômico e a industrialização era uma associação comum no século XX. A partir da obra de Barbosa (2012) é possível captar essa relação uma vez que

Para Francisco Sales, à medida que o governo federal adotava de forma sistemática medidas de proteção à indústria nacional – dentro, inclusive, da lógica protecionista que o próprio I CAIC tanto defendeu e que tinha nele próprio como em Pinheiro grandes defensores – mas também, ao implantar grandes obras públicas de nítido apoio à industrialização, tornava-se evidente que se compunha um plano voltado ao desenvolvimento econômico. (BARBOSA, 2012, p. 77-78).

Em relação a proteção da indústria regional e até mesmo nacional, João Pinheiro defendia a promoção e estímulo de novos estabelecimentos e aumento da produção. Paralelo a este pensamento, apresentava argumentos que vão de encontro ao interesse da modernização agrícola, com aumento do emprego da tecnologia na produção e necessidade de ensino técnico. Isso porque, mesmo tendo em vista a necessidade da indústria em Minas, havia consciência de que a necessidade de fomentar a agricultura não era uma opção, mas sim uma necessidade por ser o setor que correspondia a maior parcela da produção do estado. Nas palavras de Barbosa

²⁶ Barbosa (2012, p. 44) caracteriza o proto-desenvolvimentismo pelo “empenho na modernização produtiva, na defesa dos interesses nacionais (ou regionais) em relação a uma suposta espoliação proveniente de forças externas e pelo papel ampliado do Estado, como articulador, planejador e financiador dessa agenda. Mas, sobretudo, que sua origem está íntima e determinadamente relacionada ao pensamento econômico construído pela Escola de Minas de Ouro Preto (EMOP)”.

(2012, 84-85) “o fato de a opção preferencial ser agrícola não diminui, nesse sentido, a relevância dos demais temas abordados, conquanto caracterize com nitidez a delimitação de um escopo de atuação do poder público no período”.

Outra questão fundamental em relação as oportunidades de desenvolvimento regional mineiro ainda sob o governo de João Pinheiro dizem respeito ao minério de ferro, a implantação da siderurgia e o surgimento da indústria neste setor, a questão da siderurgia fazia parte de uma condição para a nacionalidade, sendo um elemento de soberania e emancipação. Segundo Barbosa (2012), a exploração do minério de ferro era vista como uma substituição para a exploração do ouro. Com a descoberta das enormes jazidas de minério de ferro em Minas, a exportação do ferro bruto passou a ser uma esperança de capitalização regional que futuramente viria a servir de base para a instalação da siderurgia no estado.

Ao analisar o parecer “Siderurgia Nacional e exportação de minério de ferro”²⁷, Barbosa (2012) diz que o documento retrata claramente a preocupação e a ênfase dada a um único setor da economia: a indústria siderúrgica. Ademais, “para o documento, a indústria siderúrgica é a base primordial do desenvolvimento econômico” (BARBOSA, 2012, p. 133).

Na sua tese sobre o Congresso realizado em 1903 intitulada “Para os grandes males, os grandes remédios: propostas educacionais no Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de Minas Gerais (1903)”, Silva (2016) diz que a principal questão que estava por trás do progresso econômico mineiro era a educação. Ao estudar as especificidades dos discursos dos representantes, assim como suas propostas, a autora considera que a realização do Congresso não é por si só um evento isolado, mas sim um evento que faz parte de ideias e sonhos no que diz respeito ao ensino agrícola de Minas. Além disso, o evento pode ser dividido entre duas linhas: a linha da história econômica que expressa a preocupação com a diversificação da economia de Minas e a linha da história da educação que procura demonstrar quais foram os principais elementos do debate que resultaram em estratégias de ampliação da educação como meio de superação do atraso e preparação técnica dos produtores e classes produtoras da época.

Em relação à educação, a partir do diagnóstico do atraso econômico de Minas observou-se que a inovação e o aprimoramento das técnicas de produção seriam eficazes para atender o objetivo de modernização agrícola, sendo que as políticas públicas passaram a dar mais atenção

²⁷ Segundo Barbosa (2012, p. 139) o parecer “Siderurgia Nacional e exportação de minério de ferro”, foi publicado pela Revista Mineira de Engenharia em 1938 e “deve ser observado como o primeiro grande documento, pós 1933, voltado ao desenvolvimento e à planificação da economia de Minas Gerais, por mais que aparentemente não o admita e por mais elementar que pareça em seu planejamento”.

ao ensino profissional principalmente após a realização do Congresso durante o período em que João Pinheiro estava na presidência (SILVA, 2016).

O presidente de Minas durante a realização do Congresso era Francisco Salles (1902-1906), que foi então sucedido por João Pinheiro em 1906 pelo Partido Republicano Mineiro. Apesar de que João Pinheiro não estava sob o comando do governo do estado durante o evento, a sua atuação e preocupação com a organização e debates sobre o pensamento desenvolvimentista era de grande importância, tendo assumido papel relevante na economia mineira desde o período em que assumiu a presidência de Minas em 1890 pela primeira vez. Segundo Silva (2016, p. 22)

Se o Congresso foi o lugar de expressão das ideias que compoariam o pensamento desenvolvimentista, João Pinheiro, que liderou sua organização e o presidiu, aparece como figura central na proposição e difusão dessa linha de pensamento econômico. Além disso, por ter retomado algumas conclusões do Congresso em seu programa de governo, quando eleito para a presidência de Minas, em 1906, a trajetória de João Pinheiro aparece ainda mais ligada ao Congresso de 1903 e às ideias econômicas nele debatidas. Nesses trabalhos de História Econômica, João Pinheiro se destaca como o principal personagem do Congresso. Assim, as raízes do desenvolvimentismo são encontradas em sua atuação e pensamento, deixando à sombra outras figuras de destaque no evento.

Para Silva (2016) em etapas distintas pode-se perceber a evolução entre o tipo de ensino e a criação de instituições. Entre o início da Primeira República e as duas primeiras décadas do século XX, foram criados institutos agronômicos, zootécnicos, campos de demonstração, fazendas subvencionadas pelo Estado para realização de estudos, institutos agrícolas e também a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Minas Gerais (ESAV) em Viçosa no ano de 1926, o que significa uma mudança estrutural no que diz respeito a educação que tinha como intuito preparar o corpo técnico para alcançar o propósito final de desenvolvimento regional.

Além das instituições para modificar a educação, no que diz respeito as principais mudanças em busca deste desenvolvimento regional, Santos (2013) avalia que os partidos políticos também influenciaram de maneira forte na condução de como seriam os direcionamentos estratégicos políticos e econômicos em Minas. No que diz respeito aos dirigentes do Estado “no período de Valadares a JK, esboça-se e consolida-se, em Minas, um modelo de capitalismo de Estado, gerenciado por uma tecnoburocracia formada por um grupo seleto oriundo da Escola de Minas de Ouro Preto” (SANTOS, 2013, p. 25).

À primeira vista parece um argumento comum, mas as palavras de Santos (2013) reforçam o que é constatado por diversos autores que estudam a história da industrialização mineira: forte presença do Estado em busca da modernização regional, composta, basicamente pelas elites do estado – sejam elas pertencentes a quaisquer uma das quatro propostas feita por Dulci (1999), elite política, elite agrária, elite empresarial urbana e elite técnica. Além do mais,

é claro a presença de membros na política oriundos de uma formação de engenheiros vindos da tradicional escola de Minas de Ouro Preto criada em 1876, uma escola que serviu de palco para formação da maioria dos membros da elite técnica que compunham cargos do governo mineiro.

A década de 1930 pode ser entendida como o início das ações em prol da industrialização mineira, fato que está relacionado diretamente à conscientização e ações de um processo de modernização de todo o país. Segundo Santos (2008) tal conscientização pode ser caracterizada como uma busca pela modernização que está estritamente vinculada aos conceitos de urbanização e industrialização, elementos que, por sua vez, dizem respeito ao desenvolvimento econômico.

E uma das variáveis deste desenvolvimento econômico, é a composição e representatividade de uma camada pertencente tanto à elite política, quanto a elite econômica, que se refere ao empresariado industrial mineiro associado à FIEMG. O desenvolvimentismo nesta perspectiva é concebido como um projeto de industrialização fundamentado no planejamento e no suporte estatal, como uma estratégia de acumulação de capital na indústria, que viria construir o projeto de nação brasileira por meio de uma modernização conservadora. (SANTOS, 2008, p. 23-24).

Se por um lado a modernização e urbanização em busca pela industrialização remete a uma sociedade urbano-industrial, e por outro uma economia agrária voltada para o mercado externo remete a uma sociedade agrário-exportadora, Minas é um exemplo de tentativa de modernização e urbanização sem deixar de lado as suas raízes de um estado agrário e exportador.

Para entender a mudança no direcionamento das políticas que passaram a se direcionar pela busca da modernização na década de 1930, não se deve deixar de mencionar o fato de que foi consolidado, em todo o Brasil, uma visão de acumulação capitalista no país, discussões acerca do papel do Estado na economia resultante da dúvida de capacidade do mercado em se equilibrar e desenvolvimento submetido a ideia de industrialização. Tudo isso diretamente interligado aos grandes acontecimentos da crise de 1929 e pela Grande Depressão, levaram ao enfraquecimento da República Velha oligárquica e impulsionou a passagem para uma economia urbano-industrial (SANTOS, 2008).

Uma das grandes iniciativas do governo mineiro em busca da industrialização foi a criação da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG). Fundada em 12 de fevereiro de 1933 com finalidade de representar o empresariado industrial, a instituição tem como principais objetivos contribuir para o desenvolvimento sustentado, fortalecer a competitividade da indústria mineira, manutenção de serviços técnicos de interesse das

categorias representadas, realizar eventos que promovam a indústria mineira, entre outros (FIEMG, 2019, p. 1-24).

Uma vez criada em 1933, à primeira vista induz a interpretação de que o trabalho exercido pelas elites mineiras com a criação da FIEMG para a modernização regional se dá especificamente nesta década. Entretanto, nas palavras de Santos (2008), foi no Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de Minas Gerais, realizado em Belo Horizonte, em 1903 que o empresariado de Minas começou a tomar forma e se unir em prol de objetivos em comum. As três principais classes produtora do estado, comércio, indústria e agricultura se uniram em prol das estratégias de diversificação da economia.

Uma vez que o Congresso Agrícola, Industrial e Comercial ocorreu em 1903 e a fundação da FIEMG pode ser considerada como uma materialização das ideias discutidas no Congresso, Santos (2008) tenta justificar o atraso e a demora na consolidação da FIEMG por meio de argumentos da própria especificidade de Minas.

Deste fato, é possível depreender que, 30 anos mais tarde, se consolidava enquanto desdobramento do Congresso de 1903, a fundação da FIEMG (Federação das Indústrias do estado de Minas Gerais). O espaço cronológico de três décadas, que configura a lacuna entre o congresso e a organização da classe industrial mineira, pode ser justificado pelo próprio atraso econômico no qual o estado de Minas Gerais se encontrava, pela sua característica essencialmente agrícola e pelos interesses que estavam em primeiro plano no contexto do evento. Até porque, era preciso esperar o desenrolar do complexo movimento da história, que no período do congresso, ainda era emergente o processo de urbanização e a respectiva florescência de vários estabelecimentos industriais. (SANTOS, 2008, p. 39-40).

Contextualizada a década de 1930 pelo seu principal projeto em busca pela modernização vale agora sintetizar a década pelos seus governadores: inicia-se com Olegário Maciel e se finaliza com Benedito Valadares, tendo como presidente Getúlio Vargas no poder.

Olegário Maciel natural da cidade de Bom Despacho-MG, esteve sob o comando do governo entre setembro de 1930 e setembro de 1933, pertencia ao Partido Social Nacionalista-PSN. Pela sua longa participação nos assuntos políticos e atuação em cargos públicos, ficou marcado na história do governo mineiro. Posteriormente, foi substituído pelo então governador Gustavo Capanema do Partido Progressista (PP), que, por sua vez, ficou apenas três meses no poder, no qual entra em cena o governador Benedito Valadares (AZEVEDO, 2012).

Benedito Valadares assume o governo mineiro em setembro de 1933, sendo Interventor Provisório Federal nomeado pelo presidente Vargas e permanece neste cargo por quase doze anos, até novembro de 1945. Pertencente ao Partido Social Democrata (PSD) teve grandes nomes que atuaram no seu governo: Demerval Pimenta, Israel Pinheiro, Juscelino Kubitschek,

José Maria Alkmin, Lucas Lopes, os irmãos Negreiro de Lima, Ovídio de Abreu e Silviano Azevedo. Cada um com sua contribuição e pertencentes ao grupo das elites mineiras, tinham como esforço comum o empenho para contribuir por um estado mais desenvolvido (AZEVEDO, 2012).

Durante o governo de Benedito Valadares, no intuito de desenvolver ações coletivas para o desenvolvimento do estado, o governador convidou para assumir a Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho, o então engenheiro Israel Pinheiro da Silva que, durante seu exercício na secretaria elaborou em 1935 o “Plano de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais” que tinha como pontos principais a agricultura e transportes, realizou ações em prol da modernização agrícola e pecuária, ligações rodoviárias de Belo Horizonte com outras regiões do estado, articulou na construção da Cidade Industrial de Contagem, implantou a Companhia Vale do Rio Doce convocado pelo Presidente Vargas, e muitos anos depois, foi o primeiro prefeito da nova capital da república em Brasília (AZEVEDO, 2012).

A década de 1940, por sua vez, estava sob a direção do então governador Benedito Valadares, uma vez que seu mandato em Minas se estendeu entre os anos de 1933 a 1945²⁸. Sempre em busca de novas ações para o estado, nomeou Juscelino Kubitschek, médico e natural da cidade de Diamantina-MG, como chefe de seu gabinete em 1934, que posteriormente elegeu-se deputado federal constituinte e em 1940 passou a ser prefeito de Belo Horizonte. Lucas Lopes, outro grande homem considerado como um dos discípulos de Benedito Valadares, deu continuidade ao Plano criado por Israel Pinheiro, foi secretário Estadual de Viação e Obras Públicas em 1946 e participou de diversas ações em sua carreira pública como a criação da CEMIG e cargo de presidente do BNDE, entre outros (AZEVEDO, 2012).

A criação da Cidade Industrial de Contagem, considerada como grande marco da industrialização mineira, se deu no início da década de 1940. De acordo com Diniz (1981), tal fato fazia parte das ações do setor público mineiro que serviriam de suporte e alavanca para a expansão capitalista e que foram reconhecidas como necessidade para a expansão industrial do estado. Segundo Dulci (1999), a Cidade Industrial tinha como objetivo a concentração das atividades industriais em área específica e já havia sido apresentada no IV Congresso

²⁸ Durante este longo período em que Valadares ficou no poder, grandes nomes pertencentes ao corpo técnico de Minas passaram a ganhar relevância em outros momentos e lugares. O grupo que “começou com Valadares” como Israel Pinheiro, Juscelino Kubitschek e Lucas Lopes, por exemplo, integrou grupos técnicos de trabalho e chegaram a cargos como governador e ministro, também estiveram envolvidos, em âmbito nacional, no processo de industrialização e modernização, e estiveram diretamente envolvidos com a idealização e materialização de Brasília.

Comercial, Industrial e Agrícola realizado em Belo Horizonte em 1935. Tal argumento reforça a análise feita por Santos (2008) de que não se deve desconsiderar que o marco fundamental da modernização regional mineira se dá na década de 1930 com ênfase no evento do primeiro Congresso Comercial, Industrial e Agrícola realizado em 1903.

Foi exatamente na década de 1940, mais especificamente no ano de 1941 que Israel Pinheiro retoma as ações em prol da construção da Cidade Industrial e inaugura o sistema de distritos industriais, o que foi considerado como “uma ideia inovadora, que o governo Valadares transformou em símbolo de sua inflexão industrializante.” (DULCI, 1999, p. 73).

A criação da Cidade Industrial de Contagem foi considerada por Diniz (1981, p. 11) como uma ação submetida a ideia de planejamento que era tratada em nível nacional e que foi resultado de “uma convicção de que a industrialização era a única saída para superar o atraso econômico e que esta só poderia ser orientada e promovida, através de uma ação coordenada do setor público.”

Além de todo planejamento envolvido para criação da Cidade Industrial, necessitava-se também da criação de uma usina hidroelétrica, o que levou então a criação da Usina Gafanhoto no Rio Pará a uma distância de 90 Km de Belo Horizonte. Durante o governo de Benedito Valadares, simultaneamente a criação da cidade industrial e seu respectivo sistema energético, impulsionaram também a política de promoção para atração de indústrias, o que trouxe para a cidade grandes empresas como a Companhia de Cimento Portland Itaú (DINIZ, 1987, p. 47-48).

Após um longo período na direção do governo mineiro, Benedito Valadares (1933-1945) ficou conhecido pelas suas grandes ações políticas em prol do desenvolvimento. Atuou nos setores primário, secundário e terciário da economia, como no oferecimento de apoio técnico na agropecuária, expressividade na mineração com a Companhia Vale do Rio Doce, criação de estradas e ferrovias, expansão da área industrial de laticínios com a escola Cândido Tostes, evolução da Belgo Mineira e implantação da Acesita, atuação no setor de serviços com criação de grandes hotéis e feira de amostras, expansão de escolas como a Escola Superior de Viçosa, expansão do setor bancário que contava com o Banco Mineiro da Produção, Banco de Crédito Real, Banco de Minas Gerais, entre outros. Além disso, deixou a situação financeira do Estado em boas condições mesmo em um período marcado por crises (AZEVEDO, 2012, p. 75-79).

Nas palavras de Pereira e Cosentino (2014, p. 19)

[...] observa-se que a ação do setor público mineiro em termos de sua formação industrial a partir dos anos 1930 pode ser presenciada na gestão pública estadual do governador Benedito Valadares. Principalmente pelo contexto da época desenvolvimentista, a qual o Estado detinha de maior articulação econômica, ou seja, poderia ser o agente indutivo da industrialização mineira, entrelaçando o papel político com o ideário econômico.

Com a saída de Valadares do governo de Minas, o governo permaneceu durante dezesseis meses entre trocas consecutivas de governadores. Entre o fim do governo de Benedito Valadares em novembro de 1945 e o início do governo de Milton Campos em março de 1947 passaram pelo governo: Nísio Batista, João Beraldo, Júlio Ferreira de Carvalho, Noraldino Lima e Alcides Lins. Mas dada a dimensão do tempo em que Benedito Valadares permaneceu no poder, o que mais interessa na troca de poderes é a existência ou não de continuidade das iniciativas a favor do desenvolvimento regional, o que foi uma análise feita por Dulci (1999, p. 77)

O resultado foi uma combinação peculiar de continuidade e mudança, que em boa medida ampliou a “direção organizada” do processo de desenvolvimento regional. Do ensaio de planejamento setorial introduzido por Lucas Lopes e seus colaboradores passou-se à formulação de um plano geral que procurava alcançar os diversos setores produtivos. O Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção, elaborado nos primeiros meses do governo Milton Campos, foi marco importantes na trajetória da economia mineira, constituindo-se em parâmetro duradouro para a ação governamental, tal como ocorrera antes com o Congresso de 1903.

Milton Campos, natural de Ponte Nova-MG, assumiu o governo mineiro em 19 de março de 1947 sendo eleito pelo partido da União Democrática Nacional (UDN), um partido contrário ao PSD e PTB, no qual eram originados dos governos anteriores. Segundo Azevedo (2012, p. 81) “Os novos governos trouxeram muitas novidades, coerentes com o mundo moderno, como os EUA de Roosevelt, aquele do ‘New Deal’, e como o da Grã-Bretanha de Churchill [...]”. Além da troca de partido, o novo governo de Minas trouxe também uma nova equipe. Faziam parte do governo: Darcy Bessone, Pedro Aleixo, Magalhães Pinto e Américo Gianetti.

Américo Gianetti, engenheiro formado pela tradicional escola de engenharia de Minas: Escola de Minas, Metalurgia e Civil de Ouro Preto, foi idealizador de grandes ações em prol da industrialização mineira e uma das suas preocupações tratava-se de tentar aliviar a importação de alumínio do Brasil, visto que a demanda estava impulsionada por diversos setores como a transmissão de energia elétrica, construção civil e indústrias (AZEVEDO, 2012).

Segundo Dulci (1999) durante o governo de Milton Campos não houve uma ruptura com o passado, mas sim uma mudança de escopo. Tal argumento reforça o fato de que havia

entre as elites mineiras, uma certa convergência de ideias a fim de alcançar o objetivo de superação do atraso econômico (DULCI, 1999, p. 78).

Apesar de ter exercido apenas um mandato no poder, caso contrário do que ocorreu com o governo de Benedito Valadares, Milton Campos se envolveu também com a maioria dos setores da economia mineira. Nas palavras de Dulci (1999), ao enxergar o desequilíbrio econômico entre Minas e outros estados, Milton Campos assumiu três finalidades para superação da situação econômica do estado: “recuperação da ordem jurídica, recuperação econômica e recuperação do tempo perdido” começando assim a executar o Plano de Recuperação Econômica dando continuidade a elementos do governo de Benedito Valadares por um lado, mas complementado com outros elementos, por outro lado (DULCI, 1999, p. 81).

Abrangendo setores como fertilizantes, materiais de construção, embalagens industriais, indústrias alimentícias, máquinas e equipamentos, instrumentos agrícolas, entre outros, o Plano foi analisado por diversos aspectos, mas teve como fatores chave o planejamento e a expansão industrial. De acordo com Val e Godoy (2014, p. 10)

O PREFP evidenciava um intuito de construir uma estratégia bem definida de industrialização, para reverter a condição exportadora de matérias primas e importadora de manufaturados de Minas Gerais para uma situação de independência econômica. Assim, as políticas industriais previstas viriam no sentido de firmar o modelo de industrialização por substituição de importações no estado.

Após o longo período marcado por continuidade e mudanças a favor modernização de Minas, a década de 1950, ficou marcada no Brasil por uma etapa de desenvolvimentismo. Iniciada com o Governo de Getúlio Vargas e finalizada com o governo de Juscelino Kubitschek como presidentes da república, a década de 1950 aprofundou o processo de industrialização no Brasil e colocou em prática grandes projetos e políticas industriais.

Com expansão da industrialização no país, no estado de Minas não foi diferente. De acordo com Santos (2008) a década de 1950 foi justamente a etapa em que o empresariado mineiro atingiu seu auge em conjunto com a expansão das ações da FIEMG, a industrialização e o próprio desenvolvimentismo (SANTOS, 2008, p. 24-25).

Juscelino Kubitschek foi governador do Estado de 1951 a 1955 eleito pelo PSD e com apoio do PTB e PR. Posteriormente foi presidente da República de 1956 a 1961. A princípio, como governador, os discursos iniciais de JK referiam-se, principalmente, a resolução dos problemas básicos do estado: energia e estrada. Para tanto, no mesmo ano de sua posse, em 1951, encaminhou a proposta de instituição do Banco de Investimento de Minas, organização que serviria como um banco de fomento e que teria como função o incentivo ao investimento

no Estado. Entretanto, naquele ano, sua iniciativa não obteve êxito, o que veio a acontecer apenas na década seguinte (AZEVEDO, 2012).

De acordo com Santos (2013) a configuração de Minas na época em que JK assumiu o governo, era de uma sociedade essencialmente agrária. No intuito de reverter esta situação econômica, o governador atuou em prol da recuperação e modernização econômica do estado através de ações voltadas a industrialização e o transporte rodoviário, sendo que sua principal base de apoio era voltada para os membros da elite tradicional agrária.

Para se ter dimensão do ambiente econômico e social de Minas em 1950, Santos (2013) mostra que neste mesmo ano, de uma população total de 7.782.788 habitantes, 5.459.273 que representava 70%, habitavam as áreas rurais. Tais evidências no perfil da população induz ao entendimento da deficiência nos meios de transporte e comunicação de todo o estado já na metade do século XX (SANTOS, 2013, p. 21).

Tendo Lucas Lopes, um dos grandes nomes do governo Benedito Valadares, ao seu lado, a intenção de JK era de que Lucas assumisse a direção do Banco de Fomento, mas como a iniciativa de 1951 não foi de fato realizada, o governador o direcionou para criação das Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG). Além disso, Lucas Lopes atuou na implementação do maior frigorífico de Minas na época. O Frigorífico Minas Gerais S/A-Frimisa foi criado sob a forma de economia mista tendo como objetivo industrializar o gado de corte que tinha no estado de Minas Gerais o maior rebanho nacional. Lucas Lopes também atuou na implantação da Mannesmann, fábrica alemã de aço e no Plano Rodoviário que foi conduzido pelo Departamento Estadual de Estradas de Rodagem de Minas –DER/MG (AZEVEDO, 2012).

No intuito de reunir os principais pontos de atuação do governo mineiro de Juscelino Kubitschek, Santos (2013) através de seu estudo para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, caracteriza as ações do governador pelas suas principais propostas e medidas para alcançá-las enfatizando o uso do Planejamento e a busca pela industrialização como característica do instrumento de ação do Estado:

- a) Energia: criação da CEMIG, Três Marias e Furnas oriundos de financiamento pelo Fundo de Eletrificação, da Taxa de Serviços de Recuperação econômica, financiamentos externos como o BIRD e nacional como o do BNDE. Além disso impulsionou a criação de várias usinas no estado gerando força necessária para que a atuação da CEMIG alcançasse eficiência;
- b) Transporte: devolução da Rede Mineira de Viação (RVM) à União resultado da sua ineficiência, execução do plano rodoviário com construção de 2000 Km de estradas

e pavimentação de 500 Km com recurso provenientes do Tesouro Estadual, do Fundo Rodoviário Nacional e de parte da Taxa de Serviços de Recuperação Econômica;

- c) Industrialização: proposta de duas etapas para industrialização da região central do estado, sendo a primeira os projetos de eletrificação e a segunda a própria industrialização. Os recursos privados, por serem considerados na época como escassos, foram deixados de lado e buscou-se capital estrangeiro e os próprios recursos do Estado para a realização de grandes inversões;
- d) Política agrícola: atenção dada ao setor agropecuário e fornecimento de ações para melhoria técnica da produção do campo como novo maquinário, concessão de créditos, fertilização por adubos, pesquisas em laboratórios, criação de empresas estatais como a Fertilizantes Minas Gerais S.A. - Fentisa e Frimisa, entre outros;
- e) Políticas sociais: criação de restaurantes populares, Feira de Amostras, Biblioteca Estadual, construção de praças de esportes, construção de aeroportos, ações em prol do turismo e projetos arquitetônicos;
- f) Finanças públicas: JK citou a falta de recursos públicos como um dos principais empecilhos de suas ações. A fim de obter recursos utilizou-se do financiamento externo para a eletrificação através da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e Plano Salte (SANTOS, 2013, p. 72-82).

Com todos os esforços mencionados nesta parte do trabalho em prol do desenvolvimento e impulso industrial para o estado de Minas, observa-se que apesar da tomada de consciência do atraso relativo de Minas frente a outros estados brasileiros ter começado no final do século XIX desde a construção da nova capital em Belo Horizonte, foi mais fortemente entre 1930 e 1950, que a materialização do objetivo final passou a se intensificar.

De acordo com Diniz (1981 *apud* GODOY; BARBOSA; BARBOSA, 2015, p. 482):

No pós-30, elites técnicas e empresariais mineiras formaram, progressivamente, percepção da dinâmica espacialmente concentrada e excludente da modernização econômica e social brasileira, bem como reagiram à crescente constatação de que o estado de Minas Gerais apresentava inserção periférica no processo de integração do mercado interno nacional.

Desta forma a partir da segunda metade do século XX conquistou-se em Minas grandes vantagens no que diz respeito ao desenvolvimento industrial e na modernização regional.

No intuito de demonstrar como se deu a dinâmica sobre o desenvolvimento industrial nas regiões de Minas na primeira metade do século XX, será examinado no capítulo a seguir o perfil industrial mineiro nos anos de 1907, 1937 e 1954. Dessa forma será possível captar a

materialização dos elementos discutidos nos capítulos anteriores e entender como se deu o processo de formação industrial, assim como a predominância de algumas regiões frente as outras e a troca de posição de lideranças entre elas.

4 O PERFIL INDUSTRIAL DE MINAS GERAIS ENTRE 1907 E 1954

No presente capítulo será examinada a industrialização do estado de Minas Gerais especificamente para a indústria manufatureira e fabril nos anos de 1907, 1937 e 1954. Pretende-se captar as mudanças entre os perfis indústrias das regiões do estado de maneira a compreender e associar com as análises demonstradas nos capítulos anteriores do trabalho.

4.1 ESTATÍSTICAS DA INDÚSTRIA MANUFATUREIRA E FABRIL: DEFINIÇÕES

O objetivo da seção é apresentar as fontes utilizadas, a coleta dos dados, definições, critérios, classificações e metodologia adotados para a realização deste trabalho. Os dados analisados para a indústria manufatureira e fabril, também denominada como a indústria de transformação, referem-se a anos distintos com definições particulares, sendo necessário a classificação e padronização das variáveis para obtenção das informações.

A fonte dos dados desta pesquisa para o ano de 1907 consiste nas informações divulgadas pela instituição denominada Centro Industrial do Brasil. O Centro Industrial do Brasil foi uma entidade fundada no Rio de Janeiro em 15 de agosto de 1904 com o objetivo de alcançar a promoção do desenvolvimento e fortalecimento dos diversos ramos da indústria nacional. Realizou as estatísticas da coleção “Séries Estatísticas Retrospectivas” publicada pelo Instituto Nacional de Geografia e Estatística (IBGE) em 1907. As informações do ano de 1907 pertencentes a Séries Estatísticas Retrospectivas – IBGE foi intitulada "O Brasil, suas riquezas naturais, suas indústrias" e possui três volumes. Os dados analisados referem-se ao Volume 2 - Tomo 3, “Indústria de Transportes e Indústria Fabril”, onde foram considerados os dados totais da Indústria Fabril para o Estado de Minas Gerais. O documento original foi publicado em 1909 com referência de 1986.

A base de dados de análise do ano de 1937 pertence ao “Anuário Industrial do Estado de Minas Gerais”, publicado em 1939 pelo Departamento Estadual de Estatística de Minas Gerais – órgão regional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – e que foi dividido em três grupos: Indústria Extrativa; Indústria de transformação e beneficiamento de produtos agrícolas e; Indústria Manufatureira e Fabril. Neste trabalho, utilizou-se os dados da Indústria Manufatureira e Fabril.

Para o ano de 1954, foram utilizados os dados industriais do Anuário Estatístico de Minas Gerais feito pelo Departamento Estadual de Estatística publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 1957.

A coleta dos dados foi feita nos sites institucionais, sendo que os dados do ano de 1907 foram retirados da biblioteca virtual do IBGE nas series estatísticas retrospectivas e os dados dos anos de 1937 e 1954 foram coletados no site Memória Estatística do Brasil da biblioteca do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro.

Concentrou-se nesta análise o setor da Indústria Manufatureira e Fabril para todos os anos a fim de padronização dos dados e comparação. A escolha do setor industrial para análise se justifica por ser o único setor em que as fontes analisadas constavam dados detalhados por município, estabelecimentos e ramo industrial, o que seria necessário para construção das variáveis em estudo.

O critério adotado para construção da base de dados partiu-se da padronização das estatísticas industriais para os três anos analisados. Para o ano de 1907 foram feitas parametrizações da base de dados, tal como a transformação dos valores da produção do ramo Fiação e Tecelagem de Algodão. Do total da produção industrial fornecida pelo relatório, o Ramo Industrial de Fiação e Tecelagem estava parametrizado em unidades de metros de tecidos. A fim de transformar os dados de metros de tecidos para mil réis e obter os dados gerais em valor da produção industrial, foi feita a transformação fornecida pelo próprio relatório – em que constam as médias por unidades -, no qual foi obtido um total de 12.807.151 mil réis para o Ramo Industrial de Fiação e Tecelagem, conforme Apêndice A. As estatísticas industriais utilizadas para a indústria manufatureira e fabril foram: localidades (municípios), proprietários (empresas), capital, valor da produção e número de operários separados por ramos industriais, sendo que para cada indústria/empresa existente foram fornecidos os dados de cada uma destas variáveis.

As estatísticas da indústria manufatureira e fabril para o ano de 1937 foram classificadas de maneira semelhante ao do ano de 1907, sendo detalhadas por: nome do município, firma, localização, capital e reservas, pessoal empregado e valor da produção industrial. Entretanto, enquanto em 1907 os valores foram detalhados por cada indústria/empresa existente, em 1937 não foi possível adotar a mesma metodologia, sendo que o relatório fornece informações separadas. De maneira inicial tem-se os valores detalhados das firmas por capital e reserva, mas sem informação da produção industrial. Posteriormente, disponibiliza-se os valores da produção industrial, mas detalhadas apenas por municípios e ramo industrial. Desta forma estas informações, quando comparadas por firmas, tornaram-se uma limitação para este trabalho, uma vez que não foi possível captar os valores da produção em nível de empresa/estabelecimento/proprietário, mas sim apenas no total geral por cidades e regiões.

Os dados do Anuário Estatístico de Minas Gerais para ano de 1954 referentes a indústria manufatureira e fabril foram classificados pelo Departamento Estadual de Estatística seguindo o método de acordo com os principais municípios produtores. Ou seja, os dados foram disponibilizados apenas pelos valores mais representativos no total geral do estado, sendo que houve redução na quantidade de informações disponibilizadas. Com a redução destas informações surge outra limitação do trabalho, onde não foi possível avaliar de maneira mais detalhada a evolução das variáveis entre os três anos. Contudo, a avaliação das estatísticas sob a ótica das principais análises no que diz respeito as regiões e municípios mais industrializados, não ficou comprometida. Foi possível captar a mudança no perfil industrial do estado tanto em aspectos regionais, quanto em nível de setores industriais e principais produtos.

Construída a base de dados, classificou-se os municípios e regiões conforme Apêndice B, obtendo-se as variáveis por capital industrial empregado na indústria, produção industrial, número de operários, número de estabelecimentos, ramos industriais e setor industrial. Além disso, foi utilizada a classificação no ano de 1937 como ano base para divisão regional do estado, obtendo-se se nove regiões²⁹ denominadas: Centro, Leste, Mata, Nordeste, Noroeste, Norte, Oeste, Sul e Triângulo e feita a padronização com nome atual das mesorregiões de acordo com o Apêndice C deste trabalho.

Também foi necessária a classificação e padronização dos ramos e setores industriais conforme Apêndice D para subdivisão da indústria manufatureira e fabril.

O critério de análise dos resultados encontrados se divide em três etapas. Primeiramente foram construídos três gráficos de mapa a fim de demonstrar a produção industrial do estado e sua respectiva localização. Foi necessário a parametrização das cidades para construção do mapa geográfico.

Os dados utilizados para criação do mapa de Minas Gerais foram: nome do município, valor da produção industrial, latitude e longitude do município. Sendo assim, visto que a nomenclatura dos municípios nos séculos XIX e XX foi modificada e atualizada ao longo dos anos, buscou-se a parametrização das cidades³⁰ com nomes modificados/atualizados, sendo que os municípios em que foram trocados a nomenclatura foi somada a produção industrial do mesmo com o município mais próximo respeitando a latitude e longitude geográfica. Os mapas de 1907 e 1937 são corretamente comparáveis, uma vez que apresentam o mesmo nível de

²⁹ A região Leste só aparece na produção industrial da Indústria Manufatureira e Fabril a partir do ano 1937 através da classificação feita neste trabalho.

³⁰ A listagem dos municípios existentes de todo o estado de Minas Gerais utilizada para parametrização dos dados encontra-se disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>.

variáveis. Já o mapa geográfico do ano de 1954, por ter a estatística de produção segundo os principais municípios, por ordem de grandeza, não pode ser comparável com os anos de 1907 e 1937, sendo possível apenas a avaliação dos municípios mais importantes através do critério do valor da produção industrial.

Na segunda etapa para análise dos resultados entre os três anos, apresenta-se as tabelas e gráficos em que constam as variáveis detalhadas por região, ou seja, a representatividade de cada região no total da produção do estado, a distribuição dos ramos industriais existentes, a composição da produção, maiores municípios por região, principais empresários e representatividade dos setores industriais.

Desta forma, foi possível avaliar como o perfil industrial foi se modificando ao longo dos anos, demonstrando a expansão industrial pelo território mineiro, a troca na posição de liderança da produção industrial entre as regiões, assim como a relação entre as características regionais, geográficas, políticas e econômicas e as particularidades demonstradas pela presença dos setores têxteis, agropecuária e siderurgia apontados no capítulo 3.

Por fim, na terceira etapa, buscou-se justificativas e interpretações para os dados em geral. A seguir serão demonstrados os resultados encontrados para os anos de 1907, 1937 e 1954 da indústria manufatureira e fabril no estado de Minas Gerais.

4.2 O PERFIL INDUSTRIAL DE MINAS EM 1907

Para avaliar o perfil industrial mineiro a partir dos dados de 1907 serão apresentados os principais indicadores da indústria no estado através da análise das regiões, ramos industriais existentes, principais empresas e setores industriais. A seguir é demonstrado o mapa geográfico da indústria manufatureira e fabril de Minas Gerais construído pelo valor da produção industrial do estado em unidade monetária de mil réis para o ano de 1907.

Mapa 1- Produção Industrial por Município - 1907 (em mil réis)



Fonte: elaborado pela autora com base em IBGE (1986).

Através da observação do Mapa 1 pode-se afirmar que há uma concentração da produção industrial na região da Zona da Mata do estado no ano de 1907. A leitura do mapa deve ser interpretada através das áreas hachuradas que representam o mapa do município em análise e a intensidade da cor da área hachurada representa o valor da produção industrial. Os valores mais altos da produção industrial que são representados pela cor mais escura nas áreas hachuradas do mapa encontram-se no município de Juiz de Fora com uma representatividade de 28% sobre o total da produção do estado. A grande concentração da produção em Juiz de Fora é seis vezes maior do que o segundo município, representado por Belo Horizonte (indicada pela área mais escura na região central do estado).

Tabela 5 - Distribuição das variáveis da Indústria Manufatureira e Fabril por zonas geográficas - 1907

Região	N° de Estabelecimentos	Capital (mil réis)	Produção Industrial (mil réis)	% Produção	N° Operários
Mata	169	10.338.010	14.862.312	47%	2.891
Centro	154	12.034.910	11.926.272	37%	5.153
Sul	179	1.195.800	3.230.990	10%	724
Oeste	13	832.552	686.050	2%	166
Nordeste	2	1.195.000	570.000	2%	219
Triângulo	9	432.200	496.020	2%	139
Norte	1	517.000	150.000	0%	100
Noroeste	1	25.000	40.000	0%	6
Total Geral	528	26.570.472	31.961.644	100%	9.398

Fonte: elaborado pela autora com base em IBGE (1986).

Pelos dados da Tabela 5 organizados por ordem decrescente do valor da produção industrial, observa-se que a região predominante na produção industrial do estado é a Zona da Mata, com uma representatividade de 47%, o que confirma a informação demonstrada pelo Mapa 1 onde o município de Juiz de Fora era o líder na produção industrial. Ao comparar as regiões da Zona da Mata e Central observa-se que os números avaliados são próximos, apesar da Zona da Mata concentrar a maior produção industrial, há também na região Central uma forte concentração com 37% do valor da produção industrial do estado. O número de estabelecimentos é semelhante, sendo que a principal diferença se dá pelo número de operários empregados, que na região central é 80% maior que a região da Zona da Mata. Em termos de produção, a Zona da Mata apresenta ser 20% maior que a região Central e em termos de capital industrial empregado a região central é maior.

Em aspectos de número de empresas, aqui vale ressaltar que a região Sul, apesar de apresentar a terceira posição no valor do capital, produção e operários, é a região que possuía maior número de estabelecimentos, o que, de acordo com fontes da literatura estava ligado diretamente a pequena manufatura de derivados da pecuária (queijo, manteiga, couros, entre outros), conforme será destacado posteriormente.

As regiões Oeste, Nordeste e Triângulo representam pouca participação na produção do estado com uma representatividade de apenas 2% cada no total da produção industrial. Já as regiões Norte e Noroeste apresentam como sendo as menos industrializadas no ano de 1907, com produção insignificante no total do estado. A região Leste não aparece com nenhum município em termos de produção industrial conforme pode ser confirmado pela observação da região no Mapa 1.

Vale ressaltar a partir dos dados obtidos na Tabela 5 que apesar de pequenas diferenças, as regiões Zona da Mata, Sul e Central representam juntas 93% do total de operários empregados, 89% do total de capital industrial, 94% da produção e 95% do total de estabelecimentos existentes para indústria Manufatureira e Fabril. Ou seja, para o ano de 1907 há uma concentração industrial em apenas três das nove regiões analisadas para o estado.

Como pode ser observado na Tabela 6, a região com maior concentração industrial sob a ótica do valor da produção, que é a Zona da Mata, é aproximadamente 371 vezes superior do que a menor região que é a Noroeste.

Tabela 6 - Distância do valor da Produção Industrial entre maior e menor região - 1907

Região	Valor
Mata	1,0
Centro	1,2
Sul	4,6
Oeste	21,7
Nordeste	26,1
Triângulo	30,0
Norte	99,1
Noroeste	371,6

Fonte: elaborado pela autora com base em IBGE (1986).

Uma vez demonstrado na Tabela 5 quais eram as regiões que lideravam nas variáveis industriais do estado, é agora analisado quais eram os ramos industriais existentes no setor da indústria manufatureira e fabril para o estado mineiro em 1907, conforme Tabela 7 a seguir.

Tabela 7 - Ramos Industriais da Indústria Fabril de Minas Gerais 1907

Ramo Industrial	Nº de estab.	Capital (mil réis)	Produção (mil réis)	(continua)	
				% Produção	Nº de operários
Fiação e tecelagem	36	16.684.372	12.807.151	40%	4.702
Manteiga e Queijos	114	2.079.200	5.408.319	17%	715
Fundição e obras metais	30	884.000	1.710.240	5%	474
Cerveja	35	686.800	1.354.000	4%	167
Preparo de Couros	28	798.000	1.133.900	4%	177
Moagem de Cereais	33	356.300	1.132.000	4%	110
Produtos Cerâmicos	92	1.120.000	1.128.800	4%	502
Selins e Arreios	1	400.000	956.000	3%	800
Massas Alimentares	27	355.800	740.174	2%	157
Fumos preparados	10	212.800	694.200	2%	268
Sabão e Velas	9	208.500	660.400	2%	51
Açúcar (usinas)	3	1.000.000	550.000	2%	248
Cal e cimento	6	386.500	472.000	1%	259
Bebidas	7	229.500	398.900	1%	74
Refinarias de Açúcar	5	98.000	365.760	1%	24
Mobílias e Decorações	12	197.000	346.000	1%	63
Calçado	2	86.000	332.000	1%	110
Ladrilhos	2	210.000	328.000	1%	184
Vinhos	38	171.500	291.400	1%	84
Tintas	3	75.000	233.800	1%	28
Doces	5	32.000	220.700	1%	26
Pregos	1	60.000	180.000	1%	18
Serrarias e Carpintarias	1	20.000	110.000	0%	9
Instrumentos de música	15	55.200	96.300	0%	80
Banha Preparada	1	25.000	60.000	0%	6
Maisena	1	10.000	54.000	0%	10

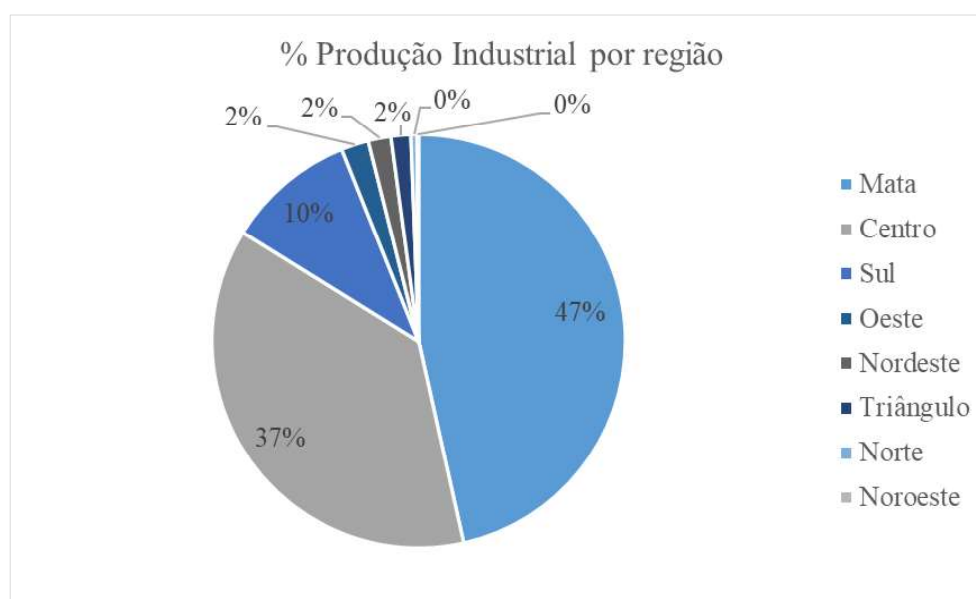
Tabela 7 - Ramos Industriais da Indústria Fabril de Minas Gerais 1907

Ramo Industrial	Nº de estab.	Capital (mil réis)	Produção (mil réis)	(conclusão)	
				% Produção	Nº de operários
Machinas	1	40.000	50.000	0%	12
Material de Transporte	4	17.000	45.300	0%	15
Óleos e Resinas	1	50.000	30.300	0%	6
Vassouras e Brochas	2	6.000	24.000	0%	6
Cola	1	5.000	24.000	0%	4
Malas e Bolsas	1	5.000	16.000	0%	4
Chapéus de feltro, lã etc.	1	6.000	8.000	0%	5
Total Geral	528	26.570.472	31.961.644	100%	9.398

Fonte: elaborado pela autora com base em IBGE (1986).

De acordo com IBGE (1986) foi feita uma classificação de 33 ramos industriais para apuração dos dados da indústria manufatureira e fabril, sendo que conforme demonstrado pela tabela 7, os ramos de fiação e tecelagem e manteiga e queijos representam juntos 57% do total da produção industrial. Há uma dupla concentração industrial, uma regional conforme gráfico 1 com as regiões da Mata, Centro e Sul predominantes e outra concentração de ramos industriais conforme o gráfico 2, com predominância da fiação e tecelagem, manteigas e queijos. O estudo da indústria manufatureira e fabril para o estado mineiro em 1907 indica que não só existe concentração da produção em regiões específicas como também esta produção se reduz a produtos específicos de maneira a concentrar a produção industrial em um vasto território.

Gráfico 1 - Concentração da Indústria por região – 1907



Fonte: elaborado pela autora com base em IBGE (1986)

Pela observação do Gráfico 1, observa-se que as regiões Zona da Mata, Centro e Sul absorvem 94% da produção industrial indicando uma forte concentração da indústria manufatureira e fabril. Já pelo Gráfico 2 é possível afirmar uma outra concentração para esta indústria em Minas: os ramos de fiação e tecelagem e manteiga e queijos lideram na produção confirmando o que a história indicou para a forte presença existente do setor têxtil e pecuária no estado.

Vários elementos servem de subsídios para resgatar a história do setor têxtil em Minas e a ligação com os resultados apontados no gráfico 2 para o ano de 1907. Desde as discussões em nível macro do país como apontado no capítulo 2 por Fishlow (1972), Versiani e Versiani (1975) e Prado Junior (1981), até mesmo no nível mais micro como no caso específico de Minas Gerais, como foi analisado por Libby (1997), a importância da indústria têxtil foi mencionada como tendo uma forte relação com a discussão do processo de substituição de importações no Brasil e o desenvolvimento da indústria. Isso demonstra que, de fato, desde o final do século XIX até a primeira metade do século XX o setor industrial têxtil era objeto de estudo entre os principais produtos do país.

De acordo com o Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem do estado de Minas Gerais - SIFT-MG (2021), apesar das diversas tentativas de impedimento do desenvolvimento da indústria têxtil em Minas, como foi o caso do Alvará de 1785, “nada impediu, contudo, que se intensificasse a atividade têxtil, de tal sorte que, no início do Século XIX, já apresentava relativa prosperidade, com o chamado "pano de Minas", produzido em aldeias e vilas, encontrando mercado em todo o território nacional [...] (SIFT-MG, 2021).

Para se ter dimensão da evolução da indústria têxtil no solo mineiro o SIFT-MG elencou os principais fatos e estatísticas dos estabelecimentos, conforme Quadro 5 a seguir:

Quadro 5 - Fatos históricos da Indústria Têxtil em Minas

(continua)

Período	Fatos históricos
1785	Surge o alvará que só permitia a fabricação de panos rústicos para a confecção de roupas a serem usadas pelos escravos
1808	Com a vinda da Família Real as restrições anteriores foram superadas, pois havia interesse em fortalecer a economia da antiga Colônia
1837	Surgiu a Companhia Industrial Mineira que, de forma incipiente, chegou a produzir tecido no Cipó e depois no Distrito das Neves, Termo de Sabará, dispondo de três máquinas de "aprontar algodão", vinte e oito fusos para fio grosso e seis teares para colchas de algodão.
1848	Surge a primeira fábrica equipada com máquinas mais modernas em Conceição do Serro

Quadro 5 – Fatos históricos da Indústria Têxtil em Minas

(conclusão)

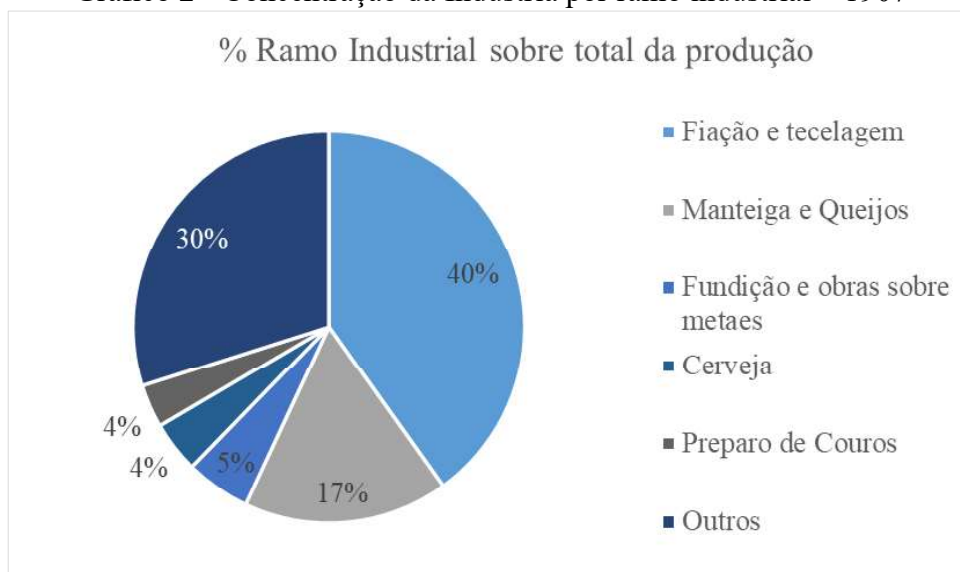
Período	Fatos históricos
1872	Surge a moderna indústria têxtil com a Fábrica do Cedro em Tabuleiro Grande, município de Sete Lagoas, fruto do espírito empreendedor dos irmãos Bernardo, Caetano e Antônio Cândido Mascarenhas
1885	Existiam na Província 13 fábricas de tecidos
1886	Nasce a Cia. Têxtil Cachoeira de Macacos
1891	Nasce a Cia. Tecidos Santanense
1892	Entraram em operação a Fábrica de Tecidos Santa Bárbara e a Cia. Industrial Itabira do Campo
Fim do século XIX	29 indústrias têxteis estavam em atividade no Estado

Fonte: elaborado pela autora com base em SIFT-MG (2021).

Através dos fatos históricos apontados pelo Quadro 5, pode-se afirmar certamente que a evolução na abertura de novos estabelecimentos durante o século XIX contribuiu significativamente para que este percentual de 40% de representatividade da indústria têxtil sobre o total da industrial manufatureira e fabril em Minas em 1907 fosse alcançado.

O estudo de João Antônio de Paula sobre a indústria têxtil intitulado “Dois ensaios sobre a gênese da industrialização em Minas Gerais a siderurgia e a indústria têxtil”, retrata exatamente as estatísticas elencadas neste trabalho e enfatiza o grau de importância da indústria têxtil. Segundo o autor “a importância da indústria têxtil nos primórdios da industrialização mineira é decisiva. Em 1907, a indústria têxtil mineira era responsável por 62,9% do total do capital industrial do Estado, por 40,2% do valor da produção industrial, por 50% do emprego industrial” (PAULA, p. 50, 1983).

Gráfico 2 - Concentração da Indústria por ramo industrial – 1907



Fonte: elaborado pela autora com base em IBGE (1986).

Em relação ao ramo industrial de fiação e tecelagem, do total da produção do estado indicado na Tabela 7 de 12.807.151 mil réis, existem três grandes empresas liderando esta produção: a primeira representa 18,6% do total da produção deste mesmo ramo industrial, e está situada no município de Juiz de Fora, na Zona da Mata, do proprietário Dr. Luiz Souza Brandão. A segunda, com representatividade de 9,5% também em Juiz de Fora denominada “Companhia Industrial Mineira” e a terceira com 9,1% de representatividade denominada “Companhia Cedro e Cachoeira” situada na região Central do estado no município de Sete Lagoas. Ao analisar pela ótica do capital industrial, duas destas três líderes na produção industrial, também lideraram no valor do capital empregado, como era o caso da Companhia Industrial Mineira e Companhia Cedro e Cachoeira que ocupavam 27% do total do capital empregado neste setor industrial em 1907.

Para elucidar um pouco sobre os dados destes principais estabelecimentos e subsidiar os argumentos e justificativas da relevância deste setor em Minas em 1907 é demonstrado na Tabela 8 seguir a relação de fábricas de tecidos instaladas em Minas Gerais entre 1872 e 1900.

Tabela 8 - Relação de fábricas de tecidos instaladas em Minas Gerais entre 1872 e 1900

(continua)

Denominação	Data	Local	Capital	Nº Teares	Nº Operários
Cedro	1872	Taboleiro Grande	150:000\$	18	70
Brumado	1872	Brumado	150:000\$	40	80
Cachoeira	1877	Curvelo	600:000\$	50	-
Bom Jesus da Água Fria	1881	-	233:000\$	50	140
Sabarense	1883*	Sabarará	250:000\$	48	100
Filatório Montes Claros	1883*	Montes Claros	150:000\$	40	72
Cassú	1883*	Uberaba	-	-	-
Itabirana	1884	Itabira	160:000\$	28	50
Bery-Bery	1884	Diamantina	300:000\$	40	120
São Sebastião	1184	Curvelo	189:500\$	40	75
São Silvestre	1885	Viçosa	200:000\$	50	60
Cachoeira de Macacos	1886	Sete Lagoas	600:000\$	-	-
Mineira	1886	Lavras	500:000\$	176	-
Mascarenhas	1888	Juiz de Fora	600:000\$	60	-
Pedreira	1888	Itabira	200:000\$	65	-
Policena Mascarenhas	1888	Alvinópolis	500:000\$	136	-
Santa Bárbara	1888	Buenópolis	400:000\$	78	-
São Roberto	1888	Gouvea	500:000\$	60	-
Industrial Mineira	1889	Juiz de Fora	600:000\$	100	200

Tabela 8 - Relação de fábricas de tecidos instaladas em Minas Gerais entre 1872 e 1900

(conclusão)

Denominação	Data	Local	Capital	Nº Teares	Nº Operários
Santanense	1891	Itaúna	600:000\$	215	-
São Joanense	1891	São João Del Rey	300:000\$	100	-
Pitanguense	1893	Pitanguí	600:000\$	200	-
São Domingos	1894	Santa Bárbara	-	-	-
Jequitahy	1895	Jequitahy	250:000\$	-	-
Santa Bárbara	1896*	Curimatahy	-	78	82
Perpétua	1896*	Diamantina	-	15	-
Itinga	1896*	Itinga	-	48	-
Itabira do Campo	1896	Itabirito	500:000\$	100	-
Melancias	1897*	Sete Lagoas	-	38	-

Fonte: Vaz (1977, p. 108-109).

*Nota: Segundo Vaz (1977) todas estas fábricas podem ter surgido em data anterior a mencionada já que existem registros das mesmas analisados.

Pelo Quadro 5 e a Tabela 8, observa-se que foi exatamente a partir do ano de 1872 que, segundo o SIFT-MG, passou a se considerar em Minas a existência de uma moderna indústria mineira no setor têxtil, momento em que Vaz (1977) datou a relação das empresas existentes e seu ano de fundação. Paralelo a isso, associa-se o início da consolidação dos grupos e elites industriais da época, e de acordo com Mendes (2008, p. 16),

[...] em relação à elite industrial local, nos referimos à formação de grupos de industriais que acumularam “capacidade de investimento” e conhecimentos a partir das experiências de fundação das primeiras indústrias têxteis e passaram a investir regularmente neste mercado, desencadeando um processo de criação de diversas outras fábricas que tiveram seu capital inicial formado com os lucros obtidos na própria indústria têxtil.

Mendes (2008) relaciona este início do processo de formação das elites industriais a duas importantes indústrias citadas na Tabela 8 e que se encontravam na região Central de Minas. O primeiro refere-se ao grupo da Companhia Cedro e Cachoeira e o segundo grupo fazia parte da fábrica Cachoeira de Macacos, sendo que um dos grandes expoentes da indústria têxtil – Américo Teixeira Guimarães – originou sua ideia a partir da sua visita na fábrica da Cachoeira do Cedro, o que lhe serviu de inspiração para a Cachoeira de Macacos em 1886³¹ (MENDES, 2008, p. 16-17).

³¹ Segundo Mendes (2008, p. 17-20) “Em 1886 foi fundada a Sociedade de Fiação e Tecidos Cachoeira de Macacos, indústria têxtil algodoeira instalada em Inhaúma, distrito de Sete Lagoas, a época considera região central de Minas Gerais. Américo Teixeira Guimarães se tornou figura de extrema importância para a história

Em relação ao primeiro grupo Lima (2010, p. 4) afirma que “a Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira se insere no período do boom da industrialização brasileira a partir da década de 1870”. Fundada em 1872 na atual cidade de Paraopeba pelos irmãos Antônio Cândido, Bernardo e Caetano Mascarenhas a indústria do Cedro veio a ganhar outra unidade em 1877, denominada “Cachoeira” com proprietários da mesma família, mas na cidade de Curvelo. Posteriormente, em 1883, diante do aumento da concorrência³² devido ao estabelecimento de outras fábricas em Minas, veio ocorrer a fusão das duas fábricas, sendo que passaram a ser conhecidas como “Cia Cedro & Cachoeira” (LIMA, 2010, p. 4-6).

Apesar da grande relevância do setor de fiação e tecelagem em Minas entre final do século XIX e início do século XX, há uma análise importante que deve ser feita para o setor têxtil neste trabalho. Conforme foi discutido no capítulo 2, o atraso relativo econômico de Minas frente a outros estados do país (como São Paulo), assim como a evidência da preocupação da expansão industrial nos projetos e planos de desenvolvimento na primeira metade do século XX demonstrado no capítulo 3, foi bastante avaliado pelas elites regionais mineiras. Neste aspecto, a partir do estudo de Paula (1983) é possível enxergar parte das estatísticas industriais da época para o setor têxtil que retratam este atraso relativo, conforme Tabela 9 a seguir.

Tabela 9 - Estatística Industrial Comparativa entre Minas, São Paulo e Brasil para as Fábricas de Tecidos de algodão

(continua)

Ano	Variáveis	Local		
		MG	SP	BR
1885	Nº de Fábricas	13	13	48
	Nº de teares	767	-	2.111
	Nº de Fusos	16.772	12.000	66.466
	Nº de Operários	1.807	1.670	-
	Valor do Capital	3.100:000\$	4.425:000\$	-
	Valor da Produção	1.700:000\$	4:600:000\$	-
1905	Nº de Fábricas	30	18	110
	Nº de teares	2.295	3.907	26.240
	Nº de Fusos	45.382	110.996	734.928
	Nº de Operários	3.098	6.269	39.159
	Valor do Capital	11.964:519\$	27.578:290\$	165.440:000\$
	Valor da Produção	-	19.700:000\$	-

local da região, pois ao “desempenhar o cargo de gerente da companhia entre 1887 e 1913, se tornou o representante maior de uma tradição de gestão da fábrica e da sua vila operária”.

³² Tal fato pode ser demonstrado pela Tabela 12, no qual mesmo com a fusão da Companhia Cedro e Cachoeira a denominada Companhia Industrial Mineira em Juiz de Fora aparece na frente, em 2º lugar avaliada tanto pela produção industrial, quanto pelo capital empregado.

Tabela 9 - Estatística Industrial Comparativa entre Minas, São Paulo e Brasil para as Fábricas de Tecidos de algodão

				(conclusão)
1915	Nº de Fábricas	53	51	240
	Nº de teares	4.321	12.743	51.134
	Nº de Fusos	131.486	378.138	1.512.626
	Nº de Operários	9.028	18.338	82.257
	Valor do Capital	25.145:000\$	81.455:421\$	321.111:000\$
	Valor da Produção	23.500:000\$	59.000:000\$	261.183:000\$
1920	Nº de Fábricas	60	55	242
	Nº de teares	5.800	14.700	59.208
	Nº de Fusos	130.000	415.900	1.521.300
	Nº de Operários	18.000	25.000	108.960
	Valor do Capital	39.002:000\$	106.188:000\$	337.700:000\$
	Valor da Produção	51.150:000\$	308.200:000\$	442.000:000\$
1928	Nº de Fábricas	-	82	347
	Nº de teares	-	22.823	79.910
	Nº de Fusos	-	730.844	2.620.471
	Nº de Operários	-	43.059	123.521
	Valor do Capital	-	-	669.912:000\$
	Valor da Produção	86.777:313\$	382.300:000\$	929.308:000\$
1932	Nº de Fábricas	-	112	355
	Nº de teares	-	24.861	83.312
	Nº de Fusos	-	803.509	2.695.639
	Nº de Operários	-	37.386	115.550
	Valor do Capital	-	248.600:000\$	669.794:000\$
	Valor da Produção	-	245.000:000\$	911.926:000\$

Fonte: Paula (1983, p. 66-67).

Através da Tabela 9, pode-se observar que, na maior parte dos anos analisados, 1885, 1905, 1915, 1920, 1928 e 1932, São Paulo esteve frente a Minas no valor do capital empregado e na produção das fábricas de tecidos. Paula (1983, p. 65) diz que ao “cotejarmos o desempenho histórico da indústria mineira têxtil com o da indústria têxtil paulista revelar-se-á enorme a distância que produziu se entre poderosa a indústria de tecidos paulista incipiente indústria de tecidos e a mineira”. Desta forma pode-se afirmar que apesar de ter apresentado ser o setor industrial mais importante de Minas no início do século XX, em termos de capital empregado e valor da produção, a indústria têxtil de Minas apresentava um atraso econômico relativo quando comparada com São Paulo.

Agora em se tratando do ramo industrial de Manteigas e queijos, o mesmo apresentou para o ano de 1907 o valor de 17% do total da produção industrial do estado, e possuía como

três principais empresas “Alberto Boeke, Jong e C.”³³ em Palmira, atual cidade de Santos Dumont na região da Zona da Mata com 13% deste ramo da indústria, a “Companhia de Laticínios”, também em Palmira, com 6% e a “J. Meirelles & Comp.” no município de Baependi na região Sul com 4%. O município de Baependi, sozinho, representava 28% da produção industrial, sendo que de acordo com Marson (2017), em 1907 era o município mais industrializado da região Sul.

Assim como no caso da indústria têxtil, o entendimento das raízes históricas da produção de laticínios e seus derivados em Minas, assim como as justificativas da grande importância deste ramo industrial demonstrada pelos dados analisados do ano de 1907, retomam fatos até mesmo da época da mineração. Conforme foi demonstrado no capítulo 2 por Singer (1977) e Paiva e Godoy (2002) mesmo que a literatura demonstre confrontos entre os argumentos da existência ou não de outros setores produtivos além do ouro, é certo que o mercado interno mineiro ainda no século XVIII e XIX era de grande importância.

De acordo com Meneses (2006, p 19), é importante a “interpretação em dados históricos que mostram as regiões mineiras com uma produção rural diversificada desde o início do processo de ocupação e não apenas após a decadência da produção aurífera”. O autor enfatiza que o queijo é um elemento integrante de uma economia importante e de cultura agropastoril, sendo que se trata de uma tradição vinda pelos colonizadores e que faz parte até os dias atuais. Ademais, diversos são os casos de documentos e inventários que contêm informações da existência de queijos ainda no século XVIII, como nos anos de 1772, 1793, 1796³⁴. Já no século XIX, a título de exemplo da existência de produtos laticínios a partir do relato dos viajantes de John Mawe e Auguste Saint’Hilaire, o autor cita que os queijos das regiões entre Barbacena e Rio de Janeiro são igualmente de gosto muito agradável (SAINT’HILAIRE, 1817, p. 218 *apud* MENESES, 2006, p. 22).

Tendo ciência de que a cultura do queijo estava presente em Minas desde a época colonial, resta entender quando se deu o avanço das fábricas até a considerada indústria moderna de laticínios. Segundo Albuquerque (2012), a atribuição de fundador da indústria de laticínios no Brasil se deve à Carlos Pereira de Sá Fortes. Nascido em 1.850 no município de Barbacena, Minas Gerais, filho de fazendeiros e doutor em medicina, Sá Fortes que tornou-se também figura pública, fundou em 1888 a primeira fábrica de laticínios do Brasil e da América do Sul, na Serra da Mantiqueira em Minas Gerais para a fabricação de queijos tipo holandês.

³³ Segundo Netto (2011, p. 259) a indústria “Alberto Boeke, Jong e C.” era de origem holandesa e foi fundada no Brasil em 01 de abril 1907 pelos empresários Alberto Boeke e Gaspar Jong.

³⁴ Para aprofundar no assunto, ver os documentos citados por Meneses (2006, p. 19-26).

Importando mão de obra e maquinário da Holanda, alcançou o progresso desta indústria, vindo posteriormente a fazer da fábrica da Mantiqueira um local de produção em nível de exportação. Os primeiros técnicos desta fábrica foram os holandeses Frederich Kingma, J. Etienne, Gaspar Jong, e Alberto Boeke, nomes que logo depois, fundaram em 1907 a “Alberto Boeke Jong e Companhia”, segundo maior estabelecimento pela ótica da produção industrial pelos dados analisados neste trabalho no ano de 1907.

Antes mesmo da data de fundação da Alberto Boeke Jong e Companhia, no próprio Congresso Agrícola, Comercial e Industrial presidido por João Pinheiro e realizado em 1903, Carlos Pereira de Sá Fortes “salientou a necessidade de amparar oficialmente a indústria nacional de laticínios” (ALBUQUERQUE, 2012).

Demonstrado um pouco sobre a indústria de laticínios, manteiga e queijos, cabe agora demonstrar uma análise feita dos principais produtos por região. De acordo com a Tabela 10, os ramos industriais fiação e tecelagem lideram nas regiões Zona da Mata, Centro, Nordeste e Norte e o ramo industrial manteiga e queijos lidera nas regiões Sul, Oeste e Triângulo. Já a região na região Noroeste, o ramo predominante é o preparo de couros.

Tabela 10 - 5 maiores Ramos Industriais pela Produção Industrial por região – 1907

(continua)

Região	Ramo Industrial	N ° de	Capital (mil réis)	Valor da Produção (mil réis)	Nº Operários
Mata	Fiação e tecelagem	13	5.502.610	6.314.899	1.515
Mata	Manteiga e Queijos	23	931.500	2.184.573	237
Mata	Cerveja	15	552.800	1.139.800	101
Mata	Moagem de Cereais	26	296.300	898.000	84
Mata	Açúcar (usinas)	3	1.000.000	550.000	248
Mata	Outros	89	2.054.800	3.775.040	706
Centro	Fiação e tecelagem	18	8.484.210	5.346.252	2.670
Centro	Fundição/obras metais	15	431.000	970.760	362
Centro	Selins e Arreios	1	400.000	956.000	800
Centro	Manteiga e Queijos	16	317.000	944.200	117
Centro	Preparo de Couros	8	262.000	474.400	58
Centro	Outros	96	2.140.700	3.234.660	1.146
Sul	Manteiga e Queijos	59	583.500	1.607.506	270
Sul	Olaria/cerâmica	49	160.800	307.200	135
Sul	Preparo de Couros	11	84.500	294.300	45
Sul	Fundição/obras metais	7	102.000	233.230	43
Sul	Fumos preparados	1	60.000	220.000	100
Sul	Outros	52	205.000	568.754	131
Oeste	Manteiga e Queijos	11	155.000	443.800	61
Oeste	Fiação e tecelagem	1	665.552	240.000	98
Oeste	Fundição/obras metais	1	12.000	2.250	7

Tabela 10 – 5 maiores ramos industriais pela Produção Industrial por região - 1907

(conclusão)

Região	Ramo Industrial	N ° de	Capital (mil réis)	Valor da Produção (mil réis)	Nº Operários
Nordeste	Fiação e tecelagem	2	1.195.000	570.000	219
Triângulo	Manteiga e Queijos	5	92.200	228.240	30
Triângulo	Fiação e tecelagem	1	320.000	186.000	100
Triângulo	Massas Alimentares	1	8.000	38.880	4
Triângulo	Moagem de Cereais	1	6.000	36.000	3
Triângulo	Bebidas	1	6.000	6.900	2
Norte	Fiação e tecelagem	1	517.000	150.000	100
Noroeste	Preparo de Couros	1	25.000	40.000	6
Total Geral		528	26.570.472	31.961.644	9.398

Fonte: elaborado pela autora com base em IBGE (1986).

Conforme Tabela 11 a seguir os dez municípios mais industrializados em Minas Gerais no ano de 1907, encontram-se nas regiões Mata, Centro e Sul, indicando que, para o restante das regiões analisadas, não há nenhum município com concentração industrial.

Tabela 11 - 10 Municípios mais industrializados – 1907

Município	Região	Produção (Mil Réis)
Juiz de Fora	Mata	8.802.500
Belo Horizonte	Centro	1.474.520
Sete Lagoas	Centro	1.300.127
Palmira	Mata	1.099.500
Ouro Preto	Centro	1.072.000
Prados	Centro	1.043.800
São João Nepomuceno	Mata	744.160
Ponte Nova	Mata	642.000
Cataguases	Mata	632.859
Baependi	Sul	582.986
Outros		14.521.412
Total Geral		31.915.864

Fonte: elaborado pela autora com base em IBGE (1986).

A seguir, na Tabela 12, é apresentada a relação dos proprietários com produção industrial no estado com representatividade superior a 1%. Da listagem de 45 proprietários/empresas, observa-se que 21 estavam diretamente ligados ao ramo industrial têxtil, o que indica a predominância deste setor entre os empresários da época.

Tabela 12 - Proprietários/Empresas com produção industrial igual ou superior a 1% sobre o total geral (continua)

Proprietário/Empresa	Ramo Industrial	Município	Produção (mil réis)	% sobre o total
Dr. Luiz Souza Brandão	Fiação e tecelagem	Juiz de Fora	2.376.000	7%
Companhia Industrial Mineira	Fiação e tecelagem	Juiz de Fora	1.215.000	4%
Companhia Cedro e Cachoeira	Fiação e tecelagem	Sete Lagoas	1.165.127	4%
José Virgolino & Filho	Sellins e Arreios	Prados	956.000	3%
Alberto Bock Jung & C.	Manteiga e Queijos	Palmyra	720.000	2%
Viuva Bernardo Mascarenhas	Fiação e tecelagem	Juiz de Fora	708.000	2%
Sarmento Irmão & C.	Fiação e tecelagem	São João Nepomuceno	624.000	2%
Companhia Fabril Cachoeira Grande	Fiação e tecelagem	Estação Pedro Leopoldo	540.000	2%
Orozimbo Vasconcellos & C.	Fiação e tecelagem	Ouro Preto	532.000	2%
Viuva Kremer de Castro	Cerveja	Juiz de Fora	490.000	2%
Antonio Meurer	Fiação e tecelagem	Juiz de Fora	483.000	2%
Dr. Joaquim José Q. Junior	Fundição e obras sobre metaes	Estação da Esperança	480.000	2%
Companhia Cachoeira de Macacos	Fiação e tecelagem	Cachoeira de Macacos	480.000	2%
Companhia Industrial Itabira do Campo	Fiação e tecelagem	Itabira do Campo	420.000	1%
Carlos Stiebler	Cerveja	Juiz de Fora	371.000	1%
Viuva Martins & C.	Açúcar (usinas)	Ponte Nova	356.000	1%
Companhia de Lactínicos	Manteiga e Queijos	Palmyra	329.500	1%
Burnier & Rimes	Sabão e Velas	Juiz de Fora	320.000	1%
Banco Hypothecario do Brazil	Fiação e tecelagem	Santa Barbara	300.000	1%
Companhia Industrial Sabarense	Fiação e tecelagem	Marzagão	300.000	1%
Companhia Industrial Biribiry	Fiação e tecelagem	Diamantina	300.000	1%
Companhia União Industrial	Fiação e tecelagem	Viçosa	295.000	1%
Andrade & Andrade	Fumos e Doces	Estação do Sítio	295.000	1%
Penitenciaria	Calçado	Ouro Preto	285.000	1%
Companhia União Lavrense	Fiação e tecelagem	Lavras	270.000	1%
Companhia F. T. São Roberto	Fiação e tecelagem	Gouveia	270.000	1%
A. Mascarenhas	Fiação e tecelagem	Alvinópolis	240.000	1%
Companhia F. Santanense	Fiação e tecelagem	Villa Itaúna	240.000	1%
J. Meirelles & Comp.	Manteiga e Queijos	Baependi	234.000	1%
Segaud Vianna	Sabão e Velas	Belo Horizonte	230.000	1%
Companhia Progresso Fabril	Fiação e tecelagem	Viçosa	210.240	1%
José Sans	Couros/Calçados/Cola	Itabira do Campo	206.000	1%
Companhia Industrial Pitanguiense	Fiação e tecelagem	Pitangui	202.800	1%

Tabela 12 - Proprietários/Empresas com produção industrial igual ou superior a 1% sobre o total geral

				(conclusão)	
Proprietário/Empresa	Ramo Industrial	Município	Produção (mil réis)	% sobre o total	
João Pinheiro Silva (herdeiros)	Productos Ceramicos	Caeté	200.000	1%	
Pantaleão Areure & Spinelli Cruz & C.	Ladrilhos	Juiz de Fora	192.000	1%	
C. Queiroz & C. Campos	Cal e cimento	Pedra do Sino	192.000	1%	
Detleff Krumbeck	Fiação e tecelagem	Uberaba	186.000	1%	
Jorge Irmãos & Couris	Preparo de Couros	Juiz de Fora	184.000	1%	
Accacio Teixeira	Bebidas alcoólicas	Juiz de Fora	180.000	1%	
Souza Meirelles & C.	Pregos	Juiz de Fora	180.000	1%	
Mario Andrade & C.	Manteiga e Queijos	São Gonçalo do Sapucaí	168.700	1%	
Bertolette Irmãos & C.	Manteiga e Queijos	Bias Fortes	166.630	1%	
Azevedo & Comp.	Bebidas alcoólicas	Juiz de Fora	166.000	1%	
Leite & Fonseca	Manteiga e Queijos	Turvo	162.000	1%	
	Fundição e obras sobre metais	Juiz de Fora	160.000	1%	
Outros			13.380.647	42%	
Total geral			31.961.644	100%	

Fonte: elaborado pela autora com base em IBGE (1986).

Para Bastos, Mauler e Assis (2011), a análise da formação do capital industrial no processo de industrialização brasileira mostra que este tipo de capital é resultado, na maioria das vezes, do complexo agroexportador. Um exemplo disso pode ser aplicado na região da Zona da Mata em Minas, local onde existiam relações entre a fazenda de café e a origem da indústria têxtil. Em estudo sobre o processo de formação e desenvolvimento industrial de Juiz de Fora, os autores demonstram que, de fato, ocorreu a transferência de capital da fazenda de café para a fábrica de tecidos, sendo que a empresa de Dr. Luiz Souza Brandão é exemplo deste processo.

Dr. Luiz Souza Brandão era médico, fazendeiro, vereador e industrial. Participou na Câmara Municipal entre os anos 1901 a 1922 e, em conjunto com um fazendeiro de café chamado Cel Theodorico de Assis, fundou, em 1908, a Companhia Agrícola de Juiz de Fora (BASTOS; MAULER; ASSIS, 2011).

Agora em se tratando da Companhia Industrial Mineira indicada no segundo lugar da produção industrial da Tabela 12, Gonçalves e Calvano (2007, p. 33) afirmam que foi criada em 1883, pertencente a Morrit & Companhia, com nome de Companhia de Fiação e Tecidos Industrial Mineira e que “proporcionou um novo fluxo de operários e de mercadorias. Esta veio a ser a maior empresa local e a única do período organizada e controlada por capital inglês”.

Complementando as palavras de Calvano (2007), Cimino (2014, p.18-19) diz que o início do processo e expansão da indústria têxtil ocorreu com a instalação desta primeira fábrica em 25 de dezembro de 1883 que ficou conhecida como Fábrica dos Ingleses (ou Fábrica de Tecidos de Mariano Procópio) sendo de propriedade das firmas, Andrew Steele & Cia., William Morrit e Henry Whithaker e que foi constituída sobre os locais das antigas oficinas da Companhia União e Indústria. No que diz respeito a produção,

Com um maquinário em sua maioria importado, a fábrica produzia tecidos de algodão branco, lisos e grossos, trançados, pano especial para sacos e riscados de diversos padrões e qualidades. A localização privilegiada, bem ao lado da Estação Mariano Procópio, pertencente à Estrada de Ferro D. Pedro II, garantia a facilidade necessária para a importação de equipamentos e matéria prima e a exportação da produção fabril. (CIMINO, 2014, p. 20).

Em terceiro lugar pela produção industrial avaliado pela Tabela 12, tem-se a Companhia Cedro e Cachoeira. Lima (2011) já havia indicado a importância desta Companhia ainda no século XIX. Como já demonstrado anteriormente, com início das atividades em 1872, a fábrica era de propriedade de três irmãos e foi escolhida para ser localizada em um arraial denominado Arraial de Tabuleiro Grande nas regiões do município de Sete Lagoas. Ainda nesta época,

[...] o impacto que a Fábrica do Cedro causou na economia local foi grande, gerou um número considerável de novos empregos, trouxe dinheiro para a região, novos recursos e, com estes, estradas e infra-estrutura para a localidade. A euforia causada por tal empreendimento levou Nelson Senna em 1913 a comparar a Villa de Paraopeba, antiga Tabuleiro Grande, às cidades de Manchester, na Inglaterra e Lowell, nos Estados Unidos.” (LIMA, 2011, p. 271).

Demonstrado os principais estabelecimentos/empresários da indústria manufatureira e fabril, resume-se através da Tabela 13 quais eram os setores industriais predominantes por zona geográfica através da variável produção industrial. Nesta tabela evidencia-se que o setor industrial predominante em 1907 era a Indústria de Fiação Tecelagem e Artefatos de Tecidos, pois a mesma predominava em quatro das oito regiões analisadas, sendo elas Mata, Centro, Nordeste e Norte. Nas regiões Norte e Nordeste, que eram regiões menos industrializadas, a indústria têxtil predominava em 100% do total da produção, sendo que na região Norte havia em 1907 uma única indústria no município de Montes Claros denominada “Silva Maia & C.” e na região Nordeste haviam apenas duas indústrias têxteis nos municípios de Diamantina e Gouveia. Já nas regiões Mata e Centro, apesar da predominância da indústria têxtil, foi demonstrado que existia diversificação em outros setores como o da alimentação, couros e seus artefatos e a metalurgia. Por fim, nas regiões Sul, Oeste, Triângulo e Noroeste a presença dos produtos de origem da pecuária eram predominantes.

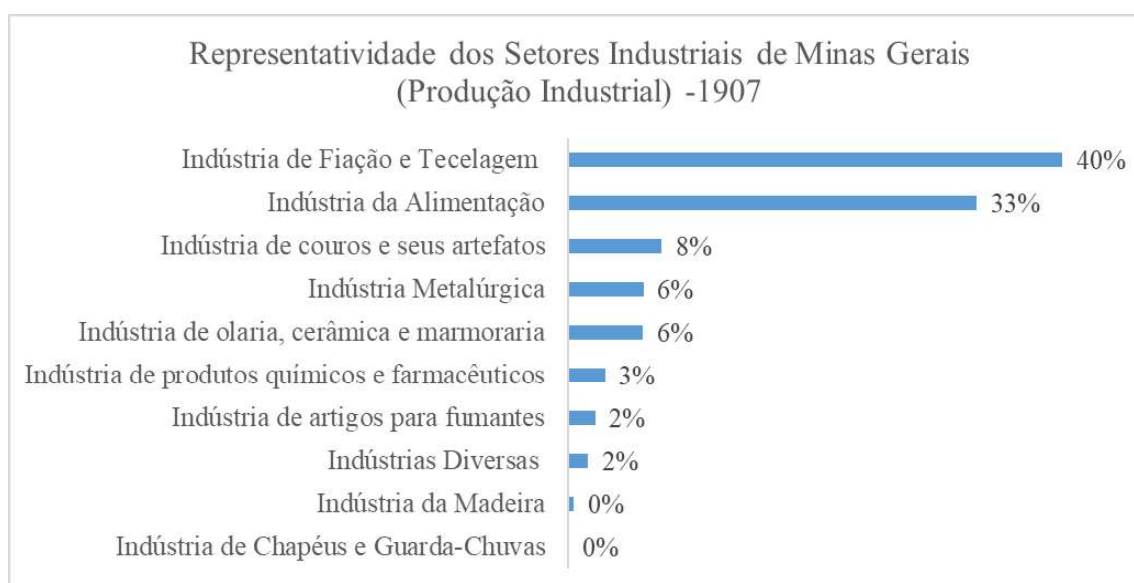
Tabela 13 - Setor Industrial predominante por Zona Geográfica pela Produção Industrial - 1907

Região	Setor	% de Participação na região
Mata	Indústria de Fiação Tecelagem e Artefatos de Tecidos	42%
Centro	Indústria de Fiação, Tecelagem e Artefatos de Tecidos	45%
Sul	Indústria da Alimentação	66%
Oeste	Indústria da Alimentação	65%
Nordeste	Indústria de Fiação, Tecelagem e Artefatos de Tecidos	100%
Triângulo	Indústria da Alimentação	63%
Norte	Indústria de Fiação, Tecelagem e Artefatos de Tecidos	100%
Noroeste	Indústria de couros e seus artefatos	100%

Fonte: elaborado pela autora com base em IBGE (1986).

Em resumo, para concluir as análises dos dados de 1907, no gráfico 03 a seguir são demonstrados os resultados encontrados da representatividade de cada setor industrial sobre o total geral da produção do estado. A indústria manufatureira e fabril em Minas neste ano era predominantemente têxtil e alimentícia, sendo respectivamente 40% e 33% as proporções de cada uma. A indústria metalúrgica que mais tarde viria ocupar um lugar de destaque na produção mineira, em 1907 apareceu ainda discreta, com produção voltada a fundição e obras sobre metais, característica de indústria nascente e dispersa entre as regiões da Zona da Mata e Centro.

Gráfico 3 - Representatividade dos setores industriais de Minas Gerais (Produção Industrial) – 1907



Fonte: elaborado pela autora com base em IBGE (1986)

Demonstrado as principais informações da indústria manufatureira e fabril no ano de 1907, conclui-se que a mesma ficou concentrada nas regiões da Zona Mata, Centro e Sul, com predominância dos ramos industriais relacionados a indústria têxtil e da pecuária e que os municípios mais industrializados eram Juiz de Fora, Belo Horizonte e Sete Lagoas.

A região da Zona da Mata ao ocupar a posição de liderança na produção, teve como principal município industrial Juiz de Fora, coincidindo-se com um período da história em que a cultura cafeeira ainda predominava nesta região. Ademais, conforme demonstrado por alguns autores e até mesmo nos dados do principal empresário de 1907, Dr. Luiz Souza Brandão, tudo indica que o capital cafeeiro contribuiu para dinamizar a região, no qual havia ligações entre os principais empresários, as fazendas de café e a indústria de fiação e tecidos.

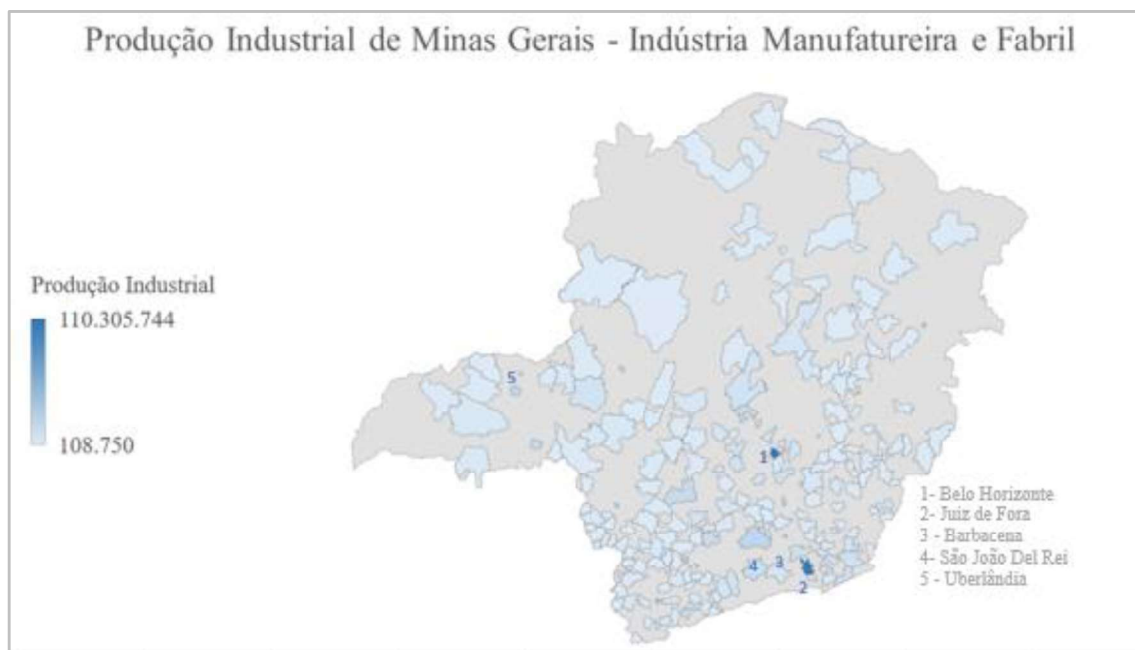
Por outro lado, a predominância do setor têxtil no ano analisado, vai de encontro também com as discussões feitas no capítulo dois deste trabalho, em que desde a época da mineração o setor têxtil em Minas se mostrou amplo e pertencente da história da economia mineira. Na seção a seguir será analisado o perfil industrial de Minas para o ano de 1937.

4.3 O PERFIL INDUSTRIAL DE MINAS EM 1937

Em 1937, a indústria manufatureira e fabril de Minas Gerais se desenvolveu e se diversificou quando comparada com o ano de 1907. A seguir serão apresentadas as principais características dessa indústria a fim de entender o processo de expansão industrial do estado.

No Mapa 2 abaixo, é introduzido o mapa geográfico da indústria manufatureira e fabril de Minas Gerais, elaborado pelo valor da produção industrial.

Mapa 2 - Produção Industrial por Município - 1937 (em mil réis)



Fonte: elaborado pela autora com base em IBGE/DEE-MG (1939).

Através da observação do Mapa 2, referente a Indústria Manufatureira e Fabril de 1937, pode-se afirmar que há uma concentração da produção industrial nas cidades de Belo Horizonte e Juiz de Fora destacadas pelas áreas mais escuras no mapa em 1937 em que ambos municípios possuem uma representatividade superior a 10% cada sobre o total da produção industrial³⁵ do estado.

Ao comparar o Mapa 2 (1937) com o Mapa 1 (1907) observa-se que surgiram novos pontos no mapa indicando que a produção industrial do estado aumentou e se expandiu territorialmente, ou seja, não só o número de estabelecimentos cresceu como também a produção e capital aumentaram significativamente. Além disso, observa-se que enquanto em 1907 a produção era liderada pelo município de Juiz de Fora demarcada por um único ponto em cor mais escura no mapa situada na Zona da Mata, em 1937 o mapa passa a indicar dois pontos com cores mais fortes, no qual a produção passa a ser liderada por Belo Horizonte e pelos municípios concentrados na região Central. Juiz de Fora diminuiu a sua representatividade em termos percentuais, mas continua a ter parcela significativa e a produção, de modo geral, passa a se dispersar e se diversificar no estado conforme será demonstrado nas análises a seguir.

³⁵ Para construção do Mapa Geográfico da Produção Industrial da Indústria Manufatureira e Fabril no ano de 1937 em Minas Gerais, foi feita a mesma padronização geral da nomenclatura das cidades conforme feito para o ano de 1907.

Tabela 14 - Distribuição das variáveis da Indústria Manufatureira e Fabril de Minas Gerais por Zonas geográficas - 1937

Região	N° de Estabelecimentos	Capital (mil réis)	Produção (mil réis)	% Produção	N° Operários
Centro	1.828	137.006.360	308.164.504	36%	20.653
Mata	1.697	104.303.540	222.393.868	26%	16.145
Sul	2.034	41.726.519	152.553.896	18%	7.673
Triângulo	781	15.005.519	74.949.701	9%	3.531
Oeste	354	19.160.536	54.915.383	6%	2.599
Nordeste	147	4.819.510	14.247.616	2%	1.017
Leste	208	1.185.700	12.039.763	1%	536
Norte	134	1.951.800	11.691.531	1%	489
Noroeste	18	75.400	716.110	0%	39
Total Geral	7.201	325.234.884	851.672.372	100%	52.682

Fonte: elaborado pela autora com base em IBGE/DEE-MG (1939).

Pelos dados da Tabela 14 organizados por ordem decrescente do valor da produção industrial no setor analisado da indústria manufatureira e fabril em 1937, observa-se que a região central lidera na produção industrial do estado com uma representatividade de 36%, o que confirma a informação demonstrada pelo Mapa 2 onde município de Belo Horizonte possui cor hachurada com tonalidade mais escura. A região da Zona da Mata e a região Sul também apresentam parcelas significativas no total da produção sendo que a primeira contribui com 26% do total da produção do estado e a segunda com 18%.

Tanto em 1907 quanto em 1937, as três principais regiões Central, Zona da Mata e Sul se mantiveram com principais produtoras, mas ocorreu uma significativa mudança na posição de liderança entre as regiões de destaque. Em 1907 a região da Zona da Mata liderava na produção industrial e junto com a região Sul apresentavam ser 52% maior que a região Central do estado. Já em 1937, com a troca na posição de destaque, a região Central passa a ser líder na produção e mesmo analisando também em conjunto, as regiões da Zona da Mata e Sul passaram a ser 22% maior que a região Central.

Esta observação foi confirmada por Wirth (1982), que afirma que “o longo declínio do centro cessou a partir de 1920, quando o desenvolvimento de indústrias de bens de consumo, bancos e comércio deu uma base econômica à nova capital política em Belo Horizonte. Com isso, o Centro recuperou sua velha predominância, especialmente após 1930” (WIRTH, 1982, p. 43).

Assim como Wirth (1982), Paula (2002, p. 2) afirma este “deslocamento do centro dinâmico da Zona da Mata para Zona Metalúrgica, a partir da década de 1930, como

consequência do início do movimento de integração do mercado nacional que se processava naquele período”.

Em relação ao capital industrial, o número de operários e o número de estabelecimentos, a região Central superou a Zona da Mata, mas o número de estabelecimentos na região Sul, novamente, assim como em 1907 apresentou parcela significativa em comparação com todas as outras regiões, o que foi impulsionado, principalmente, pelo crescimento do número de empresas do ramo industrial de laticínios/manteiga/queijos que em 1907 era de 59 empresas e passou para 340 em 1937. Além disso, a região Sul passa de uma representatividade de 10% para 18% no total da produção industrial do estado.

Esse desenvolvimento peculiar do número de estabelecimentos na região Sul pode ser associado ao aumento da participação industrial e que foi destacado por Marson (2017), “a região que mais ganhou participação relativa na produção industrial do estado de Minas Gerais foi o Sul entre 1907 e 1937, apesar de continuar como a terceira região industrial. Em 1907, o Sul representava 10,2% da produção industrial do estado, passando a representar 17,2% em 1937” (MARSON, 2017, p. 164).

As regiões Oeste e Triângulo passaram a representar respectivamente 9% e 6% do total da produção industrial do estado, o que representa um impulso industrial nestas regiões que antes representavam 2% cada do total da produção industrial de 1907. Já as regiões Norte, Nordeste e Noroeste, apesar de ainda não terem impulsionado sua participação na produção industrial, verifica-se que aumentaram significativamente o número de empresas existentes quando comparadas com 1907. A região Leste que não apresentava produção industrial para a indústria manufatureira e fabril em 1907, passou a registrar 208 empresas em 1937, o que pode ser confirmado pelas áreas hachuradas nesta região do Mapa 2.

Desta forma, cabe aqui analisar quais foram os principais motivos que levaram a região Central a ultrapassar a região da Zona da Mata na produção e contribuir para manter em valores concentrados a produção industrial e o capital empregado. Observou-se ainda pelo Mapa 2 que houve dispersão das áreas de produção industrial, apesar da concentração industrial ter se mantido ao longo de trinta anos.

Em relação a concentração regional da indústria, se compararmos a distância entre os valores da produção industrial entre as regiões que ocupam as posições de primeiro e último lugar através da Tabela 15, observa-se que a distância entre a produção industrial diminuiu entre a maioria das regiões. As regiões que conseguiram diminuir a diferença entre a produção industrial entre 1907 e 1937 foram Sul, Oeste, Triângulo, Nordeste e Norte. Já a região que aumentou a diferença na produção industrial foi a Noroeste. A região Noroeste que apresentava

ser a menos industrializada, era 371 vezes menor do que a região mais industrializada (Zona da Mata) em 1907. Já em 1937 essa diferença na produção industrial da região aumenta significativamente, demonstrando que a região Noroeste é 430 vezes menor que a região de destaque neste ano (Centro), o que representa uma variação de 16%.

Tabela 15 - Distância do valor da Produção Industrial entre maior e menor região - 1937

Região	Valor
Centro	1,0
Mata	1,4
Sul	2,0
Oeste	4,1
Triângulo	5,6
Nordeste	21,6
Norte	25,6
Leste	26,4
Noroeste	430,3

Fonte: elaborado pela autora com base em IBGE/DEE-MG (1939).

Os ramos industriais de 1937 mais que duplicaram em relação ao ano de 1907. A seguir serão apresentados os segmentos que representam 1% ou mais em relação ao total da produção industrial do estado.

Tabela 16 - Ramos Industriais da Indústria Fabril Manufatureira e Fabril de Minas Gerais com representatividade igual ou superior a 1% sobre o total geral – 1937

(continua)

Ramo Industrial	Nº de estab.	Capital (mil réis)	Produção (mil réis)	% Produção	Nº de operários
Laticínios, Manteiga e Queijos	803	37.255.949	233.402.644	27%	3.555
Fábrica de Tecidos	82	134.526.246	147.095.140	17%	18.005
Olaria, cerâmica e marmoraria	653	7.785.842	45.387.720	5%	3.585
Fábrica de Calçados	679	6.444.000	43.142.319	5%	3.688
Curtumes (couros e peles)	151	10.444.508	39.747.775	5%	1.251
Panificação	728	7.117.204	38.797.496	5%	3.031
Artefatos de ferro em geral	440	4.096.306	37.797.198	4%	1.340
Fábrica de móveis e artefatos	422	6.095.200	37.671.179	4%	2.122
Charque e produtos conexos	30	7.940.987	33.194.241	4%	553
Banha/produtos porcinos	64	6.762.122	32.024.706	4%	537
Papel	3	4.740.000	21.779.841	3%	366
Artefatos de Tecidos	67	752.900	21.665.114	3%	466
Doces	509	4.835.349	20.775.644	2%	1.742
Café Torrado e Moído	201	2.360.204	16.890.438	2%	617

Tabela 16 - Ramos Industriais da Indústria Fabril Manufatureira e Fabril de Minas Gerais com representatividade igual ou superior a 1% sobre o total geral – 1937 (conclusão)

Ramo Industrial	Nº de estab.	Capital (mil réis)	Produção (mil réis)	% Produção	Nº de operários
Massas Alimentares	57	6.093.832	11.288.490	1%	555
Açúcar (Refinação de)	10	4.814.701	10.285.084	1%	110
Bebidas	81	3.944.323	10.112.058	1%	606
Sabão	32	2.120.228	6.659.776	1%	199
Colchões e travesseiros	87	160.500	5.968.963	1%	144
Produtos Farmacêuticos	106	2.960.600	5.220.927	1%	414
Oficinas de veículos	67	4.434.731	4.988.990	1%	698
Outros	1.929	59.549.152	27.776.629	3%	9.098
Total Geral	7.201	325.234.884	851.672.372	100%	52.682

Fonte: elaborado pela autora com base em IBGE/DEE-MG (1939).

Pela Tabela 16 acima, observa-se que os ramos industriais que lideram no estado são Laticínios/Manteiga e Queijos e Fiação e Tecelagem, mantendo-se a posição de 1907, mas em ordem invertida dos produtos.

De acordo com Diniz (1981, p. 19) a “indústria de laticínios beneficiou-se enormemente dos obstáculos à importação por ocasião da Primeira Guerra Mundial, podendo assim ocupar o mercado nacional”. Entre 1913 e 1918 as importações de produtos como queijos, manteiga e leites em conservas caíram drasticamente em função da dificuldade das importações, com isso houve maior expansão da indústria de laticínios.

Em Minas Gerais, houve evolução das exportações de laticínios do estado nestes três produtos, sendo que no período compreendido entre 1906 e 1936, houve uma variação positiva na exportação de queijos, manteiga e leite industrializados respectivamente em 207%, 826% e 1037% conforme demonstrado na Tabela 17 a seguir.

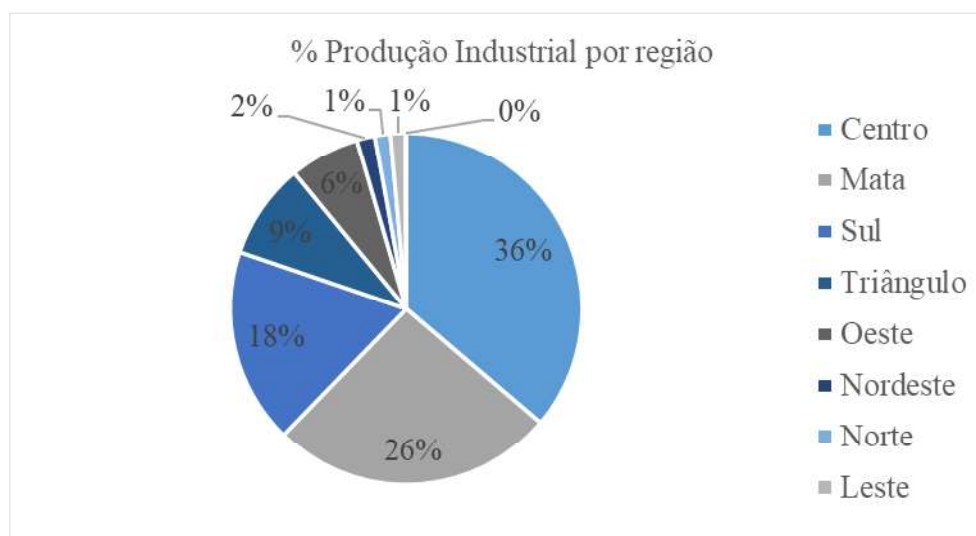
Tabela 17 - Minas Gerais: evolução das exportações de laticínios (em toneladas)

Anos	Queijo	Manteiga	Leite Industrializado
1906	3.990	1.026	3.943
1910	5.416	2.557	8.704
1920	6.300	-	17.144
1928	8.050	7.267	27.806
1936	12.236	9.498	44.843

Fonte: Diniz (1981, p. 19).

O Gráfico 4 representa a concentração da indústria por região, conforme os dados indicados na Tabela 14. A região central possuía 37% da produção total em 1907, passando para 36% em 1937. Já a Zona da Mata que apresentou representatividade de 47% no total da produção, passa a apresentar em 1907 um percentual de 26%.

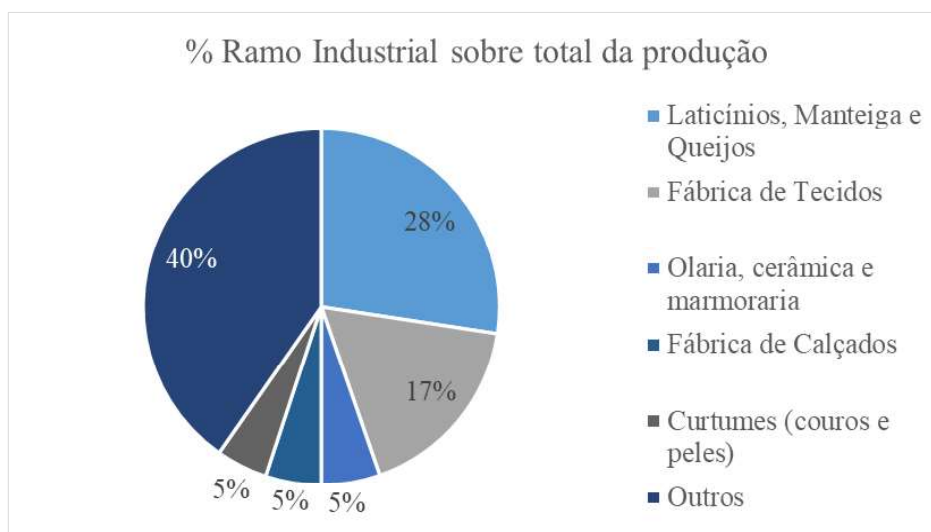
Gráfico 4 - Representatividade dos setores industriais de Minas Gerais (Produção Industrial) – 1907



Fonte: elaborado pela autora com base em IBGE/DEE-MG (1939).

Já em relação aos ramos industriais, conforme mencionado, os ramos de Manteiga e Queijos/Laticínios e Fiação e tecelagem continuaram liderando na produção, mas houve troca entre a representatividade sobre o total, sendo que enquanto em 1907 os ramos da indústria têxtil representavam 40%, em 1937 passaram a representar 17%. Simultaneamente o ramo da Laticínios, Manteiga e Queijos passou de 17% para 27,4% entre 1907 e 1937.

Gráfico 5 - Concentração da Indústria por ramo industrial – 1937



Fonte: elaborado pela autora com base em IBGE/DEE-MG (1939).

De acordo com a Tabela 18 abaixo, em 1937 a indústria têxtil liderava nas regiões Centro e Zona da Mata. Já a produção obtida pelo ramo de Laticínios Manteiga e Queijos liderava em todas as outras regiões, Sul, Triângulo, Oeste, Nordeste, Norte, Leste e Noroeste.

Estes dados evidenciam que mesmo passados 30 anos, entre 1907 e 1937 a produção da indústria manufatureira e fabril em Minas não se diversificou de maneira significativa, o que demonstra que a preocupação pela modernização da agroindústria discutida no capítulo 3 se faz uma característica real e mensurável. As mudanças pela busca da consolidação de uma base industrial que fosse capaz de expandir e modificar o perfil da produção ficaram evidentes tanto nas mudanças através do ensino agrícola, quanto em prol da modernização da agricultura. Tudo isso atrelado a noção de superação do atraso econômico relativo e busca pela expansão industrial.

Desde a realização do I Congresso Agrícola, Industrial e Comercial realizado em 1903 discutia-se medidas em prol do desenvolvimento da produtividade agrícola, do fomento à industrialização e à livre circulação de produtos. Entretanto, como observado pelos dados de 1937, nesta década ainda não se verificava a realização de mudanças significativas no perfil industrial mensurado pela ótica da diversificação da produção. Desta forma, pode-se afirmar que foi apenas em períodos posteriores que começa a aparecer na indústria manufatureira e fabril elementos que demonstrem a eficácia dos projetos, planos e criação de instituições em busca da modernização da agroindústria.

Tabela 18 - 5 maiores Ramos Industriais pela Produção Industrial por região – 1937

(continua)

Região	Ramo Industrial	Nº de estab.	Capital (mil réis)	Produção (mil réis)	Nº de operários
Centro	Fábrica de Tecidos	34	63.765.706	81.510.030	8.396
Centro	Laticínios Manteiga e Queijos	145	9.952.144	63.266.085	667
Centro	Fábrica de Calçados	197	3.557.000	20.276.905	1.539
Centro	Artefatos de ferro em geral	85	1.671.256	19.456.960	385
Centro	Curtumes (couros e peles)	40	3.071.306	15.600.276	464
Centro	Outros	1.327	54.988.948	108.054.248	9.202
Mata	Fábrica de Tecidos	37	42.657.319	41.965.802	6.888
Mata	Laticínios, Manteiga e Queijos	150	11.111.581	40.692.271	855
Mata	Artefatos de Tecidos	28	104.100	15.875.632	69
Mata	Fábrica de móveis	109	1.397.300	13.034.279	611
Mata	Curtumes (couros e peles)	9	4.590.161	12.806.989	348
Mata	Outros	1.364	44.443.079	98.018.895	7.374
Sul	Laticínios, Manteiga e Queijos	340	11.328.290	71.115.688	1.487
Sul	Banha	19	2.648.000	14.855.738	189
Sul	Olaria, cerâmica e marmoraria	230	1.807.200	14.149.594	1.034
Sul	Fábrica de Tecidos	3	11.916.216	7.594.653	870
Sul	Doces	197	1.726.451	6.712.044	651
Sul	Outros	1.245	12.300.362	38.126.179	3.442
Triângulo	Laticínios, Manteiga e Queijos	52	1.534.641	20.190.000	155
Triângulo	Charque e produtos conexos	6	1.803.000	15.626.102	166
Triângulo	Olaria, cerâmica e marmoraria	87	452.500	6.277.400	360
Triângulo	Fábrica de Calçados	109	891.600	5.564.341	460
Triângulo	Curtumes (couros e peles)	26	1.108.000	4.667.286	154
Triângulo	Outros	501	9.215.778	22.624.572	2.236
Oeste	Laticínios, Manteiga e Queijos	81	2.914.933	18.515.100	297
Oeste	Charque e produtos conexos	5	1.615.474	12.273.133	224
Oeste	Fábrica de Tecidos	3	10.259.087	9.054.902	1.009
Oeste	Banha / produtos porcinos	8	290.000	3.667.262	44
Oeste	Curtumes (couros e peles)	19	1.018.500	2.061.147	89
Oeste	Outros	238	3.062.542	9.343.839	936
Nordeste	Laticínios, Manteiga e Queijos	19	138.710	4.986.000	48
Nordeste	Fábrica de Tecidos	3	2.300.000	3.957.148	482
Nordeste	Charque e produtos conexos	2	1.530.000	1.611.551	61
Nordeste	Panificação	12	182.000	762.000	71
Nordeste	Curtumes (couros e peles)	10	69.000	674.340	32
Nordeste	Outros	101	599.800	2.256.577	323
Norte	Laticínios, Manteiga e Queijos	3	118.000	6.858.500	11
Norte	Olaria, cerâmica e marmoraria	12	46.000	1.453.500	39
Norte	Oficinas de veículos	8	367.500	661.000	65
Norte	Panificação	9	114.000	573.000	56

Tabela 18 - 5 maiores Ramos Industriais pela Produção Industrial por região – 1937

(conclusão)

Região	Ramo Industrial	Nº de estab.	Capital (mil réis)	Produção (mil réis)	Nº de operários
Norte	Doces	11	55.100	511.250	29
Norte	Outros	91	1.251.200	1.634.281	289
Leste	Laticínios, Manteiga e Queijos	10	128.650	7.263.000	24
Leste	Fábrica de móveis	10	59.500	886.500	30
Leste	Panificação	25	115.700	835.500	81
Leste	Doces	12	97.000	694.500	31
Leste	Olaria, cerâmica e marmoraria	12	129.500	675.500	41
Leste	Outros	139	655.350	1.684.763	329
Noroeste	Laticínios, Manteiga e Queijos	3	29.000	516.000	11
Noroeste	Panificação	3	17.000	52.500	8
Noroeste	Doces	1	5.000	45.250	2
Noroeste	Curtumes (couros e peles)	1	5.000	39.000	2
Noroeste	Artefatos de ferro em geral	2	5.000	38.000	4
Noroeste	Outros	8	14.400	25.360	12
Total Geral		7.201	25.234.884	851.672.372	52.682

Fonte: elaborado pela autora com base em IBGE/DEE-MG (1939)

Os dados da Tabela 19, quando comparados com a Tabela 11 indicam que os municípios mais industrializados se dispersaram nas regiões, sendo que em 1907 estavam situados entre as regiões Mata, Centro e Sul, e passaram em 1937 a se localizarem no Centro, Sul, Zona da Mata, Triângulo e Oeste.

Tabela 19 - 10 Municípios mais industrializados – 1937

Município	Região	Produção (Mil Réis)	%
Belo Horizonte	Centro	110.305.744	13%
Juiz de Fora	Mata	107.760.129	13%
Barbacena	Centro	21.038.913	2%
São João Del Rei	Centro	19.272.877	2%
Uberlândia	Triângulo	17.224.359	2%
Paraopeba	Centro	15.691.894	2%
Formiga	Oeste	15.442.036	2%
Uberaba	Triângulo	15.235.175	2%
Itajubá	Sul	14.295.101	2%
Pouso Alegre	Sul	12.805.479	2%
Outros		502.600.665	59%
Total Geral		851.672.372	100%

Fonte: elaborado pela autora com base em IBGE/DEE-MG (1939).

No município de Belo Horizonte lideravam os ramos industriais Fábrica de Calçados com 13%, Fábrica de Tecidos com 10% e Panificação com 7% sobre o total da produção do município. Já no município de Juiz de Fora, os três principais ramos industriais eram Fábrica de tecidos 23%, curtumes 11% e artefatos de tecidos com 9%. Ou seja, a indústria têxtil liderava sobre a produção do município de Juiz de Fora.

As regiões Triângulo e Oeste que em 1907 não apareceram na lista dos municípios mais industrializados passaram a indicar em 1937 uma participação significativa na produção nos municípios de Uberlândia, Uberaba e Formiga. Em Uberlândia havia diversidade nos ramos industriais, mas os principais eram charques, Fábrica de Calçados e Curtumes. Em Uberaba liderava a fábrica de tecidos e calçados e olarias e cerâmicas. Já em Formiga na região Oeste, os principais ramos industriais eram charques, banhas e outros produtos de porcos e laticínios.

Na Tabela 20 a seguir é demonstrada a relação das principais empresas pelo valor do capital empregado. Diferentemente do ano de 1907, no qual para esta análise foi utilizado o valor da produção industrial, em 1937 não estava disponível a relação de proprietários pelo valor da produção. Sendo assim, optou-se por analisar as principais empresas pelo valor do capital a fim de indicar a participação e importância no total geral do capital empregado no estado em 1937.

Tabela 20 - Proprietários/Empresas com capital industrial igual ou superior a 1% sobre o total geral (continua)

Proprietário/Empresa	Ramo Industrial	Município	Capital (mil réis)	% Sobre total do Estado
Cia. Industrial Belo Horizonte	Fábrica de Tecidos	Belo Horizonte	18.409.042	6%
Indústrias Reunidas Fagundes Neto S/A	Fábricas de máquinas e laticínios	Barbacena	11.670.844	4%
Cia. Industrial Sul Mineira	Fábrica de Tecidos	Itajubá	9.402.350	3%
Cia. Fiação e Tecelagem Industrial Mineira	Fábrica de Tecidos	Juiz De Fora	8.000.000	2%
Cia. Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira	Fábrica de Tecidos	Curvelo	7.000.000	2%
Cia. Industrial Itaunense	Fábrica de Tecidos	Itaúna	6.859.087	2%
Cia. Textil Berando Mascarenhas	Fábrica de Tecidos	Juiz De Fora	6.536.055	2%
Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais	Tipografias	Belo Horizonte	6.103.515	2%
S/A Litografia e Mecânica União Industrial	Fábricas de máquinas	Juiz De Fora	3.876.000	1%

Tabela 20 - Proprietários/Empresas com capital industrial igual ou superior a 1% sobre o total geral (continua)

Proprietário/Empresa	Ramo Industrial	Município	Capital (mil réis)	% Sobre total do Estado
Elétro-Química Brasileira Ltda.	Ácido Sulfúrico e Sulfato de Cobre	Ouro Preto	3.800.000	1%
Cia. Cachoeira dos Macacos	Fábrica de Tecidos Usina de Fundição de Tubos	Sete Lagoas	3.750.000	1%
Barbara S/A	Fábrica de Tecidos	Caeté	3.700.000	1%
Cia. Industrial Oupretana	Fábrica de Tecidos	Ouro Preto	3.600.000	1%
Cia. Fiação e Tecelagem - Santa Cruz	Fábrica de Tecidos	Juiz De Fora	3.463.270	1%
Cia. Fiação e Tecidos Minas Gerais	Fábrica de Tecidos	Horizonte	3.348.000	1%
Fiação e Tecelagem S. José Ltda.	Fábrica de Tecidos	Barbacena	3.103.775	1%
Fiação e Tecidos S. José Ltda.	Fábrica de Tecidos	Mariana	3.103.775	1%
Cia. Lacticínios Alberto Boecke	Gelo	Lima Duarte	3.080.001	1%
Indústrias Irmãos Peixoto S/A	Fábrica de Tecidos	Cataguases	3.013.489	1%
S/A Ferreira Guimarães	Fábrica de Tecidos	Barbacena	3.000.000	1%
Gomes Alves & Cia - Fábrica de Papel Santa Cruz	Papel Açúcar (Refinação de)	Juiz De Fora	3.000.000	1%
Cia. Usinas Nacionais S/A		Juiz De Fora	3.000.000	1%
Cia. Fiação e Tecelagem				
Morais Sarmento	Fábrica de Tecidos	Juiz De Fora	2.917.178	1%
Massas Alimentícias		Belo		
Aimoré Ltda.	Massas Alimentares	Horizonte	2.900.332	1%
Cia. Industrial Pitanguense	Fábrica de Tecidos	Pitangui	2.759.141	1%
Cia. Fabril Triângulo Mineiro	Fábrica de Tecidos	Uberaba	2.727.918	1%
Cia. Tecidos Santanense	Fábrica de Tecidos	Itaúna	2.600.000	1%
	Charque e produtos conexos	Três Corações	2.500.000	1%
Antônio Pacielo				
Cia. Fiação e Tecelagem				
São Vicente	Fábrica de Tecidos	Juiz De Fora	2.377.423	1%
Malharia Sedan S/A	Fábrica de Tecidos	Juiz De Fora	2.338.680	1%
Cia. Fiação e Tecidos Leopoldinense	Fábrica de Tecidos	Leopoldina	2.240.000	1%
S/A Fábrica de Tecidos São João Evangelista	Fábrica de Tecidos	Juiz De Fora	2.231.009	1%
	Curtumes (couros e peles)			
S/A Curtume Krambeck		Juiz De Fora	2.150.000	1%

Tabela 20 - Proprietários/Empresas com capital industrial igual ou superior a 1% sobre o total geral

Proprietário/Empresa	Ramo Industrial	Município	Capital (mil réis)	(conclusão)
				% Sobre total do Estado
Cia. Industrial Paraense S/A	Fábrica de Tecidos	Pará De Minas	1.918.711	1%
Cia. Industrial e Construtora Pantaleone Areuri	Serrarias	Juiz De Fora	1.900.000	1%
Cia. Fiação e Tecelagem de Malha "Antônio Meurer"	Fábrica de Tecidos	Juiz De Fora	1.897.323	1%
Cia. Fabril Mascarenhas	Fábrica de Tecidos	Alvinópolis	1.885.789	1%
Companhia Industrial de Produtos Regionais S/A	Banha e outros produtos porcinos Curtumes (couros e peles)	Belo Horizonte	1.769.000	1%
Ventura & Tortoriello		Juiz De Fora	1.710.161	1%
Cia. União Itabirana S/A	Fábrica de Tecidos	Itabira	1.668.283	1%
Indústrias Reunidas Minas Gerais S/A	Óleos vegetais e sub-produtos	Belo Horizonte	1.650.000	1%
Outros			162.274.733	50%
Total Geral			325.234.884	100%

Fonte: elaborado pela autora com base em IBGE/DEE-MG (1939)

Da relação de empresas/proprietários indicados na Tabela 20, 42% deste capital estava relacionado ao setor da Indústria de Fiação, Tecelagem e Artefatos de Tecidos, 25% indústria da alimentação e 9% indústria metalúrgica. A seguir será demonstrada um pouco da história dos principais estabelecimentos listados na Tabela 20.

Eakin (2001) traz várias análises importantes sobre a industrialização de Minas Gerais. Com um estudo enfatizado no município de Belo Horizonte, umas das suas principais contribuições é entender a ligação entre os políticos, empresários e as elites regionais e, exemplo disso, trata-se da principal empresa listada na Tabela 20. Segundo Eakin (2001), em se tratando de famílias, empreendedores e política as principais atividades que estavam interligadas dentro da elite empresarial de Belo Horizonte antes de 1945 eram comércio, indústria e bancos. Na Companhia Industrial de Belo Horizonte, um dos sócios titulares da indústria foi Flávio Fernandes dos Santos que exerceu advocacia e cumpriu o mandato de prefeito entre 1922 e 1926, passando também por conselheiro de banco e de diversas empresas industriais. Outro grande nome ligado a Companhia Industrial de Belo Horizonte trata-se de um dos seus próprios fundadores, Cristiano França Teixeira Guimarães, filho de Américo Teixeira Guimarães e que nasceu em Sete Lagoas em 1885, foi também fundador da Belgo Mineira, do

Banco Comercio e Indústria de Minas Gerais e da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais.

Eakin (2001) destaca que entre a maior parte da elite empresarial, poucos eram os que não concentravam suas atividades em vários setores da economia e tal fato está diretamente relacionado novamente a questão da superação do atraso econômico relativo em Minas. Isto é, na maioria dos atos em prol da modernização regional em Minas personagens com poder político e econômico estavam presentes ativamente na construção dos planos, projetos, criação de instituições, dentre outros.

Os resgates históricos da família Guimarães como já citado brevemente nos dados de 1907, assim como a história da Companhia Industrial de Belo Horizonte foi feito também no trabalho de Mendes (2008) intitulado “O outro lado de cá Histórias e memórias de Cachoeira da Prata”. Segundo Mendes (2008) ao falar da família Guimarães é possível tratar do coronelismo da época, uma vez que:

Despreocupados em tratar a questão de maneira linear, percebemos que Américo estava inserido, por sua ascendência e descendência, em uma linhagem que seguiu a seguinte trajetória: capitão, para seu pai João da Mata Guimarães, coronel, como Américo se reconhecia, e doutor, como se transformou seu filho Cristiano França Teixeira Guimarães. Isto é, estamos falando de uma família com poder econômico e político, que vai construindo uma tradição para si e para a localidade que domina. (MENDES, 2008, p. 83).

Pelos argumentos de Eakin (2001) e de Mendes (2008), fica claro a ligação entre os elementos deste trabalho, como é o caso da predominância de determinados setores industriais, a tradição familiar em seguir com as empresas, a formação das elites empresárias e ligação em cargos políticos, a relação destas mesmas elites entre a preocupação com a criação de instituições e escolas, e até mesmo a questão da superação do atraso econômico relativo, não só no aspecto da preocupação da modernização da agricultura, como também no aspecto comparativo com outros estados. O próprio Cristiano Guimarães, filho de Américo Guimarães, formou-se engenharia na Escola de Minas de Ouro Preto no início do século XX, exemplo da ligação entre as elites empresárias e as escolas tradicionais da época.

Agora passando para a segunda maior indústria avaliado pelo valor do capital empregado tem-se as “Indústrias Reunidas Fagundes Neto S/A”. Tratava-se de um grupo industrial que, no Anuário Industrial do Estado de Minas Gerais de 1937, foram apontados 12 estabelecimentos pertencentes a este grupo, sendo que a maior parte do valor do capital empregado encontrava-se no setor de fábricas de máquinas e utensílios para lavoura e laticínios, manteiga e queijos.

As indústrias pertencentes ao grupo eram de origem do industrial José Fagundes Neto. Apesar das origens deste grupo não serem evidentes na literatura encontrada, há informações sobre o filho de José Fagundes Neto chamado Fernando Fagundes Neto, que nasceu em 1925 no Rio de Janeiro e ao ingressar na Escola de Engenharia de Juiz de Fora destacou-se como líder estudantil do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e formou-se engenheiro civil e eletrotécnico em 1949. Além disso, Fernando Neto exerceu diversos cargos públicos e empresariais de destaque durante sua vida, como presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, vice-presidente do Centro Industrial de Juiz de Fora, diretor da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais e da Confederação Nacional da Indústria e posteriormente veio exercer também cargos no BDMG e ser até mesmo deputado federal (FAGUNDES NETO, [2009]).

A terceira maior indústria manufatureira e fabril avaliada pelo capital industrial em 1937 era a Companhia Industrial Sul Mineira. De ramo industrial ligado a fábrica de tecidos, fundada em 1912, localizada em Itajubá na região Sul de Minas, a companhia compreendia não apenas o ramo industrial têxtil, pois conforme diz Taveira (2009, p. 28),

A Companhia Força e Luz, proprietária da fábrica, foi fundada em 1908 para explorar a energia elétrica em Itajubá e na região. Em 1910, foi transformada em Companhia Industrial Sul Mineira, dividindo-se em diversas seções: a seção bancária, a seção de eletricidade e a seção de tecelagem, que depois transformou-se na fábrica de tecidos Codorna.

A companhia industrial era de grande importância para a região Sul mineira, tendo em vista a ligação entre os setores bancário e de eletricidade. Mas além do poder econômico, a companhia demonstrava ligação com o poder político da região, pois o fundador e presidente tratava-se do presidente do Brasil entre 1914 e 1918, Venceslau Brás Pereira Gomes.

Venceslau Brás, filho do político e coronel da Guarda Nacional, nasceu em São Caetano da Vargem Grande (hoje Brasópolis) no ano de 1868, formou-se em Direito e a vida pública sempre fez parte da sua carreira profissional. Exerceu cargos como deputado estadual e federal pelo PRM entre final do século XIX e início do século XX, foi secretário do Interior no governo de Silviano Brandão (1898-1901), passou a ser presidente de estado no governo Minas Gerais entre 1909 e 1910, vice-presidente da República entre 1910 e 1911, fundou e exerceu o cargo de presidente da Companhia Industrial Mineira em 1912, até que chegou à Presidência da República, no qual exerceu mandato entre 1914 e 1918. No período em que exerceu cargo de presidente do estado de Minas em 1909, Venceslau Bras fez realizações importantes como aumento de escolas no ensino primário, criação de cooperativas de café, colônias agrícolas e fazendas-modelo (CHAGAS, 2013).

Como um pouco das raízes históricas da Cia. Fiação e Tecelagem Industrial Mineira e da Cia. Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira já foi discutido na seção anterior de que se tratam dos dados industriais do ano de 1907, apresenta-se brevemente a história da Cia. Industrial Itaunense. Nas palavras de Moreira (2014, p. 70-71) os trabalhos em prol da fundação da indústria têxtil em Itaúna no ano de 1911 iniciaram-se por Dr. Augusto Gonçalves de Sousa Moreira, João de Cerqueira Lima e Antônio Pereira de Mattos. Movida a eletricidade, a indústria itaunense foi de grande importância, sendo que disponibilizava o excedente de energia para a população, contribuindo para a atração de novas tecnologias e urbanização. O principal de seus fundadores, Dr. Augusto Gonçalves de Sousa Moreira, chegou a exercer o cargo de Presidente da Câmara do município, o que demonstra certa relação com a vida política e os empresários da época.

Diante das análises demonstradas pela história das principais indústrias de 1937, é possível afirmar que, assim como em 1907, muito se interligava as elites políticas, as elites agrárias e as elites empresariais com a expansão industrial do século XX. Apesar da mudança entre a posição de liderança nas regiões e a expansão territorial dos estabelecimentos industriais fica claro que as redes de poder e a tradição familiar foi repassado entre as gerações de forma que esta própria mudança de liderança entre Juiz de Fora e Belo Horizonte não deve ser encarado como uma simples mudança econômica, mas sim faz parte de uma tentativa proposital de esforços submissos as intenções políticas. Como levantado por Eakin (2001)

Durante seu primeiro meio século, Belo Horizonte se tornou um vórtice político (e também econômico), puxando as elites políticas do estado para dentro em direção a um centro físico para suas redes de poder e influência. Embora tenha sido criada como uma entidade administrativa distinta (capitania) no início do século XVIII, e apesar de quase sete décadas de experiência como uma província poderosa no Brasil imperial, Minas Gerais estava fortemente dividida política e geograficamente no final do século XIX. Assim como o regionalismo caracterizou a política nacional com as províncias (e depois os estados) competindo por poder e influência em nível nacional, as regiões dessa região lutam para proteger e promover seus próprios interesses. (EAKIN, 2001, p. 22).

Agora, ao analisar qual foi resultado encontrado para o perfil da indústria manufatureira e fabril em 1937, através da Tabela 21 é possível observar que o setor industrial predominante em 1937 em todas as regiões listadas era o da indústria de alimentação e com exceção das regiões Centro e Zona da Mata, a indústria da alimentação representava um percentual superior a 50% do total da produção das demais regiões.

Tabela 21 - Setor Industrial predominante por Zona Geográfica pela Produção Industrial - 1937

Região	Setor	% de Participação na região
Centro	Indústria da Alimentação	35%
Mata	Indústria da Alimentação	38%
Sul	Indústria da Alimentação	70%
Triângulo	Indústria da Alimentação	59%
Oeste	Indústria da Alimentação	69%
Nordeste	Indústria da Alimentação	56%
Norte	Indústria da Alimentação	69%
Leste	Indústria da Alimentação	75%
Noroeste	Indústria da Alimentação	86%

Fonte: elaborado pela autora com base em IBGE/DEE-MG (1939).

Os dados da Tabela 21 também foram confirmados por Diniz (1981), que ao analisar os dados do Censo de 1940, encontrou um percentual de 42% da produção industrial de Minas para o ramo de alimentos, bebidas e fumo, seguida pelos ramos de metalurgia e máquina com 24% e o setor têxtil representando 17% da produção industrial, conforme Tabela 22 a seguir.

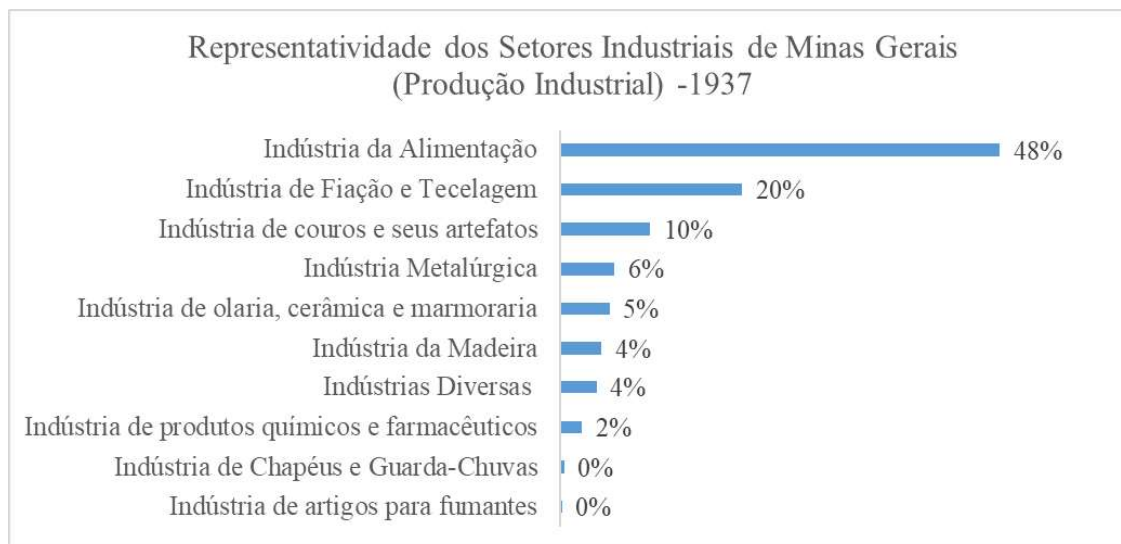
Tabela 22 - Participação de alguns ramos industriais na estrutura industrial - 1940

Ramos	Capital		Valores da Produção		Operários	
	Cr 1.000	%	Cr 1.000	%	Nº	%
Alimentos, bebidas, fumo	240.166	27%	415.466	42%	11.384	19%
Têxtil	187.715	21%	169.660	17%	16.588	28%
Metalurgia e Máquinas	316.706	36%	236.144	24%	15.717	27%
Subtotal	744.587	83%	821.270	83%	43.689	75%
Total	891.973	100%	994.047	100%	58.624	100%

Fonte: Diniz (1981, p. 22).

Enquanto em 1907 os dados evidenciaram que havia predominância dos setores da Indústria de Fiação Tecelagem e Artefatos de Tecidos e da indústria da alimentação, em 1937 a indústria da alimentação manifestou sua importância e até mesmo consolidação da sua participação majoritária em todas as regiões, passando então a representar 48% do total da produção dos setores industriais do estado, conforme demonstrado no Gráfico 6.

Gráfico 6 - Representatividade dos Setores Industriais de Minas Gerais (Produção Industrial) – 1937



Fonte: elaborado pela autora com base em IBGE/DEE-MG (1939).

A indústria da alimentação passou a superar a representatividade do setor industrial de fiação e tecelagem ao longo do período de trinta anos entre os dados observados (1907-1937). A produção do setor da indústria de alimentação obteve uma variação positiva de 15%, passando de 33% representatividade sobre o total geral do estado em 1907 para 48% em 1937, o que está relacionado as políticas de diversificação produtiva/agrícola iniciada no século XX, com foco na agricultura.

Segundo Dulci (1999), entre as décadas de 1930 e 1950, a partir das avaliações das políticas de desenvolvimento elaboradas para a economia mineira, apesar de existir uma clareza no papel ativo do Estado como indutor da recuperação econômica das regiões, há certa evidência em relação as variações entre o peso dado as ações em prol da agricultura e em prol da indústria, isto é, observou-se certa alternância no papel preferencial entre a predominância de um ou outro com base nas elites que encontram-se no poder. Resgatando os argumentos do autor no capítulo 3, até 1940 os esforços concentraram-se na diversificação agrícola, e posteriormente, após 1941 observou-se um direcionamento com maior foco para a expansão industrial. Esta análise vai de encontro com os dados analisados para os anos de 1907 e 1937, pois apesar deste trabalho não estudar a indústria extrativa que poderia de fato captar os resultados da diversificação produtiva na agricultura, é possível perceber as consequências desta diversificação agrícola nos dados da indústria manufatureira e fabril através da predominância do setor da alimentação. As mudanças entre os dados de 1907 e 1937 se

mostraram como sendo apenas de características regionais e geográficas, sendo que a indústria da alimentação se mostrou predominante. Além disso, o próprio setor industrial têxtil também é resultado do foco agrícola até o ano de 1940, uma vez que, conforme citou Dulci (1999, p. 65) diversas foram as campanhas para o desenvolvimento da produção de algodão, sendo que:

[...] as safras do algodão experimentaram uma escalada, de 9.300 toneladas em 1934 para 35.000 em 1937. Foi um êxito em termos de substituição de importações, uma vez que em 1933, a indústria têxtil mineira consumia cerca de 15.000 toneladas de algodão em pluma, tendo, portanto, que adquirir boa parte de matéria-prima em outros estados. Já em 1937, Minas estava exportando o seu algodão excedente para países europeus. (DULCI, 1999, p. 67).

Um ponto importante deve ser observado ainda na conclusão dos dados de 1937. Através do Gráfico 6, há de ressaltar pontos no que diz respeito a participação da indústria metalúrgica. Segundo Barros (2011) entre as três primeiras décadas do século XX o setor siderúrgico ainda não atendia todas as necessidades da demanda doméstica, sendo que

Entre 1919 e 1929 surgiu uma série de novas empresas, oito das quais estariam ainda em funcionamento em 1939, mas das quais três se destacam por avançarem às etapas da produção de aço e laminação – a Belgo-Mineira, a Cia. Brasileira de Mineração e Metalurgia e a Cia. Brasileira de Usinas Metalúrgicas. [...] A expansão do setor siderúrgico na década de 1930, tanto da produção quanto da capacidade produtiva, se deu principalmente por meio das empresas preexistentes. Sem dúvida, tal fato se deve em grande parte à Belgo-Mineira e à construção por ela da Usina de João Molenvade. (BARROS, 2011, p. 28-40)

Em concordância com Barros (2011), de acordo com Barbosa (2012), vai ser a partir de 1930, que Belo Horizonte passa ganhar mais relevância na economia do estado, vinculado a expansão da indústria minero-siderúrgica na região central. Enquanto o setor de alimentação vinha ganhando força e se expandindo, principalmente pela atenção voltada para a modernização agrícola e diversificação produtiva indicada no capítulo 3, as preocupações com a industrialização não foram deixadas de lado no setor metalúrgico e será importante relembrar alguns fatos que servirão de base para entender a mudança da participação da indústria metalúrgica nos anos seguintes.

Segundo Barbosa (2012, p. 133), ao analisar o parecer feito por engenheiros sobre a siderurgia e a exportação do minério de ferro no Brasil, o documento aponta por uma “necessidade de industrializar a economia brasileira, por meio da grande siderurgia e com capital brasileiro, propiciando um processo de desenvolvimento autóctone”. Desta forma, conclui-se que a questão siderúrgica mostrou ser planejada e conduzida de forma objetiva para que se alcançasse uma emancipação do setor, ou alguma mudança estrutural na produção de

maneira a melhorar a pauta de exportação com menos exportações do minério de ferro bruto e mais exportações de produtos manufaturados.

Já em relação a indústria da alimentação, algumas análises justificam o grande crescimento deste setor durante este período como em Dulci (1999). Ao dividir o desenvolvimento econômico mineiro em quatro fases - conforme abordado no capítulo 3 - e mencionar que na primeira fase ocorreu uma busca pela diversificação agrícola até o ano de 1940, Dulci (1999) deixa claro que embora houve divisão entre a linha de interesses da agricultura e da indústria, quando a primeira linha se tornou o foco da economia mineira até o ano de 1940, os resultados foram, de fato, alcançados em termos empíricos.

No ano de 1935, foram lançadas campanhas específicas para desenvolver a produção de algodão, do fumo, da mamona, do trigo e de frutas, instalando-se na Secretaria da Agricultura, serviços de suporte (por exemplo, o Serviço de Fomento e Defesa da Produção do Algodão). Eram culturas que se adequavam às condições de diferentes zonas: o algodão, ao pobre e isolado Norte; a mamona, aos vales do rio Doce e do São Francisco; o fumo, a várias partes, com destaque para a Zona da Mata, deprimida pela queda do café; a laranja, também à Mata; e a uva e outras frutas de clima temperado; ao Sul. Nesta medida, as diversas áreas do território mineiro participariam do processo de reativação econômica; este seria, portanto, um processo de desenvolvimento desconcentrado – sem contudo agravar a fragmentação interna, pois o propósito do governo era o de vincular as referidas culturas à expansão da indústria regional. (DULCI, 1999, p. 65-66).

O foco pela diversificação agrícola neste período também dividiu espaço para outro objetivo. Havia também uma visão positiva sobre o setor da pecuária. Segundo Dulci (1999, p. 68), “foi crescente o interesse despertado pelos Gir, os Nelore e os Guzerat entre os criadores da faixa central do país, gerando toda uma movimentação – técnica, comercial e associativa – centrada no Triângulo Mineiro”.

Desta forma, as análises de Dulci (1999), principalmente a de que em certos períodos houve predomínio dos interesses agrícolas sobre os industriais, vão de encontro com os resultados obtidos na Tabela 21, sendo que a predominância do setor industrial de alimentação demonstrado no ano de 1937 no gráfico 6, representa que o estado mineiro passou a ser, neste período, um grande produtor de produtos agroindustriais para alimentação, seja para consumo, ou, para subsidiar a atividade exportadora para outros estados, característica de Minas.

Da representatividade do setor de alimentação em 48% sobre o total geral da produção industrial de Minas Gerais em 1937, 27% refere-se a produção, da região Central e 26% refere-se a região Sul, sendo que o restante, 47% da produção está dividida entre as regiões Mata, Triângulo, Oeste, Leste, Norte, Nordeste e Noroeste seguindo esta mesma ordem de importância cada uma delas.

Estes números demonstram que havia certa importância da região central na composição da indústria de alimentação e ainda mais especificamente, dentro da própria região Central, o município que liderava a produção alimentícia era Belo Horizonte. Ou seja, o setor industrial mais importante em 1937 era o da indústria da alimentação, que estava sendo produzido principalmente na região Central, e que, por sua vez, concentrava maior parte do valor da produção da indústria no município de Belo Horizonte representando 28% da produção da região. Os três principais ramos industriais deste município eram panificação, bebidas e massas alimentícias.

Esta análise numérica também é reflexo da busca pela centralidade econômica e política de Minas na construção de Belo Horizonte como capital do estado. Belo Horizonte, construída de maneira planejada, representou em 1937 grande parte da produção industrial do estado. A construção de uma nova capital foi justificada pela busca de centralização política e integração de todo o território, o que marcaria um grande centro industrial.

A grande participação de Belo Horizonte na indústria manufatureira e fabril - assim como no caso da predominância e desenvolvimento do setor da agricultura que impulsionou a produção de alimentos no estado de maneira intuitiva - reflete também que os objetivos das elites mineiras em forma da prática do planejamento e intervenção do Estado na estratégia econômica, não só se materializavam como também geravam resultados estatisticamente mensuráveis.

De acordo com Cerqueira e Simões (1997) o papel de centro administrativo e industrial do Estado designado ao município foi sendo cumprido ao longo dos anos, sendo que:

Seu crescimento industrial, numa época em que a indústria brasileira ensaiava seus primeiros passos, chega a ser surpreendente. Baseada nos chamados wage-goods — indústria leve de bens de consumo: têxtil, bebidas, alimentos e fumo — BH consegue marcar sua presença no cenário mineiro não apenas como “cidade política”, detendo mais de 30% da produção industrial do Estado já em 1920. (CERQUEIRA; SIMÕES, 1997, p. 444).

Demonstrado o perfil industrial mineiro para o ano de 1937, assim como as principais mudanças regionais e características da indústria, é analisada a seguir as informações industriais para o ano de 1954.

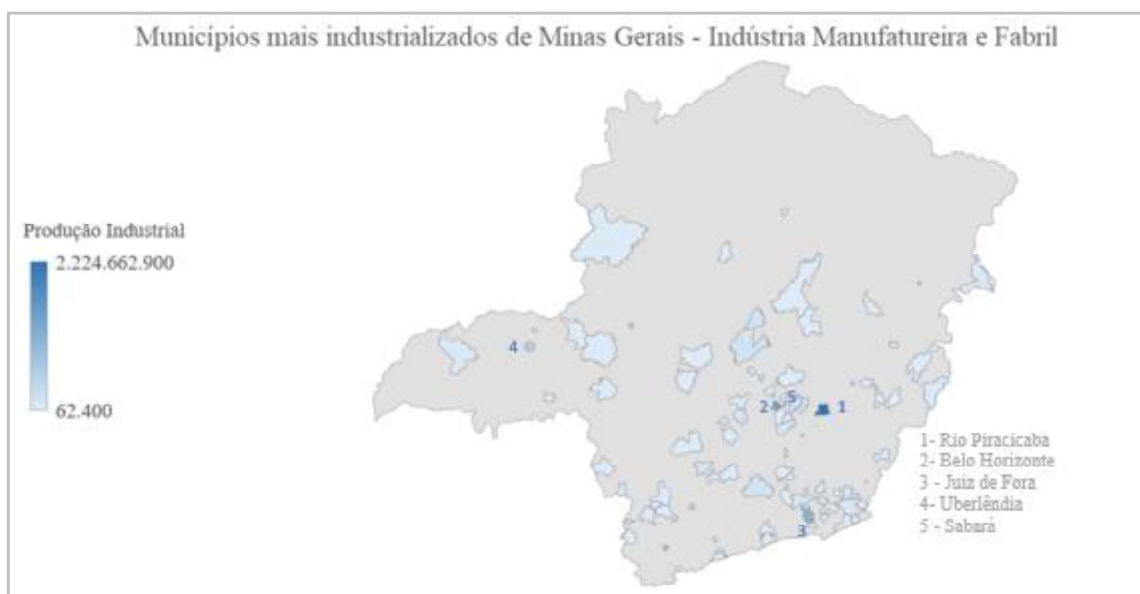
4.4 O PERFIL INDUSTRIAL DE MINAS EM 1954

Ao longo da primeira metade do século XX, a indústria manufatureira e fabril foi se expandindo e se modificando, conforme demonstrado nas seções anteriores. Em 1954, um novo

perfil industrial foi observado em Minas, sendo que apesar de mudanças significativas, a concentração industrial não foi eliminada no território.

O Mapa 3 a seguir para o ano 1954 foi construído a partir dos municípios mais industrializados do estado de acordo com a variável produção industrial. O relatório publicado pelo IBGE (1957), não especificou a listagem completa dos municípios pelo imenso número de variáveis e dados. Desta forma, isto implica uma certa limitação para este trabalho, uma vez que não foi possível captar diferenças mais minuciosas em termos de município versus ramos industriais versus regiões, sendo que o valor total de “outros municípios” foi significativo. Entretanto, esta limitação não compromete a análise do trabalho, uma vez que o objetivo de avaliar o perfil geral não foi prejudicado mantendo-se as interpretações das regiões mais industrializadas e posição de liderança.

Mapa 3 - Produção Industrial por Município - 1954 (em cruzeiros)



Fonte: elaborado pela autora com base em IBGE/DEE-MG (1957).

Pelo Mapa 3, pode-se afirmar que os cinco municípios mais industrializados de Minas Gerais no ano de 1954 eram Rio Piracicaba, Belo Horizonte, Juiz de Fora, Uberlândia e Sabará. Desta forma, a concentração industrial permaneceu na região Central, mas novas regiões como a do Triângulo Mineiro, passou a ser inserida como de grande importância na pauta da produção manufatureira e fabril.

Rio Piracicaba, como o próprio Mapa 3 indica, localiza-se na região central do estado e sua produção se destacou pelo setor de produtos siderúrgicos. Sua história está diretamente interligada com o município de João Monlevade, cidade situada próximo a Belo Horizonte e Ouro Preto, sendo que desde a instalação de uma fábrica de ferro no município em 1825 e a

posterior constituição da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, hoje chamada Arcelor Mittal, a região das proximidades de Rio Piracicaba se destacou pela siderurgia. O fato do principal município de Minas em 1954 avaliado pelo valor da produção industrial estar diretamente ligado ao setor siderúrgico vai de encontro com a mudança estrutural destacada por Dulci (1999) entre 1951 e 1955 com maior foco na especialização da indústria e até mesmo pelas evidências no direcionamento em favor do planejamento industrial iniciado na década de 1950 pelo então governador da época Juscelino Kubitschek.

Belo Horizonte e Juiz de Fora, já especificados neste trabalho pela enorme importância de ambos municípios no que diz respeito a produção industrial, continuaram em 1954 como grandes municípios produtores da indústria manufatureira e fabril.

Uberlândia, por sua vez, ganhou destaque pela indústria da alimentação. Por estar situada na região do triângulo mineiro, a industrialização do município favoreceu a industrialização da região ao longo da primeira metade do século XX, uma vez que, conforme foi demonstrado através dos dados de 1907, a região do triângulo se apresentava com uma representatividade de apenas 2% do total da produção e, agora, passa a ter um município entre os mais industrializados do estado. No estudo denominado “O início do processo de industrialização em Uberlândia: uma análise das primeiras indústrias até o Estado Novo”, Mesquita e Andreozzi (2009), afirmam que:

A localização de Uberlândia no interior do território brasileiro tornou difícil a essa cidade participar ativamente desse processo como centro industrial importante antes da segunda metade do século XX quando o país entraria na fase de incentivo com o capital estrangeiro e desconcentração na localização das indústrias. (MESQUITA; ANDREOZZI, 2009, p. 124).

Tal análise, além de reforçar a ideia de dificuldade da região do triângulo mineiro em se desenvolver industrialmente, comprova que foi só após a primeira metade da década do século XX que a industrialização conseguiu força e destaque no triângulo mineiro, como está sendo demonstrado pelos dados de 1954.

No entendimento do processo industrial de Uberlândia, Mesquita e Andreozzi (2009) afirmam que fatores como a proximidade territorial e relações comerciais com São Paulo e ações voltadas para a criação da infraestrutura básica necessária para o início da industrialização no início do século XX, foram de fundamental importância para consolidar um espaço caracterizado pelo interesse de localização dos empresários, para acumulação de capital e criação de espaço urbano.

Para se ter dimensão do desenvolvimento da infraestrutura em Uberlândia ao longo do século XX, de acordo com Mesquita e Andrezzi (2009) em 1909 foi feita a instalação de uma usina hidroelétrica e em 1912 uma estrada de rodagem, o que posteriormente concedeu mecanismos necessários para a constituição dos serviços de eletricidade, sendo que o fornecimento de energia abriu espaço para o estabelecimento de indústrias como pequenas fabricas, máquinas de beneficiar arroz, algodão, entre outros.

Agora, em se tratando do município de Sabará indicado no mapa geográfico 9, a maior produção refere-se aos produtos siderúrgicos. Como indicado no mapa, o município de Sabará (indicado pelo número 5), possui grande proximidade territorial com o município de Rio Piracicaba (indicado pelo número 1), tal proximidade se relaciona à própria constituição da Companhia Siderúrgica Mineira, que foi fundada em 1917³⁶ exatamente no município de Sabará. Desta década em diante, o município foi palco de inúmeras operações e interesses no setor siderúrgico. Segundo Maia e Vieira (2014, p. 9)

A Usina situada em Sabará foi a usina pioneira em todo o Brasil, e que demonstrou que era possível produzir em grande escala usando carvão vegetal. A Belgo-Mineira foi o marco da siderurgia mineira, onde que foi a primeira usina integrada da América Latina, ou seja, a primeira a produzir laminados de aço a partir do ferro gusa que ela mesma produz.

Passando agora para os dados sobre os ramos industriais, pela Tabela 23 observa-se que os três principais ramos industriais do estado no ano de 1954 representam 65% do total da produção industrial, sendo metalurgia 29%, fiação e tecelagem 19% e laticínios 17%. Além disso, os três setores representam juntos 70% do número de estabelecimentos, 83% do capital e reserva e 65% do número de operários. Ao comparar os dados da indústria de 1954 com o ano de 1937, pode-se afirmar que a indústria metalúrgica se consolidou como principal ramo industrial do estado e que os ramos de fiação e tecelagem e laticínios/manteiga/queijos, apesar de não ocuparem mais a posição de destaque não perderam sua importância no total da produção. Desta forma, a indústria manufatureira e fabril manteve-se concentrada em regiões e produtos específicos mesmo durante o período analisado de quase meio século (1907-1954).

Entretanto, apesar desta concentração regional e da pauta da produção não ter tido mudanças significativas, o fato de a indústria metalúrgica ter alcançado o lugar de principal produto retomara a mudança estrutural em prol da metalurgia/siderurgia. Este fato deve estar associado não apenas e mais uma vez com a formulação de políticas pelas elites mineiras com

³⁶ Foi apenas em 1921 que após a realização de uma assembleia com participação dos acionistas que a Companhia Siderúrgica Mineira passou a ser denominada Companhia Belgo Mineira.

foco na superação do atraso econômico relativo de Minas, como também pelo contexto nacional em que se passou a Segunda Guerra Mundial. Conforme foi destacado por Gunn e Correia (2005, p. 26) a própria criação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) está associada pela conscientização nacional dos recursos minerais do Brasil, o que ficou mais evidente no caso do minério de ferro no contexto da segunda Grande Guerra início das operações da CVRD em 1940.

Marson e Belanga (2006) também confirmaram o fato de que a força da indústria metalúrgica se deu principalmente após 1930. Apesar de grandes estabelecimentos terem sido fundados ou até mesmo expandidos os já existentes em Minas desde o início do século XX, foi após a década de 1930 que novas diretrizes para a economia foram impostas em prol da mudança estrutural, sendo que o aço e o ferro se configuravam como elementos fundamentais para o desenvolvimento industrial do país. Um exemplo disso, pode ter sido a Cia. Ferro Brasileiro S.A., fundada em Nova Lima no ano de 1931 e que já em 1943 “se configurava como uma das maiores empresas siderúrgicas do país, atendendo tanto ao mercado brasileiro como ao mercado latino-americano” (MARSON; BELANGA, 2006, p. 11).

Tabela 23 - Principais Ramos Industriais da Indústria Manufatureira e Fabril de Minas Gerais – 1954

	(continua)				
Ramo Industrial	Nº de estab.	Capital (cruzeiros)	Produção (cruzeiros)	% Produção	Nº de operários
Metalúrgica	434	5.453.468.031	4.401.596.881	29%	23.394
Fiação e Tecelagem	163	2.686.936.333	2.819.080.525	19%	33.449
Laticínios	18.021	663.786.118	2.644.782.913	17%	27.586
Madeira	1.300	456.133.683	745.716.823	5%	8.556
Panificação	1.577	117.038.721	616.919.973	4%	5.138
Diversos	557	275.798.414	570.349.032	4%	5.454
charque e produtos conexos	45	94.054.104	415.902.531	3%	532
Olaria, cerâmica	2.278	233.589.979	414.913.236	3%	8.987
Calçados	598	81.876.159	381.264.193	3%	4.534
Produtos Químicos e Farmacêuticos	236	98.237.911	372.931.040	2%	2.505
Massas alimentícias	100	87.122.466	337.905.957	2%	1.484
Banhas e produtos porcinos	132	43.036.914	322.592.408	2%	691
Curtumes (couros e peles)	176	101.533.536	288.336.767	2%	1.485
Bebidas e vinagre	195	56.961.423	190.094.827	1%	1.753
Doces em geral	184	41.294.454	169.406.528	1%	1.268
Café torrado e moído	188	36.298.225	161.632.080	1%	632
Artefatos de tecidos	71	23.286.690	126.292.420	1%	878

Tabela 23 - Principais Ramos Industriais da Indústria Manufatureira e Fabril de Minas Gerais
- 1954

Ramo Industrial	Nº de estab.	Capital (cruzeiros)	Produção (cruzeiros)	(conclusão)	
				% Produção	Nº de operários
Óleos vegetais	16	34.293.083	79.057.187	1%	333
Artigos para fumantes	8	19.682.820	69.184.317	0%	381
Artigos de selarias	341	13.794.362	51.145.065	0%	961
Chapéus e guarda-chuvas	22	2.040.862	13.240.716	0%	138
Total Geral	26.642	10.620.264.288	15.192.345.419	100%	130.139

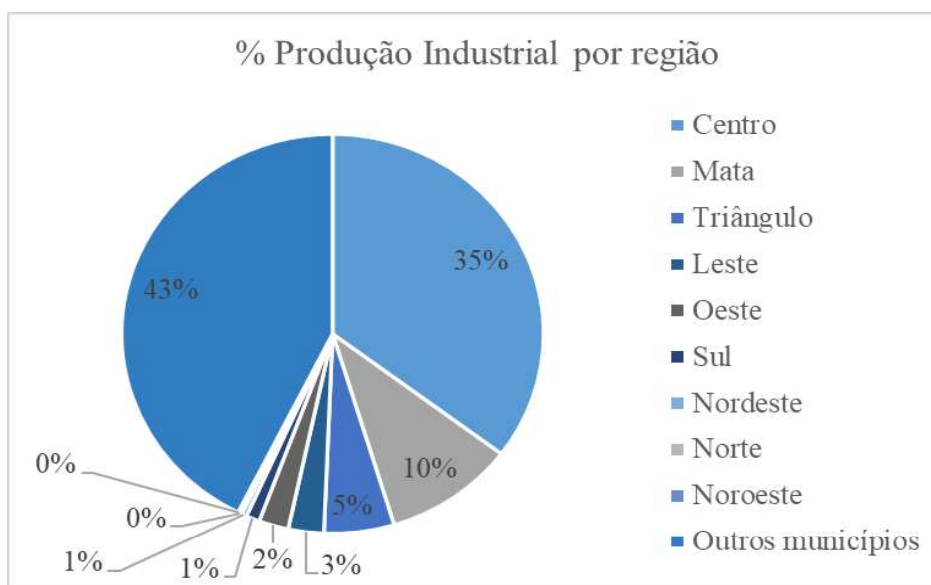
Fonte: elaborado pela autora com base em IBGE/DEE-MG (1957).

No Gráfico 7 a seguir observa-se a concentração da indústria por região. O Centro ocupa 36% da produção, Zona da Mata 10% e Triângulo 5% em 1954, sendo que estas três regiões demonstram a dinâmica que ocorreu entre as regiões do estado. Anteriormente no ano de 1907 estes três primeiros lugares no total geral da produção do estado eram representados pelas regiões Mata 47%, Centro 37% e Sul 10%. Desta forma, pode-se afirmar que a mudança na liderança da produção que passou da Zona da Mata para a região Central entre os anos de 1907 e 1937.

As demais regiões, leste, oeste, sul, nordeste, norte e noroeste, representam, respectivamente, 3%, 2%, 1%, 0%, 0% e 0% do total da produção analisada. Já os 43% indicado no gráfico, refere-se a outros municípios, em que não foi possível avaliar em qual região se encontravam, uma vez que no próprio documento, foram denominados com esta mesma nomenclatura.

Ainda que através do gráfico 7, pode-se observar a perda de participação da indústria na região Sul do estado, não se pode com clareza e definição fazer essa afirmação. Como já mencionado anteriormente, o fato do relatório com os dados ter sido publicado fornecendo apenas os dados dos municípios mais industrializados, não é possível captar se apesar da região sul não ter se enquadrado neste método, o valor da soma da produção de todos os seus municípios serem capaz de tornar essa região com uma representatividade maior do que a indicada nesta análise.

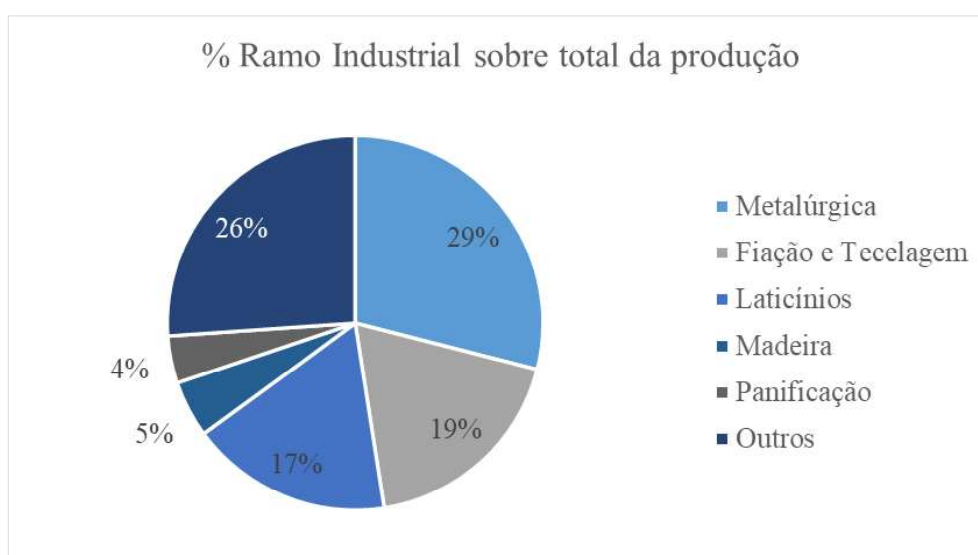
Gráfico 7 - Concentração da Indústria por região – 1954



Fonte: elaborado pela autora com base em IBGE/DEE-MG (1957).

Além da concentração industrial verificada pela ótica da produção nos anos de 1907 e 1937, manteve-se também a concentração pela ótica do ramo industrial. Em 1954 manteve-se a concentração em produtos de ramos industriais específicos, sendo que se modificou apenas o tipo de ramo e percentual de composição dos mesmos, conforme Gráfico 8 a seguir.

Gráfico 8 - Concentração da Indústria por ramo industrial – 1954



Fonte: elaborado pela autora com base em IBGE/DEE-MG (1957).

O Gráfico 8 indica uma modificação importante no perfil industrial do estado, no qual o ramo industrial da metalurgia, que nos anos anteriores analisados não ficou evidente, passou a representar o maior percentual sobre o total geral da produção do estado em 1954 com 29%

da produção. Este ganho percentual no setor metalúrgico pode ser reflexo da resolução dos impasses que foram surgindo ao longo do período pela busca da modernização regional e impulso industrial almejados durante final do século XIX e primeira metade do século XX no estado. Além do mais, não só houve mudanças deste setor em Minas, como também no Brasil como um todo, uma vez que as discussões sobre o problema siderúrgico nacional ficaram mais profundo na primeira metade do século XX.

Segundo Diniz (1981, p. 23) “embora a indústria alimentar continuasse crescendo, a incipiente indústria metalúrgica ganharia fôlego a partir de 1920”, o que passou a modificar o perfil industrial mineiro nos anos subsequentes. A consolidação e importância deste setor foi de grande dimensão, sendo que para Cerqueira e Simões (1997, p. 446) “isto fica claro quando verificamos que em 1947 a Zona Metalúrgica detinha aproximadamente 50% do produto industrial do Estado”.

Com isso observa-se que o início da instalação do setor metalúrgico em Minas em meados do século XX foi se intensificando e potencializando a geração da produção no estado de forma a garantir que já em 1954, passou a se tornar forte setor industrial.

De acordo com Diniz (1981) as raízes da expansão do setor metalúrgico no país iniciam-se com os efeitos da Grande Guerra, o que fez com que o governo passasse a apoiar a indústria siderúrgica via forma de isenção de impostos, queda no valor dos fretes, créditos a juros menores, entre outros. Deste momento em diante, a instalação de empresas do ramo siderúrgico no território mineiro como a Companhia Siderúrgica Belgo Mineira fundada em 1921, foi se expandido e formando associações, de modo que a implantação de diversos polos em diferentes cidades passasse a se tornar um fato comum (DINIZ, 1981, p. 23).

Um exemplo desta expansão do setor da siderurgia em Minas pode ser constatado pela Tabela 24 a seguir, no qual a produção de ferro gusa, aço, laminados e tubos de ferro se expandiram durante o período avaliado entre 1932 e 1940.

Tabela 24 - Minas Gerais: evolução da produção siderúrgica 1932-40

Anos	Ferro Gusa	Aço	Laminados	Tubos de Ferro
1932	28.809	26.013	21.576	3.200
1933	46.774	27.102	22.937	5.000
1934	58.560	27.499	23.001	2.500
1935	64.082	25.935	23.023	2.500
1936	78.986	30.811	28.886	4.120
1937	98.107	31.005	30.339	4.210
1938	113.478	40.702	35.125	5.085
1939	143.604	59.901	40.787	3.706
1940	158.739	85.397	74.508	10.015

Fonte: Diniz (1981, p. 27).

Os dados de 1954 podem indicar o reflexo das periodizações feitas por Dulci (1999). O autor considerou que até 1940 a prioridade era a diversificação agrícola, como, de fato, foi observado pela predominância do setor da indústria de alimentação no ano de 1937. Já após este período, outras três fases se dividiam em: expansão industrial entre 1941 a 1946; articulação e combinação dos setores da agricultura e indústria entre 1947 e 1950 e; a especialização industrial entre 1951 a 1955.

Desta forma a expansão da indústria siderúrgica em Minas faz parte da fase de expansão industrial ocorrida a partir da década de 1940. Devido ao grande projeto de siderurgia do governo federal ter sido escolhido para localização em Volta Redonda ao invés de Minas Gerais, Dulci (1999) destaca que houve mudanças nas formas de planejamento e orientação das políticas conduzidas pelo governo mineiro. “Da agricultura, as atenções se voltam para a indústria. Quase ausente da agenda dos anos 30, exceto por medidas raras e isoladas, a indústria tornou-se objeto de uma abordagem mais sistemática que assumiu os contornos de uma política industrial” (DULCI, 1999, p. 70).

Na Tabela 25 a seguir é apresentada a distribuição da produção industrial do estado em 1954.

Tabela 25 - Distribuição da produção industrial da Indústria Manufatureira e Fabril por zonas geográficas - 1954

Região	Produção (cruzeiros)	% Produção
Centro	5.407.705.466	36%
Mata	1.537.991.149	10%
Triângulo	824.143.577	5%
Leste	418.756.993	3%
Oeste	349.144.217	2%
Sul	160.259.987	1%
Nordeste	60.705.613	0%
Norte	26.576.796	0%
Noroeste	19.491.818	0%
Outros municípios	3.633.659.396	24%
Não especificado cidade/região	2.753.910.407	18%
Total Geral	15.192.345.419	100%

Fonte: elaborado pela autora com base em IBGE/DEE-MG (1957).

Como mencionado anteriormente, de acordo com IBGE (1957) as estatísticas para a indústria manufatureira e fabril de 1954 foram feitas pelos principais municípios em relação a produção industrial. Neste aspecto, não foi possível realizar algumas comparações com os anos de 1907 e 1937, uma vez que os dados dos municípios e regiões não foram todos especificados. Assim, consta-se no relatório os dados de "outros municípios" agrupados de modo que não foi

possível captar a integralidade dos valores de cada região, mas apenas dos principais produtos e municípios.

Pela Tabela 25, observa-se que as regiões mais industrializadas em 1954 são respectivamente Centro, Zona da Mata e Triângulo. A região Central e Zona da Mata já haviam se mostrado como mais industrializadas em 1907 e 1937, mas a região do Triângulo mineiro era, em 1907, uma das regiões menos industrializadas com um percentual de apenas 2% conforme foi demonstrado na Tabela 5. A ascensão da indústria na região do Triângulo que em 1954 apresentou uma produção industrial de 854.143.577 cruzeiros foi acompanhada, principalmente, pelos ramos industriais de charque e produtos conexos, olaria, cerâmica e marmoraria e banha e outros produtos porcinos. O percentual de representatividade destes ramos industriais no total da produção da região do Triângulo são respectivamente 33%, 30% e 20%.

A região da Zona da Mata manteve a sua posição em segundo lugar assim como em 1937, com uma representatividade de 10% sobre o total. As regiões Triângulo, Leste, e Oeste ultrapassaram a posição da região Sul que ocupava o terceiro lugar para o ano de 1937 e o restante das regiões Nordeste, Norte e Noroeste mantiveram-se em todos os anos analisados como sendo as regiões menos industrializadas.

A Tabela 26 evidencia os cinco maiores ramos industriais por região. Na região Central havia predominância do ramo industrial de fiação e tecelagem tanto em 1907, quanto em 1937. Em 1954 o setor de metalurgia passou a liderar a produção industrial nesta região sendo que as cidades que apresentaram maior produção deste setor da indústria foram respectivamente Rio Piracicaba, Sabará, Caeté, Barão de Cocais e Itabirito, todos municípios que tiveram origens históricas atreladas à mineração ou siderurgia.

Na região da Zona da Mata os ramos industriais relacionados a indústria têxtil e de laticínios mantiveram-se como as mais importantes. O Triângulo mineiro, conforme demonstrado, obteve impulso na produção industrial no final da primeira metade do século XX, onde os principais ramos industriais estavam relacionados a pecuária. Nas regiões Leste e Oeste, houve predominância, assim como na região Central, da indústria metalúrgica. O Sul do estado manteve-se nos três anos analisados com grande produção industrial de produtos oriundos da indústria de laticínios. Já as regiões Norte, Nordeste e Noroeste que se mostraram como sendo as menos industrializadas mantiveram esta posição em 1954.

Tabela 26 - 5 maiores Ramos Industriais pela Produção Industrial por região – 1954

(continua)

Região	Ramo Industrial	Produção (cruzeiros)
Centro	Produtos siderúrgicos	3.052.234.549
Centro	Fiação e tecelagem	1.088.536.946
Centro	Tipografias	195.685.664
Centro	calçados	149.409.763
Centro	Olaria, cerâmica e marmoraria	143.837.186
Centro	outros	778.001.358
Mata	Fiação e tecelagem	824.027.066
Mata	Laticínios	327.879.566
Mata	Curtumes (couros e peles)	116.086.343
Mata	calçados	67.742.716
Mata	Sabão	46.295.836
Mata	outros	155.959.622
Triângulo	Charque e produtos conexos	272.361.030
Triângulo	Olaria, cerâmica e marmoraria	248.808.842
Triângulo	Banha e outros produtos porcinos	163.072.537
Triângulo	Curtumes (couros e peles)	46.363.530
Triângulo	madeira	25.557.349
Triângulo	outros	67.980.289
Leste	produtos siderúrgicos	226.004.673
Leste	madeira	173.784.223
Leste	Café Torrado e Moído	10.393.200
Leste	Olaria, cerâmica e marmoraria	8.373.897
Leste	Chapéus	201.000
Leste	outros	0
Oeste	produtos siderúrgicos	128.768.633
Oeste	Charque e produtos conexos	102.852.421
Oeste	Fiação e tecelagem	75.865.645
Oeste	Banha e outros produtos porcinos	20.209.382
Oeste	calçados	10.012.231
Oeste	outros	11.435.905
Sul	Laticínios	84.347.824
Sul	Curtumes (couros e peles)	13.662.930
Sul	calçados	10.104.001
Sul	Bebidas	9.832.374
Sul	madeira	9.830.828
Sul	outros	32.482.030
Nordeste	madeira	48.483.349
Nordeste	Bebidas	8.691.204

Tabela 26 - 5 maiores Ramos Industriais pela Produção Industrial por região – 1954

(conclusão)

Região	Ramo Industrial	Produção (cruzeiros)
Nordeste	Tipografias	3.371.900
Nordeste	Chapéus	159.160
Norte	Óleos vegetais e sub-produtos	22.808.660
Norte	Bebidas	3.637.336
Norte	Chapéus	130.800
Noroeste	Charque e produtos conexos	19.491.818
Outros Municípios	Laticínios	2.123.929.823
Outros Municípios	Fiação e tecelagem	830.650.868
Outros Municípios	madeira	321.059.259
Outros Municípios	calçados	128.794.433
Outros Municípios	Curtumes (couros e peles)	52.608.321
Outros Municípios	Outros	176.616.692
Não especificado cidade/região		2.753.910.407
Total Geral		15.192.345.419

Fonte: elaborado pela autora com base em IBGE/DEE-MG (1957)

Na Tabela 27 a seguir é demonstrado o ranking com os dez municípios mais industrializados de acordo com o valor da produção industrial para o ano de 1954. Os três maiores municípios são Rio Piracicaba, Belo Horizonte e Juiz de Fora.

Tabela 27 - 10 Municípios mais industrializados – 1954

Município	Região	Produção (Mil Réis)	%
Rio Piracicaba	Centro	2.224.662.900	15%
Belo Horizonte	Centro	1.398.265.020	9%
Juiz de Fora	Mata	1.099.958.642	7%
Uberlândia	Triângulo	521.576.595	3%
Sabará	Centro	316.438.800	2%
Contagem	Centro	236.144.109	2%
Coronel Fabriciano	Leste	226.004.673	1%
Caeté	Centro	201.039.000	1%
São João Del Rei	Centro	164.771.273	1%
Barão De Cocais	Centro	161.846.400	1%
Outros Municípios		5.887.727.600	39%
Não especificado cidade/região		2.753.910.407	18%
Total Geral		15.192.345.419	100%

Fonte: elaborado pela autora com base em IBGE/DEE-MG (1957).

Em se tratando do município de Rio Piracicaba, segundo Melo (2017, p. 18) “dentre os produtos gerados pela extração mineral nessa região, o minério de ferro se configura como um dos mais expressivos e abundantes, tendo o papel de movimentar a economia mineradora, siderúrgica e metalúrgica do Brasil”.

De acordo com IBGE/DEE-MG (1957), nas análises sobre a vida econômica de Minas, no que diz respeito ao comércio interestadual, o município de Rio Piracicaba estava entre os municípios que exportavam mais de cem milhões de cruzeiros, no qual exportava-se, em maior quantidade, aço, ferro e artefatos de ferro e aço no ano de 1952. Neste município encontra-se a história de uma das maiores mineradoras multinacionais do Brasil, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) ou simplesmente Vale.

A Companhia Vale do Rio Doce criada no ano de 1942 durante o governo de Getúlio Vargas no município de Itabira retoma os fatos históricos que foram bastantes discutidos na literatura, como foi o caso da empresa Iron Ore Company. Segundo Barros (2011) em 1900 muito se discutiu no mundo sobre as reservas de ferros existentes em Minas Gerais, o que levou a concretização do XI Congresso Internacional de Geologia, realizado em Estocolmo no ano de 1910. A partir desse Congresso e da divulgação dos resultados encontrados para as reservas de minério de ferro existentes, muitos interessados de países estrangeiros começaram a adquirir parte das jazidas em Minas. Este foi o caso da companhia inglesa “Itabira Iron Ore Company” que conquistou reservas no município de Itabira do Mato Dentro e que tinha como figura principal o empresário e político Percival Farquhar.

Pelo projeto ambicioso de Percival Farquhar em prol da exploração e exportação em massa no minério de ferro, foram muitas as oposições para que o projeto tivesse empecilhos, pois nas palavras de Barros (2011, p. 77) “a acusação que se fazia à essa época era a mesma que seria feita mais tarde, de que a empresa pretendia o monopólio da exportação do minério de ferro, da siderurgia e da economia do Vale do Rio Doce”. Ou que ainda, nas palavras de Marson e Belanga (2006, p. 8):

Dentro do governo de Minas Gerais, de Arthur Bernardes, autor da célebre frase de que “minério não dá duas safras” até a administração de Raul Soares (1922-1926), que achava o contrato da Itabira um verdadeiro “monopólio”, que fecharia a entrada e saída de minério estadual pelos trens da Itabira Iron, “a qual nem sequer teria a obrigação de transportar minérios alheios”, o contrato não foi aprovado por ferir interesses dos mineiros.

Foi neste contexto que o então presidente Getúlio Vargas, ao assumir o poder após a Revolução de 1930, passa a ter acesso as reservas pertencentes a Percival Farquhar e cria a CVDR em 1942. A partir de então, as regiões nas proximidades de Itabira, como é o caso de

Rio Piracicaba, passam a se tornar ainda mais fortes, o que contribuiu para a consolidação de um espaço regional com foco na mineração dentro deste município. Para Melo (2017, p. 25) “a primeira mina a ser aberta no município de Rio Piracicaba foi a de Morro Agudo, de onde ainda é retirado minério atualmente, pela Vale. No município ainda estão em funcionamento até os dias de hoje além de Morro Agudo, a mina de Água Limpa e a de Cururu”.

Na Tabela 28 é demonstrado os setores industriais predominantes em cada uma das regiões analisadas e o seu respectivo percentual de participação no total da produção. Houve concentração do setor metalúrgico nas regiões Centro e Leste e do setor da indústria de alimentação nas regiões Triângulo, Oeste, Sul e Noroeste. Na região da Zona da Mata há grande produção do setor têxtil, no Sul predomina a indústria da alimentação e no Nordeste a indústria da madeira.

Tabela 28 - Setor Industrial predominante por Zona Geográfica pela Produção Industrial – 1954

Região	Tipo de Indústria	% de Participação na região
Centro	Indústria Metalúrgica	56%
Mata	Indústria de Fiação e Tecelagem	54%
Triângulo	Indústria da Alimentação	54%
Leste	Indústria Metalúrgica	54%
Oeste	Indústria da Alimentação	38%
Sul	Indústria da Alimentação	69%
Nordeste	Indústria da Madeira	80%
Norte	Indústria de produtos químicos e farmacêuticos	86%
Noroeste	Indústria da Alimentação	100%
Outros municípios	Indústria da Alimentação	63%

Fonte: elaborado pela autora com base em IBGE/DEE-MG (1957).

Com os resultados demonstrados para o ano de 1954, pode-se concluir que a indústria da alimentação e a indústria metalúrgica lideraram na produção sendo que o setor industrial de fiação e tecelagem predominante em 1907 cedeu espaço para o setor de alimentação em 1937, que por sua vez, consolidou tal posição ao longo da primeira metade do século XX no estado mineiro. Mesmo com a forte ascensão do setor industrial metalúrgico, a produção de alimentos manteve-se importante, conforme Gráfico 9 a seguir.

Gráfico 9 - Representatividade dos setores industriais de Minas Gerais - 1954 (em cruzeiros)



Fonte: elaborado pela autora com base em IBGE/DEE-MG (1957).

Nos três anos analisados para as estatísticas da indústria manufatureira e fabril, observou-se que houve dinamismo da indústria em termos de produção, mudanças regionais e diversificação de produtos. Além disso, os mapas geográficos 1 e 5 respectivamente dos anos de 1907 e 1937 demonstram a dispersão da produção em territórios ainda atrasados sob o ponto de vista industrial no início do século XX.

A principal característica nos anos analisados foi a dupla concentração da indústria. Por um lado, havia concentração da produção em regiões específicas. Por outro lado, predominava a concentração dos ramos industriais. A concentração da produção não foi algo que se modificou, uma vez que houve predominância das regiões Central, Zona da Mata e Sul do estado em todo o período analisado. A constatação desta característica de concentração regional da indústria ficou evidente pelo mapa geográfico 9 de 1954, onde estas mesmas regiões indicaram maior produção do estado.

5 CONCLUSÃO

A maior parte da literatura sobre o desenvolvimento industrial do estado de Minas Gerais corrobora para interpretações de que a expansão da indústria e suas características demonstradas em cada período analisado são reflexo ou fazem parte de um pensamento de modernização regional e tentativas de industrialização.

Conforme foi analisado no capítulo três, a partir do momento em que se construiu em Minas um objetivo comum de recuperação econômica, as disputas econômicas internas ficaram ainda mais acirradas fazendo com que houvesse certa dicotomia entre os interesses agrícolas e industriais e levasse a formação de grupos divididos.

O arcabouço teórico deste trabalho foi construído a partir das etapas e das modificações dos principais acontecimentos políticos e econômicos em Minas Gerais. Do ponto de vista do sistema político e econômico, entre o final do século XIX e início do século XX em que ocorreu o processo de mudança da capital para Belo Horizonte, o reflexo da busca pela recuperação econômica do estado frente a outros estados do país, assim como o desenvolvimento econômico e modernização regional, resultou na organização de planos de desenvolvimento, realização de congressos e criação de instituições com foco em objetivos específicos.

No Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de 1903 - período em que a preocupação do progresso econômico estava sob a predominância de um pensamento em prol da diversificação produtiva e modernização da agricultura entre as elites regionais - observou-se que a modernização agrícola era um ponto principal, mas as articulações do programa não deixaram de lado a busca pela industrialização, uma vez que se discutiu neste evento estratégias de diferentes classes como a do comércio, agricultura e indústria.

O projeto de diversificação produtiva e modernização agrícola, apesar de ter raízes no Congresso de 1903, efetivou-se, de fato, a partir dos anos da década de 1930, sendo que “nesses termos, será tanto uma política agrícola (diversificada e moderna) como uma política minero-siderúrgica que serão defendidas pelo corpo técnico que ascende às dianteiras decisórias regionais, quando do Governo de Benedito Valadares” (BARBOSA; BARBOSA, 2010, p. 114).

Conforme Barbosa e Barbosa (2010) é nesse sentido que entra em cena a importância das elites técnicas através das instituições ligadas a educação como também a grande discussão da busca pelo avanço da indústria siderúrgica. A Escola de Minas de Ouro Preto e a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa passam a fornecer a sociedade mineira no século XX não apenas técnicos sob a ótica da formação, mas também a percepção e visão de

que as suas tarefas como técnicos deveriam fazer parte de uma responsabilidade da superação do atraso mineiro. Enquanto a escola de Viçosa proporcionava uma visão com maior foco na modernização agrária, a escola de Ouro Preto proporcionava técnicos para desenvolver o poder siderúrgico pelo qual Minas possuía certa vantagem relativa sob a forma de planejamento estatal.

O período entre os dados analisados compreendido entre 1937 e 1954 foi caracterizado por governos que buscaram a consolidação de uma base industrial que fosse capaz de fornecer a estrutura necessária para expandir e modificar o perfil da produção tendo como reflexo as mudanças na condução das políticas e interesses industriais com foco na industrialização mais pesada, principalmente sob a perspectiva de que a presença do Estado seria fundamental para superar as perdas do desenvolvimento que foram ocasionadas pela falta de articulação industrial mineira. Exemplo disto se inicia com no governo de Benedito Valadares no período de 1933 a 1945 se intensifica ainda mais com Juscelino Kubitschek no governo do estado entre 1951 e 1955, período em que as preocupações mais importantes se voltaram a infraestrutura de Minas Gerais como no caso da energia elétrica, estradas e ampliação do setor siderúrgico.

Os resultados encontrados neste trabalho demonstram que durante o período analisado da indústria manufatureira e fabril em 1907, 1937 e 1954, observou-se mudanças regionais da indústria assim como a sua evolução e expansão territorial. Nos dados estatísticos entre os anos de 1907 e 1937 evidenciou-se que boa parte da indústria analisada, predominou-se as variáveis relacionadas a agricultura e pecuária do estado. Em 1907 o ramo industrial mais importante era ligado a pecuária, no qual a produção majoritária era de laticínios, manteiga e queijo. Do mesmo modo, outro ramo industrial importante foi o de fiação e tecelagem, que estava ligado à agricultura do algodão. Em 1937 estes ramos industriais permaneceram como sendo os mais importantes e o setor industrial da alimentação se destacou em todas as regiões analisadas para o estado. Desta forma, as estatísticas industriais passaram de uma representatividade sobre o total da produção do estado dos setores têxtil, de alimentação e metalurgia de respectivamente 40%, 33% e 6% em 1907, para 48%, 20% e 6% em 1937, ou seja, até a aproximadamente até década de 1940 pode-se afirmar que a indústria manufatureira e fabril mineira era predominantemente de caráter agroindustrial.

Por outro lado, ao comparar com os dados de 1954, observou-se que neste ano a indústria mineira foi representada em 32% pelo setor de alimentação, 29% pelo setor de metalurgia e 19% pelo setor têxtil. Nisto é possível perceber simultaneamente uma perda gradativa da proporção da indústria têxtil, uma consolidação da indústria de alimentação como predominante e um avanço ainda discreto do setor metalúrgico que passou de uma

representatividade de 6% em 1937 para 29% em 1954 sobre o total da produção do estado. Além disso, deve-se destacar a troca de posição entre as principais regiões avaliadas pelo valor da produção industrial, enquanto em 1907 a região da Zona da Mata liderava no valor da produção, em 1937 a região Central passa a ocupar este lugar de destaque.

Portanto, a principal contribuição deste trabalho se dá em captar que mesmo com mudanças políticas e econômicas a partir de 1930 em prol do avanço das variáveis da indústria que estariam mais relacionadas a mudanças estruturais no que diz respeito a construção da base econômica e de desenvolvimento do estado, finalizou-se a primeira década do século XX com um perfil ainda voltado à agroindústria, o que caracterizou a indústria de transformação mineira como sendo mais voltada a bens de consumo não duráveis. Outra contribuição é demonstrar o avanço da indústria metalúrgica/siderúrgica entre a década de 1930 até 1954.

Dessa forma, as diretrizes para alinhar a modernização agrícola à indústria presentes nas políticas de Minas já no início do século vão se tornar evidentes no final dos anos 1930, com o avanço da indústria de alimentação, geralmente com características originárias na agropecuária. Com as mudanças das diretrizes políticas na década de 1930 para a industrialização ligada à manufatura mineral, observa-se um avanço na produção metalúrgica/siderúrgica já evidente em meados dos anos 1950.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Tito Flavio Rodrigues de. **Vastos subúrbios da nova capital**: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte. 2006. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/VCSA-6X4NU4>. Acesso em: 13 set. 2020.
- ALBUQUERQUE, Luiza Carvalhaes de. **Carlos Pereira de Sá Fortes**: fundador da indústria de laticínios no Brasil. 2012. Disponível em: <https://ciencialeite.com.br/noticia/208/carlos-pereira-de-sa-fortes--fundador-da-industria-de-laticinios-no-brasil#:~:text=Em%201888%2C%20o%20Dr.,de%20Dobra%20especializada%20da%20Holannda>. Acesso em: 18 abr. 2021.
- AZEVEDO, Silviano Cançado. **De mãos dadas**: reflexões sobre o desenvolvimento de Minas. Belo Horizonte: [s. n.], 2012.
- BASTOS, Suzana Quinet de Andrade; MAULER, Luciana de Assis; ASSIS, Carolina Moraes Sarmiento de. O complexo agro-industrial da floresta: 1858-2010. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 3.; CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 10., 2011, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba: ABPHE, 2011. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/arquivos/suzana-quet-de-andrade-bastos-luciana-de-assis-mauler-carolina-moraes-sarmiento-de-assis.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.
- BASTOS, Regina Gonçalves; PATROCÍNIO, Winnie Parreira. Representações geo-histórias de Minas Gerais por meio da Cartografia. 2020. **Caderno de Geografia**, v. 30, n. 63, 2020. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/24036>. Acesso em: 05 fev. 2021.
- BARBOSA, Daniel Henrique Diniz; BARBOSA, Lidiany Silva. Elites técnicas, Estado e desenvolvimento regional em Minas Gerais na Era Vargas. **Caderno CRH**, v. 23, n. 58, p. 111-128, 2010. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792010000100008&script=sci_arttext. Acesso em: 28 out. 2020.
- BARBOSA, Daniel Henrique Diniz. **Tecnoburocracia e pensamento desenvolvimentista em Minas Gerais (1903-1969)**. 2012. Tese (Doutorado em Ciências) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- BARROS, Gustavo de. **O problema siderúrgico nacional na Primeira República**. 2011. 245 f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://mpira.ub.uni-muenchen.de/57389/>. Acesso em: 15 dez. 2020
- CANO, Wilson. Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 291-306, 1985. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ee/article/view/162054/155946>. Acesso em: 20 dez. 2019
- CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.

CARVALHO, José Murilo de. **A escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/7j8bc/pdf/carvalho-9788579820052.pdf>. Acesso em: 01 jan. 2021.

CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. Economia Sul-Mineira: o abastecimento interno e a expansão cafeeira (1870–1920). **Revista de História Econômica e Economia Regional Aplicada**, v. 4, p. 1-29, 2009. Disponível em: https://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/castilho_2009_-_15.pdf. Acesso em: 12 jan. 2021

CERQUEIRA, Hugo E. A. da Gama; SIMÕES, Rodrigo. Modernização e diferenciação econômica em Belo Horizonte. **Varia História: revista do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais**, Belo Horizonte, n. 18, p. 443-463, set. 1997. Disponível em: https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/5727a2aacf80a157cb742505/1462215339304/23_Cerqueira+e+Sim%C3%B5es.pdf. Acesso em: 24 out. 2020

CIMINO, Cláudia Carvalho Gaspar. **A linha que trama a vida é a mesma que traça o desenho: história e memória da estamperia na Ferreira Guimarães em Juiz de Fora no século XX.** 2014. 173 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014. Disponível em: <http://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/544/1/claudiacarvalhogasparcimino.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2021.

CHAGAS, Carmo. Venceslau Brás Pereira Gomes. **Jornal Além Parahyba**, n. 760, 20 set. 2013. Disponível em: <https://www.jornalalemparahyba.com.br/2019/09/24/venceslau-bras-pereira-gomes/>. Acesso em: 17 abr. 2021.

COSTA, Guilherme Meirelles. **A formação política de João Pinheiro da Silva.** 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

CURADO, Marcelo. Industrialização e desenvolvimento: uma análise do pensamento econômico brasileiro. **Economia e Sociedade**, v. 22, n. 3, p. 609-640, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-06182013000300002&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 01 dez. 2020.

DEAN, W. **A industrialização de São Paulo (1880-1945).** São Paulo: DIFEL, 1971.

DINIZ, Clélio Campolina. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira.** Belo Horizonte: UFMG, 1981.

DULCI, Otávio Soares. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais.** Belo Horizonte: Ed. UFMG: Humanitas, 1999.

EAKIN, Marshall. **Tropical Capitalism: the industrialization of Belo Horizonte, Brazil, 1897-1997.** [S. l.]: Springer, 2001.

FAGUNDES NETO, Fernando. Verbete. Biográfico. **Fernando Jorge Fagundes Neto.**

In: DICIONÁRIO Histórico Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, c2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fernando-jorge-fagundes-neto>. Acesso em: 17 abr. 2021.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS (FIEMG). **Estatuto**. 2019. Disponível em https://www7.fiemg.com.br/Cms_Data/Contents/central/Media/FIEMG/Estatuto/ESTATUTO-FIEMG-2019.pdf. Acesso em: 02 maio 2019.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS (FIEMG). **FIEMG, mais de 8 décadas de história**. [2010]. Disponível em: <http://www.fiemg.com.br/hotsites/MEMORIA/index.html>. Acesso em: 15 jan. 2019.

FISHLOW, A. Origens e consequências da substituição de importações no Brasil. **Estudos Econômicos**, v. 2, n. 6, p. 7-75, dez. 1972. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ee/article/view/143264/137990>. Acesso em: 20 jun. 2020.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FRAGOSO, João. **Homens de grossa ventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro: 1790-1830**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

GIROLETTI, Domingos. **Industrialização de Juiz de Fora: 1850/1930**. Juiz de Fora: EDUF-JF, 1988.

GODOY, Marcelo Magalhães. Minas Gerais na república: atraso econômico, estado e planejamento. **Cadernos da Escola do Legislativo**, v. 11, n. 16, p. 89-116, 2009.

GODOY, Marcelo Magalhães; BARBOSA, Lidiany Silva; BARBOSA, Daniel Henrique Diniz. Elites modernas na transição para a periferia do capitalismo periférico Engenheiros, economistas e empresários mineiros e a percepção das relações entre o nacional e o regional no quadro da modernização econômica brasileira (1930-1970). **Economia e Sociedade**, v. 24, n. 2, p. 481-507, 2015.

GONÇALVES, Tânia Regina Peixoto da Silva; CALVANO, Flávia. Um olhar geográfico sobre a indústria têxtil em território juiz-forano: 1908-1920. **CES Revista**, Juiz de Fora, v. 21, p. 27-42, 2007. Disponível em: https://www.cesjf.br/revistas/cesrevista/edicoes/2007/um_olhar_geografico.pdf. Acesso em: 20 set. 2020

GOMES, Gláucia Carvalho. A (re) produção social do espaço de Belo Horizonte e de sua região metropolitana no contexto da modernização urbano-industrial de Minas Gerais. **Sociedade & Natureza**, v. 24, n. 2, p. 197-210, 2012.

GREMAUD, A. O café e o crescimento da Indústria durante a Primeira República: 1889-1930. *In*: GREMAUD, Amaury Patrick; SAES, Flávio Azevedo Marques de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1997. p. 39-97.

GUNN, Philip; DE BARROS CORREIA, Telma. A industrialização brasileira e a dimensão geográfica dos estabelecimentos industriais. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, v. 7, n. 1, p. 17-17, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE); Departamento Estadual de Estatística de Minas Gerais – Brasil. **Anuário Industrial do Estado de Minas Gerais de 1937**. Belo Horizonte: 1939.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Conheça cidades e estados do Brasil**. 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg>. Acesso em: 31 abr. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **O Brasil, suas riquezas naturais, suas indústrias**: centro Industrial do Brasil, tomo I. Rio de Janeiro, 1907.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE); Departamento Estadual de Estatística de Minas Gerais – Brasil. **Anuário Estatístico de Minas Gerais de 1955**. Belo Horizonte, 1957.

IGLÉSIAS, Francisco. **Política econômica do governo provincial mineiro: 1835-1889**. Rio de Janeiro, 1958.

LENHARO, A. **As tropas da moderação**: o abastecimento da corte na formação política do Brasil, 1808-1842. São Paulo: Símbolo, 1979.

LIBBY, D. C. Notas sobre a produção têxtil brasileira no final do século XVIII: novas evidências de Minas Gerais. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 97-125, jan./abr. 1997. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ee/article/view/116884>. Acesso: 01 mar. 2020.

LIBBY, D. C. Protoindustrialização em uma sociedade escravista: o caso de Minas Gerais. *In*: SZMRECSÁNY, T.; LAPA, J. R. do A. **História econômica da Independência e do Império**. 2. ed. rev. São Paulo: HUCITEC, 2002. p. 237-280.

LIMA, Junia de Souza. **Fiandeiras e Tecelãs**: o cotidiano de operárias têxteis fabris em Minas Gerais no final do Século XIX: um estudo na Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira (1872-1930). 2010. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/6237076.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2021.

LIMA, Junia de Souza. Os melhores empregados: a inserção e a formação da mão-de-obra feminina em fábricas têxteis mineiras no final do século XIX. **Varia História**, v. 27, n. 45, p. 265-288, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752011000100012&script=sci_arttext&tlng=pt. Disponível em: 20 de set. 2020

LIMA, João Heraldo. **Café e indústria em Minas Gerais: 1870-1920**. 1977. 135 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1977. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/285716>. Acesso em: 13 mar. 2019.

MAIA, P. H. M. M.; VIEIRA, N. M. **Análise espacial da indústria siderúrgica mineira: sua importância em um contexto regional**. Disponível em: <https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2014/analise-espacial-da-industria-siderurgica-mineira.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020.

MARSON, Michel Deliberali. A indústria de transformação no sul de minas gerais: 1907-1937. **História Econômica & História de Empresas**, v. 20, n. 1, 2017.

MARTINS, R. **A economia escravista de Minas Gerais no século XIX**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1980. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%2010.pdf>. Acesso em: 01 jan. 2020.

MARSON, Michel Deliberali; BELANGA, Tatiana Pedro Colla. **Indústria mineira e paulista na década de 1930: concentração com integração**. 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Michel-Marson-3/publication/4805443_INDUSTRIA_MINEIRA_E_PAULISTA_NA_DECADA_DE_1930_CONCENTRACAO_COM_INTEGRACAO/links/569117e608aec716af17e78/INDUSTRIA-MINEIRA-E-PAULISTA-NA-DECADA-DE-1930-CONCENTRACAO-COM-INTEGRACAO.pdf. Acesso em: 25 abr. 2021

MATOS, Ralfo; MELLO, Ediméia Maria Ribeiro de. As condições estruturantes da siderurgia mineira: recursos naturais, Estado e elite instruída. **Revista Geografias**, p. 60-75, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/view/13342>. Acesso em: 26 set. 2020.

MATOS, Raimundo José da Cunha. **Corografia histórica da província de Minas Gerais: 1837**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1979.

MELO, Alice Sanches. **Conflitos socioambientais e mineração: territorialidades e desenvolvimento em Rio Piracicaba-MG**. 2017. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2017. Disponível em: <http://www.geo.ufv.br/wp-content/uploads/2017/11/Alice-Sanches-Melo.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. São Paulo: UNESP, 2009.

MENDES, Bruno de Araújo. **O outro lado de cá: histórias e memórias de Cachoeira da Prata**. 2008. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2008.

MENESES, José Newton Coelho. **Queijo Artesanal de Minas: Patrimônio Cultural do Brasil**. Belo Horizonte: IPHAN, 2006. v. 1.

MENEZES, Elias Natal Lima de. **Atraso econômico relativo de Minas Gerais e estratégias de recuperação econômica durante a primeira metade do século XX**. Monografia (Graduação em Administração Pública) - Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2020.

MESQUITA, Fernando Campos; ANDREOZZI, Sylvio Luiz. O início do processo de industrialização em Uberlândia: uma análise das primeiras indústrias até o Estado Novo. **Observatorium**: revista eletrônica de Geografia, v. 1, n. 1, 2009.

MINAS GERAIS. Secretaria das Finanças. **Relatório apresentado ao Dr. Presidente do Estado de Minas pelo Secretário de Estado dos Negócios das Finanças. Dr. David M. Campista em 1901**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Geraes, 1901. Disponível em: http://memoria.org.br/ia_visualiza_bd/ia_vdados.php?cd=meb000000471&m=3838&n=relatorioapresen1901mina. Acesso em: 26 set. 2020.

MINAS GERAIS. Secretaria das Finanças. **Relatório apresentado ao Exm^o. Sr. Dr. Arthur da Silva Bernardes, Presidente do Estado, pelo Dr. João Luiz Alves, Secretário das Finanças (exercício de 1919)**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1920. Disponível em: <https://archive.org/details/situecon1920minasg/page/n4/mode/1up>. Acesso em: 26 set. 2020.

MOREIRA, Mariana Gonçalves. **Memória e patrimônio em Minas Gerais: o caso da Companhia Industrial Itaunense**. 2014. 168 f. Dissertação (Mestrado Antropologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-9UQS2N>. Acesso em: 20 abr. 2021.

NETTO, Marcos Mergarejo. **A geografia do queijo minas artesanal**. 2011. 420 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2011.

PAIVA, C. A.; GODOY, M. M. Território de Contrastes: economia e sociedade das Minas Gerais do século XIX. *In*: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 5., 2002, Diamantina. **Anais** [...]. Diamantina, 2002. Disponível em: <https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2002/D17.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2020.

PAULA, João Antônio de. O processo econômico. *In*: CARVALHO, J. M. (coord.). **A Construção Nacional: 1830-1889**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva; Madrid: MAPFRE, 2019. 179-221.

PAULA, João Antônio de. Dois ensaios sobre a gênese da industrialização em Minas Gerais: a siderurgia e a indústria têxtil. *In*: SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA, 2., 1983, Diamantina. **Anais** [...]. Diamantina, 1983.

PAULA, R. Z. A. Indústria mineira: origem e desenvolvimento. *In*: SEMINÁRIO DE ECONOMIA MINEIRA, 5., 2002, Diamantina. **Anais** [...]. Diamantina, 2002. Disponível em <http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2002/textos/D13.PDF>. Acesso em: 02 jan. 2020.

PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de. **Percalços da industrialização: o caso de Minas Gerais**. 2001. 165 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Universidade Estadual

de Campinas, Campinas, SP. Disponível em:

<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/285877>. Acesso em: 1 mar. 2020.

PASCOAL, Isaías. Economia e trabalho no sul de Minas no século XIX. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 16, n. 2 (30), p. 259-287, ago. 2007. Disponível em:

[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-06182007000200006&script=sci_arttext&tlng=pt)

[06182007000200006&script=sci_arttext&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-06182007000200006&script=sci_arttext&tlng=pt). Acesso em: 25 set. 2020.

PELÁEZ, C. M. A balança comercial, a grande depressão e a industrialização brasileira. **Revista Brasileira de Economia**, v. 2, n. 1, p. 15-47, 1968.

PIRES, Anderson. **Café, finanças e bancos**: uma análise do sistema financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais: 1889/1930. São Paulo: FFLCH/USP, 2004.

PEREIRA, Camila Amaral; COSENTINO, Daniel do Val. A industrialização de minas gerais sob a ótica do governador Benedito Valadares (1933-1945). **Seminário de Ciências Sociais Aplicadas**, v. 4, n. 4, 2014. Disponível em:

<http://periodicos.unesc.net/seminariocsa/article/view/1505/1428>. Acesso em: 1 mar. 2020.

PIRES, A. Crédito comercial, financiamento bancário e crescimento industrial em Juiz de Fora, 1890/1930. *In*: SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA, 14., 2010, Diamantina. **Anais [...]**. Diamantina: CEDEPLAR/UFMG, 2010.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

RAGGI, Mariana Guedes. Belo Horizonte e a produção da primeira centralidade econômica da capital: a Praça da Estação. *In*: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 17., Diamantina. **Anais [...]**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2016. Disponível em:

<https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/publicacoes/diamantina-2016/>. Acesso em: 23 set. 2020.

SAES, Flávio A. M. A controvérsia sobre a industrialização na Primeira República. **Estudos Avançados**, v. 3, n. 7, p. 20-39, 1989. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141989000300003. Acesso em: 07 jun. 2020.

SANTOS, Ulisses Pereira dos. **Ambiente institucional e inovação na siderurgia de Minas Gerais**. 2009. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/AMSA-7XVLWG/1/ulissespereira_2009.pdf. Acesso em: 25 set. 2020.

SANTOS, J. M. dos. **Educação para a indústria**: a FIEMG, a formação humana e o nacional desenvolvimentismo: 1951-1961. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008. Disponível em:

<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/13720/1/Jane.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2020.

SANTOS, Maria Elisabete Gontijo dos. **A modernidade no discurso político**: a Assembleia Legislativa e o governo JK em Minas Gerais. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2013. Disponível em:

https://www.almg.gov.br/consulte/publicacoes_assembleia/obras_referencia/arquivos/modernidade_no_discurso_politico_jk.html. Acesso em: 01 mar. 2020.

SILVA, S. **Expansão cafeeira e origens da industrialização no Brasil**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SILVA, Carolina Mostaro Neves da. **Para os grandes males, os grandes remédios: propostas educacionais no Congresso Agrícola, Industrial e Comercial de Minas Gerais: 1903. 2016**. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SIMONSEN, Roberto Cochrane. **Evolução industrial do Brasil e outros estudos**. [S. l.]: Brasileira, 1973.

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE FIAÇÃO E TECELAGEM. **A indústria têxtil em Minas Gerais**. Belo Horizonte: SIFT-MG, 2021. Disponível em: http://siftmg.org.br/conteudo.asp?ntipo=1&lista=sub&cat_id=1&sub_id=12&cat_nome=Hist%F3ria&idioma=. Acesso em: 17 abr. 2021.

SINGER, P. I. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife**. São Paulo: Companhia Editora Nacional: Editora da Universidade de São Paulo, 1977.

SLENES, R. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 449-495, 1988.

STEIN, S. J. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850/1950**. Rio de Janeiro: Campus, 1979

SUZIGAN, W. **Indústria Brasileira: origens e desenvolvimento**. São Paulo: Hucitec, 2000.

TAVARES, Maria da Conceição. Auge y declinación del proceso de sustitución de importaciones en el Brasil. **Boletín Económico de América Latina**, n. 1, p. 1-62, 1964. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/10009>. Acesso em: 21 jun. 2020.

TAVARES, Maria da Conceição. **Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil**. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1998.

TAVEIRA, Luciene Peixoto. **A fábrica Codorna: conflitos, práticas e experiências na (re)construção de memórias - 1997-2008**. 2009. 108 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://tede.pucsp.br/handle/handle/13146>. Acesso em: 17 abr. 2021.

VAL, Marina Costa; Marcelo Magalhães, GODOY. Políticas industriais em Minas Gerais no período de 1933 a 1955: o desenvolvimento regional conduzido pelo Estado. *In*: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 16., 2014, Diamantina. **Anais [...]**. Diamantina, 2014. Disponível em: <https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2014/politicas-industriais-em-minas-gerais-no-periodo-de-1933-a-1955.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2020.

VAZ, Alisson Mascarenhas. A indústria têxtil em Minas Gerais. **Revista de História**, n. 111, p. 101-118, 1977. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/76231>. Acesso em: 17 abr. 2021.

VERSIANI, Flávio Rabelo; VERSIANI, Maria Teresa RO. A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição. **Estudos Econômicos** (São Paulo), v. 5, n. 1, p. 37-63, 1975.

VERSIEUX, Daniela Pereira; GONÇALVES, Irlen Antônio. Entre enxadas e máquinas: ensino agrícola, trabalho, tradição e modernização na agricultura. **Revista HISTEDBR [Online]**, v. 12, n. 45, p. 223-240, 2012.

VILLELA, A.V.; SUZIGAN, W. **Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973.

VISCARDI, Cláudia M. R. Elites políticas mineiras na Primeira República brasileira: um levantamento prosopográfico. *In*: ANAIS DAS PRIMEIRAS JORNADAS DE HISTÓRIA REGIONAL COMPARADA, 2000, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre, 2000. 1 CD-ROM.

WIRTH, J. D. **O fiel da balança: Minas Gerais na Federação brasileira: 1889-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

APÊNDICE A - Padronização do Ramo Fiação e Tecelagem

Tabela 1 - Padronização do Ramo Fiação e Tecelagem – Médias por unidade

Quantidade	Descrição	Preço	Produção (mil réis)
25.744.973	metros de tecidos de algodão a 300 réis	300	7.723.491.900
1.260.440	metros de tecidos aperfeiçoados a 1\$180 réis	1.180	1.487.319.200
700.000	metros de brim de algodão a 760 réis	760	532.000.000
81.880	dúzias de meias de algodão a 5\$500	5500	450.340.000
28.000	dúzias de camisas de algodão a 8\$500 réis	8500	238.000.000
7.920.000	metros de aniagem de juta a 300 réis	300	2.376.000.000
35.735.293			12.807.151.100

Fonte: elaborado pela autora, com base em IBGE (1986).

APÊNDICE B – Classificação dos municípios e regiões do estado de Minas Gerais

Quadro 1 - Classificação dos municípios e regiões do estado de Minas Gerais

(continua)

Município (Nomenclatura Original)	Município (Nomenclatura Padronizada)	Município (Nomenclatura IBGE)	Região Geográfica - IBGE	Região Por 1937
Abaeté	Abaeté	Abaeté	Central Mineira	Centro
Abre Campo	Abre Campo	Abre Campo	Zona Da Mata	Mata
Agua Limpa	Agua Limpa	Nova Lima	Metropolitana De Belo Horizonte	Centro
Aguas Do Alambrary	Aguas Do Alambrary	Lambari	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Aimorés	Aimorés	Aimorés	Vale Do Rio Doce	Leste
Aiuruoca	Aiuruoca	Aiuruoca	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Além Paraíba	Além Paraíba	Além Paraíba	Zona Da Mata	Mata
Alfenas	Alfenas	Alfenas	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Alfenas	Alfenas	Alfenas	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Alfenas (Cidade)	Alfenas	Alfenas	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Alfenas (Fama)	Alfenas	Alfenas	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Alto Rio Doce	Alto Rio Doce	Alto Rio Doce	Zona Da Mata	Mata
Alvinópolis	Alvinópolis	Alvinópolis	Metropolitana De Belo Horizonte	Centro
Andradas	Andradas	Andradas	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Andrelândia	Andrelândia	Andrelândia	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Antônio Carlos	Antônio Carlos	Antônio Carlos	Campo Das Vertentes	Centro
Antônio Dias	Antônio Dias	Antônio Dias	Vale Do Rio Doce	Leste
Araguari	Araguari	Araguari	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	Triângulo
Araguary	Araguari	Araguari	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	Triângulo
Ararí	Ararí	Itamogi	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Arassuaí	Araçuaí	Araçuaí	Jequitinhonha	Nordeste
Araxá	Araxá	Araxá	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	Triângulo

Quadro 1 - Classificação dos municípios e regiões do estado de Minas Gerais

(continua)

Município (Nomenclatura Original)	Município (Nomenclatura Padronizada)	Município (Nomenclatura IBGE)	Região Geográfica - IBGE	Região Por 1937
Arceburgo	Arceburgo	Arceburgo	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Areado	Areado	Areado	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Astolfo Dutra	Astolfo Dutra	Astolfo Dutra	Zona Da Mata	Mata
Ayuruóca	Aiuruoca	Aiuruoca	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Baependy	Baependi	Baependi	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Baependy (Cidade)	Baependi	Baependi	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
BambuÍ	BambuÍ	BambuÍ	Oeste De Minas	Oeste
Barão De Cocais	Barão De Cocais	Barão De Cocais	Metropolitana De Belo Horizonte	Centro
Barbacena	Barbacena	Barbacena	Campo Das Vertentes	Centro
Bello Horizonte	Belo Horizonte	Belo Horizonte	Metropolitana De Belo Horizonte	Centro
Belmonte	Belmonte	Recreio	Zona Da Mata	Mata
Belo Horizonte	Belo Horizonte	Belo Horizonte	Metropolitana De Belo Horizonte	Centro
Bias Fortes	Bias Fortes	Bias Fortes	Zona Da Mata	Mata
Bicas	Bicas	Bicas	Zona Da Mata	Mata
Bicas (Guarará)	Bicas	Bicas	Zona Da Mata	Mata
Biquinha	Biquinhas	Biquinhas	Central Mineira	Centro
Boa Família	Boa Família	Muriaé	Zona Da Mata	Mata
Bocaiúva	Bocaiúva	Bocaiúva	Norte De Minas	Norte
Bom Despacho	Bom Despacho	Bom Despacho	Central Mineira	Centro
Bom Jardim De Minas	Bom Jardim De Minas	Bom Jardim De Minas	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Bom Sucesso	Bom Sucesso	Bom Sucesso	Oeste De Minas	Oeste
Bonfim	Bonfim	Bonfim	Metropolitana De Belo Horizonte	Centro
Borda Da Mata	Borda Da Mata	Borda Da Mata	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Botelhos	Botelhos	Botelhos	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Brasília	Brasília	Brasília De Minas	Norte De Minas	Norte
			Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Brasópolis	Brasópolis	Brasópolis	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Brejo Das Almas	Brejo Das Almas	Brasília De Minas	Norte De Minas	Norte

Quadro 1 - Classificação dos municípios e regiões do estado de Minas Gerais

(continua)

Município (Nomenclatura Original)	Município (Nomenclatura Padronizada)	Município (Nomenclatura IBGE)	Região Geográfica - IBGE	Região Por 1937
Cabo Verde	Cabo Verde	Cabo Verde	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Cachoeira De Macacos	Cachoeira De Macacos	Sete Lagoas	Metropolitana De Belo Horizonte	Centro
Cachoeiras	Cachoeiras	Lavras	Campo Das Vertentes	Centro
Caetanópolis	Caetanópolis	Caetanópolis	Metropolitana De Belo Horizonte	Centro
Caeté	Caeté	Caeté	Metropolitana De Belo Horizonte	Centro
Caeté (Cidade)	Caeté	Caeté	Metropolitana De Belo Horizonte	Centro
Caldas	Caldas	Caldas	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Camanducáia	Camanducaia	Camanducaia	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Cambuí	Cambuí	Cambuí	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Cambuquira	Cambuquira	Cambuquira	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Campanha	Campanha	Campanha	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Campestre	Campestre	Campestre	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Campo Belo	Campo Belo	Campo Belo	Oeste De Minas	Oeste
Campos Gerais	Campos Gerais	Campos Gerais	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Capelinha	Capelinha	Capelinha	Jequitinhonha	Nordeste
Carandahy	Carandaí	Carandaí	Campo Das Vertentes	Centro
Carandaí	Carandaí	Carandaí	Campo Das Vertentes	Centro
Carangola	Carangola	Carangola	Zona Da Mata	Mata
Caratinga	Caratinga	Caratinga	Vale Do Rio Doce	Leste
Carmo Do Matta	Carmo Da Mata	Carmo Da Mata	Oeste De Minas	Oeste
Carmo Do Paranaíba	Carmo Do Paranaíba	Carmo Do Paranaíba	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	Triângulo
Carmo Do Rio Claro	Carmo Do Rio Claro	Carmo Do Rio Claro	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Carmo Do Rio Verde	Carmo Do Rio Verde	Cristina	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Carmo Rio Claro	Carmo Do Rio Claro	Carmo Do Rio Claro	Sul/Sudoeste De Minas	Sul

Quadro 1 - Classificação dos municípios e regiões do estado de Minas Gerais

(continua)

Município (Nomenclatura Original)	Município (Nomenclatura Padronizada)	Município (Nomenclatura IBGE)	Região Geográfica - IBGE	Região Por 1937
Cássia	Cássia	Cássia	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Cataguases	Cataguases	Cataguases	Zona Da Mata	Mata
Cataguazes(Cidade)	Cataguases	Cataguases	Zona Da Mata	Mata
Catas Altas De Matto Dentro	Catas Altas De Matto Dentro	Catas Altas	Metropolitana De Belo Horizonte	Centro
Caxambú	Caxambu	Caxambu	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Christína (Cidade)	Cristina	Cristina	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Cidade De Prados	Prados	Prados	Campo Das Vertentes	Centro
Cidade De Ubá	Ubá	Ubá	Zona Da Mata	Mata
Cidade Do Pará	Pará De Minas	Pará De Minas	Metropolitana De Belo Horizonte	Centro
Cláudio	Cláudio	Cláudio	Oeste De Minas	Oeste
Conceição	Conceição	Dionísio	Metropolitana De Belo Horizonte	Centro
Conceição Do Rio Verde	Conceição Do Rio Verde	Conceição Do Rio Verde	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Conquista	Conquista	Conquista	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	Triângulo
Conselheiro Lafaiéte	Conselheiro Lafaiete	Conselheiro Lafaiete	Metropolitana De Belo Horizonte	Centro
Conselheiro Pena	Conselheiro Pena	Conselheiro Pena	Vale Do Rio Doce	Leste
Contagem	Contagem	Contagem	Metropolitana De Belo Horizonte	Centro
Coração De Jesus	Coração De Jesus	Coração De Jesus	Norte De Minas	Norte
Corinto	Corinto	Corinto	Central Mineira	Centro
Coromandel	Coromandel	Coromandel	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	Triângulo
Coronel Fabriciano	Coronel Fabriciano	Coronel Fabriciano	Vale Do Rio Doce	Leste
Cristina	Cristina	Cristina	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Curvelo	Curvelo	Curvelo	Central Mineira	Centro
Cysneiros (Palma)	Palma	Palma	Zona Da Mata	Mata

Quadro 1 - Classificação dos municípios e regiões do estado de Minas Gerais

(continua)

Município (Nomenclatura Original)	Município (Nomenclatura Padronizada)	Município (Nomenclatura IBGE)	Região Geográfica - IBGE	Região Por 1937
D. Euzebia (Cataguazes)	Cataguases	Cataguases	Zona Da Mata	Mata
Diamantina	Diamantina	Diamantina	Jequitinhonha	Nordeste
Divinópolis	Divinópolis	Divinópolis	Oeste De Minas	Oeste
Dores De Boa Esperança	Dôres Da Boa Esperança	Boa Esperança	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Dores De Indaiá	Dores Do Indaiá	Dores Do Indaiá	Central Mineira	Centro
Dores De Parahybuna	Dores De Parahybuna	Santos Dumont	Zona Da Mata	Mata
Dores Do Indaiá	Dores Do Indaiá	Dores Do Indaiá	Central Mineira	Centro
Elói Mendes	Elói Mendes	Elói Mendes	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Entre Rios	Entre Rios	Entre Rios De Minas	Metropolitana De Belo Horizonte	Centro
Esperança	Esperança	Itabirito	Metropolitana De Belo Horizonte	Centro
Espinosa	Espinosa	Espinosa	Norte De Minas	Norte
Estação Da Esperança	Estação Da Esperança	Itabirito	Metropolitana De Belo Horizonte	Centro
Estação De Alfenas	Estação De Alfenas	Alfenas	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Estação Do Sitio	Estação Do Sitio	Baependi	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Estação Pedro Leopoldo	Estação Pedro Leopoldo	Pedro Leopoldo	Metropolitana De Belo Horizonte	Centro
Estrela Do Sul	Estrela Do Sul	Estrela Do Sul	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	Triângulo
Extrema	Extrema	Extrema	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Ferros	Ferros	Ferros	Metropolitana De Belo Horizonte	Centro
Formiga	Formiga	Formiga	Oeste De Minas	Oeste
Fortaleza	Fortaleza	Fortaleza De Minas	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Francisco Salles	Francisco Salles	São Francisco De Sales	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	Triângulo
Frutal	Frutal	Frutal	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	Triângulo
Gimirim	Gimirim	Lavras	Campo Das Vertentes	Centro

Quadro 1 - Classificação dos municípios e regiões do estado de Minas Gerais

(continua)

Município (Nomenclatura Original)	Município (Nomenclatura Padronizada)	Município (Nomenclatura IBGE)	Região Geográfica - IBGE	Região Por 1937
Gouvêa	Gouvêa	Gouveia	Jequitinhonha	Nordeste
Governador Valadares	Governador Valadares	Governador Valadares	Vale Do Rio Doce	Leste
Grão Mogol	Grão Mogol	Grão Mogol	Norte De Minas	Norte
Guanhães	Guanhães	Guanhães	Vale Do Rio Doce	Leste
Guapé	Guapé	Guapé	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Guaranésia	Guaranésia	Guaranésia	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Guarani	Guarani	Guarani	Zona Da Mata	Mata
Guarará	Guarará	Guarará	Zona Da Mata	Mata
Guarará (Cidade)	Guarará	Guarará	Zona Da Mata	Mata
Guarará (Villa)	Guarará	Guarará	Zona Da Mata	Mata
Guarará Bicas	Guarará	Guarará	Zona Da Mata	Mata
Guarará Maripá	Guarará	Guarará	Zona Da Mata	Mata
Guaxupé	Guaxupé	Guaxupé	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Ibiá	Ibiá	Ibiá	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	Triângulo
Ibiraci	Ibiraci	Ibiraci	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Ibiturúna	Ibiturúna	Ibituruna	Oeste De Minas	Oeste
Ipanema	Ipanema	Ipanema	Vale Do Rio Doce	Leste
Itabira	Itabira	Itabira	Metropolitana De Belo Horizonte	Centro
Itabira De Matto Dentro	Itabira De Matto Dentro	Itabira	Metropolitana De Belo Horizonte	Centro
Itabira Do Campo	Itabira Do Campo	Ouro Preto	Metropolitana De Belo Horizonte	Centro
Itabirito	Itabirito	Itabirito	Metropolitana De Belo Horizonte	Centro
Itajubá	Itajubá	Itajubá	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Itajubá (Cidade)	Itajubá	Itajubá	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Itamarandiba	Itamarandiba	Itamarandiba	Jequitinhonha	Nordeste
Itambacuri	Itambacuri	Itambacuri	Vale Do Rio Doce	Leste
Itanhandu	Itanhandu	Itanhandu	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Itanhomí	Itanhomí	Itanhomi	Vale Do Rio Doce	Leste
Itapecerica	Itapecerica	Itapecerica	Oeste De Minas	Oeste
Itaúna	Itaúna	Itaúna	Oeste De Minas	Oeste

Quadro 1 - Classificação dos municípios e regiões do estado de Minas Gerais

(continua)

Município (Nomenclatura Original)	Município (Nomenclatura Padronizada)	Município (Nomenclatura IBGE)	Região Geográfica - IBGE	Região Por 1937
Ituiutaba	Ituiutaba	Ituiutaba	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	Triângulo
Jaboticatubas	Jaboticatubas	Jaboticatubas	Metropolitana De Belo Horizonte	Centro
Jacuí	Jacuí	Jacuí	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Jacutinga	Jacutinga	Jacutinga	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Jacutinga (Cidade)	Jacutinga	Jacutinga	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Januária	Januária	Januária	Norte De Minas	Norte
Jequerí	Jequeri	Jequeri	Zona Da Mata	Mata
Jequitinhonha	Jequitinhonha	Jequitinhonha	Jequitinhonha	Nordeste
João Ayres	João Ayres	Baependi	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
João Pinheiro	João Pinheiro	João Pinheiro	Noroeste De Minas	Noroeste
Juiz De Fora	Juiz De Fora	Juiz De Fora	Zona Da Mata	Mata
Lagôa Dourada	Lagoa Dourada	Lagoa Dourada	Campo Das Vertentes	Centro
Lambari	Lambari	Lambari	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Lambary	Lambari	Lambari	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Lavras	Lavras	Lavras	Campo Das Vertentes	Centro
Leopoldina	Leopoldina	Leopoldina	Zona Da Mata	Mata
Leopoldina (Cidade)	Leopoldina	Leopoldina	Zona Da Mata	Mata
Lima Duarte	Lima Duarte	Lima Duarte	Zona Da Mata	Mata
Livramento	Livramento	Barbacena	Campo Das Vertentes	Centro
Luminarias	Luminarias	Lavras	Campo Das Vertentes	Centro
Luz	Luz	Luz	Central Mineira	Centro
Machado	Machado	Machado	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Malacacheta	Malacacheta	Malacacheta	Vale Do Mucuri	Nordeste
Manga	Manga	Manga	Norte De Minas	Norte
Manhuassú	Manhuaçu	Manhuaçu	Zona Da Mata	Mata
Manhumirim	Manhumirim	Manhumirim	Zona Da Mata	Mata
Mantiqueira	Mantiqueira	Boa Esperança	Sul/Sudoeste De Minas	Sul

Quadro 1 - Classificação dos municípios e regiões do estado de Minas Gerais

(continua)

Município (Nomenclatura Original)	Município (Nomenclatura Padronizada)	Município (Nomenclatura IBGE)	Região Geográfica - IBGE	Região Por 1937
Mar De Hespanha	Mar De Espanha	Mar De Espanha	Zona Da Mata	Mata
Mar D'hespanha	Mar De Espanha	Mar De Espanha	Zona Da Mata	Mata
Maraí	Miraí	Miraí	Zona Da Mata	Mata
Maria Da Fé	Maria Da Fé	Maria Da Fé	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Mariana	Mariana	Mariana	Metropolitana De Belo Horizonte	Centro
Marzagão	Marzagão	Belo Horizonte	Metropolitana De Belo Horizonte	Centro
Matias Barbosa	Matias Barbosa	Matias Barbosa	Zona Da Mata	Mata
Mercês	Mercês	Mercês	Zona Da Mata	Mata
Mesquita	Mesquita	Mesquita	Vale Do Rio Doce	Leste
Minas Novas	Minas Novas	Minas Novas	Jequitinhonha	Nordeste
Miraí	Miraí	Miraí	Zona Da Mata	Mata
Monte Alegre	Monte Alegre	Monte Alegre De Minas	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	Triângulo
Monte Carmelo	Monte Carmelo	Monte Carmelo	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	Triângulo
Monte Santo	Monte Santo	Monte Santo De Minas	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Montes Claros	Montes Claros	Montes Claros	Norte De Minas	Norte
Morro Alto	Morro Alto	Palma	Zona Da Mata	Mata
Muriaé	Muriaé	Muriaé	Zona Da Mata	Mata
Muzambinho	Muzambinho	Muzambinho	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Nanuque	Nanuque	Nanuque	Vale Do Mucuri	Nordeste
Nepomuceno	Nepomuceno	Nepomuceno	Campo Das Vertentes	Centro
Nova Lima	Nova Lima	Nova Lima	Metropolitana De Belo Horizonte	Centro
Nova Rezende	Nova Rezende	Nova Resende	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Oliveira	Oliveira	Oliveira	Oeste De Minas	Oeste
Ouro Fino	Ouro Fino	Ouro Fino	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Ouro Preto	Ouro Preto	Ouro Preto	Metropolitana De Belo Horizonte	Centro
Paiva	Paiva	Paiva	Zona Da Mata	Mata
Palma	Palma	Palma	Zona Da Mata	Mata
Palma (Cidade)	Palma	Palma	Zona Da Mata	Mata
Palmyra	Palmyra	Santos Dumont	Zona Da Mata	Mata

Quadro 1 - Classificação dos municípios e regiões do estado de Minas Gerais

(continua)

Município (Nomenclatura Original)	Município (Nomenclatura Padronizada)	Município (Nomenclatura IBGE)	Região Geográfica - IBGE	Região Por 1937
Pará De Minas	Pará De Minas	Pará De Minas	Metropolitana De Belo Horizonte	Centro
Paracatú	Paracatu	Paracatu	Noroeste De Minas	Noroeste
Paraguassú	Paraguaçu	Paraguaçu	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Paraisópolis	Paraisópolis	Paraisópolis	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Paraopeba	Paraopeba	Paraopeba	Metropolitana De Belo Horizonte	Centro
Parucatu	Paracatu	Paracatu	Noroeste De Minas	Noroeste
Passa Quatro	Passa Quatro	Passa Quatro	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Passa Tempo	Passa Tempo	Passa Tempo	Oeste De Minas	Oeste
Passos	Passos	Passos	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Patos	Patos	Patos De Minas	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	Triângulo
Patos De Minas	Patos De Minas	Patos De Minas	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	Triângulo
Patrocínio	Patrocínio	Patrocínio	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	Triângulo
Paula Lima	Paula Lima	Juiz De Fora	Zona Da Mata	Mata
Peçanha	Peçanha	Peçanha	Vale Do Rio Doce	Leste
Pedra Branca	Pedra Branca	Lavras	Campo Das Vertentes	Centro
Pedra Do Sino	Pedra Do Sino	Carandaí	Campo Das Vertentes	Centro
Pedro Leopoldo	Pedro Leopoldo	Pedro Leopoldo	Metropolitana De Belo Horizonte	Centro
Pequi	Pequi	Pequi	Metropolitana De Belo Horizonte	Centro
Perdões	Perdões	Perdões	Oeste De Minas	Oeste
Piranga	Piranga	Piranga	Zona Da Mata	Mata
Pirapora	Pirapora	Pirapora	Norte De Minas	Norte
Pitangui	Pitangui	Pitangui	Metropolitana De Belo Horizonte	Centro
Pitanguy	Pitangui	Pitangui	Metropolitana De Belo Horizonte	Centro
Piuí	Piuí	Piumhi	Oeste De Minas	Oeste

Quadro 1 - Classificação dos municípios e regiões do estado de Minas Gerais

(continua)

Município (Nomenclatura Original)	Município (Nomenclatura Padronizada)	Município (Nomenclatura IBGE)	Região Geográfica - IBGE	Região Por 1937
Poços De Caldas	Poços De Caldas	Poços De Caldas	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Pomba	Pomba	Rio Pomba	Zona Da Mata	Mata
Ponte Nova	Ponte Nova	Ponte Nova	Zona Da Mata	Mata
Ponte Nova (Cidade)	Ponte Nova	Ponte Nova	Zona Da Mata	Mata
Pouso Alegre	Pouso Alegre	Pouso Alegre	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Pouso Alegre (Cidade)	Pouso Alegre	Pouso Alegre	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Pouso Alto	Pouso Alto	Pouso Alto	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Prados	Prados	Prados	Campo Das Vertentes	Centro
Praguassú	Paraguaçu	Paraguaçu	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Prata	Prata	Prata	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	Triângulo
Providencia	Providencia	Leopoldina	Zona Da Mata	Mata
Queluz	Queluz	Conselheiro Lafaiete	Metropolitana De Belo Horizonte	Centro
Raul Soares	Raul Soares	Raul Soares	Zona Da Mata	Mata
Recreio	Recreio	Recreio	Zona Da Mata	Mata
Recreio (Leopoldina)	Leopoldina	Leopoldina	Zona Da Mata	Mata
Ressaquinha	Ressaquinha	Ressaquinha	Campo Das Vertentes	Centro
Rezende Costa	Resende Costa	Resende Costa	Campo Das Vertentes	Centro
Rezende Costa	Resende Costa	Resende Costa	Campo Das Vertentes	Centro
Rio Acima	Rio Acima	Rio Acima	Metropolitana De Belo Horizonte	Centro
Rio Branco	Rio Branco	Visconde Do Rio Branco	Zona Da Mata	Mata
Rio Casca	Rio Casca	Rio Casca	Zona Da Mata	Mata
Rio Claro (Cidade)	Rio Claro (Cidade)	Carmo Do Rio Claro	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Rio Das Mortes	Rio Das Mortes	Barbacena	Campo Das Vertentes	Centro
Rio Espera	Rio Espera	Rio Espera	Zona Da Mata	Mata
Rio Novo	Rio Novo	Rio Novo	Zona Da Mata	Mata
Rio Novo (Cidade)	Rio Novo	Rio Novo	Zona Da Mata	Mata

Quadro 1 - Classificação dos municípios e regiões do estado de Minas Gerais

(continua)

Município (Nomenclatura Original)	Município (Nomenclatura Padronizada)	Município (Nomenclatura IBGE)	Região Geográfica - IBGE	Região Por 1937
Rio Paranaíba	Rio Paranaíba	Rio Paranaíba	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	Triângulo
Rio Pardo	Rio Pardo	Rio Pardo De Minas	Norte De Minas	Norte
Rio Pardo (Leopoldina)	Leopoldina	Leopoldina	Zona Da Mata	Mata
Rio Piracicaba	Rio Piracicaba	Rio Piracicaba	Metropolitana De Belo Horizonte	Centro
Rio Pomba	Rio Pomba	Rio Pomba	Zona Da Mata	Mata
Rio Preto	Rio Preto	Rio Preto	Zona Da Mata	Mata
S. Domingos Do Prata	São Domingos Do Prata	São Domingos Do Prata	Metropolitana De Belo Horizonte	Centro
S. Gonçalo De Sapucahy	São Gonçalo Do Sapucaí	São Gonçalo Do Sapucaí	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
S. Gonçalo Do Sapucaí	São Gonçalo Do Sapucaí	São Gonçalo Do Sapucaí	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
S. Gotardo	São Gotardo	São Gotardo	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	Triângulo
S. João Del Rei	São João Del Rei	São João Del Rei	Campo Das Vertentes	Centro
S. João Del Rey	São João Del Rei	São João Del Rei	Campo Das Vertentes	Centro
S. João D'elrey	São João Del Rei	São João Del Rei	Campo Das Vertentes	Centro
S. João D'el-Rey	São João Del Rei	São João Del Rei	Campo Das Vertentes	Centro
S. João Do Mutum	São Manuel Do Mutum	Mutum	Vale Do Rio Doce	Leste
S. João Evangelista	São João Evangelista	São João Evangelista	Vale Do Rio Doce	Leste
S. João Nepomuceno	São João Nepomuceno	São João Nepomuceno	Zona Da Mata	Mata
S. Joaquim Evangelista	São João Evangelista	São João Evangelista	Vale Do Rio Doce	Leste
S. José De Além Parahyba	S. José De Além Parahyba	Além Paraíba	Zona Da Mata	Mata
S. Lourenço	São Lourenço	São Lourenço	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
S. Manuel	São Manuel	Mutum	Vale Do Rio Doce	Leste
S. Manuel Do Mutum	São Manuel Do Mutum	Mutum	Vale Do Rio Doce	Leste
S. Paulo Muriahé	S. Paulo Muriahé	Muriaé	Zona Da Mata	Mata

Quadro 1 - Classificação dos municípios e regiões do estado de Minas Gerais

(continua)

Município (Nomenclatura Original)	Município (Nomenclatura Padronizada)	Município (Nomenclatura IBGE)	Região Geográfica - IBGE	Região Por 1937
S. Pedro Do Pequiry	S. Pedro Do Pequiry	Pequeri	Zona Da Mata	Mata
S. Pedro Muriahé	S. Pedro Muriahé	Muriaé	Zona Da Mata	Mata
S. Pedro Pequiry	S. Pedro Do Pequiry	Pequeri	Zona Da Mata	Mata
S. Romão	São Romão	São Romão	Norte De Minas	Norte
S. Sebastião (Curvello)	S. Sebastião (Curvello)	Curvelo	Central Mineira	Centro
S. Sebastião (Dôres)	S. Sebastião (Dôres)	Itabirito	Metropolitana De Belo Horizonte	Centro
S. Sebastião Do Paraíso	São Sebastião Do Paraíso	São Sebastião Do Paraíso	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
S. Tomaz De Aquino	São Tomaz De Aquino	São Tomás De Aquino	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
S. Gonçalo Do Sapucaí	São Gonçalo Do Sapucaí	São Gonçalo Do Sapucaí	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
S. Tomaz De Aquino	São Tomaz De Aquino	São Tomás De Aquino	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Sabará	Sabará	Sabará	Metropolitana De Belo Horizonte	Centro
Sabinópolis	Sabinópolis	Sabinópolis	Vale Do Rio Doce	Leste
Sacramento	Sacramento	Sacramento	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	Triângulo
Salinas	Salinas	Salinas	Norte De Minas	Norte
Santa Bárbara	Santa Bárbara	Santa Bárbara	Metropolitana De Belo Horizonte	Centro
Santa Barbara Matto Dentro	Santa Barbara Matto Dentro	Santa Bárbara	Metropolitana De Belo Horizonte	Centro
Santa Catarina	Santa Catarina	Lavras	Campo Das Vertentes	Centro
Santa Luiza Do Carangola	Santa Luiza Do Carangola	Carangola	Zona Da Mata	Mata
Santa Luzia	Santa Luzia	Santa Luzia	Metropolitana De Belo Horizonte	Centro
Santa Maria Do Suassuí	Santa Maria Do Suaçuí	Santa Maria Do Suaçuí	Vale Do Rio Doce	Leste
Santa Quitéria	Santa Quitéria	Lavras	Campo Das Vertentes	Centro
Santa Rita (Cidade)	Santa Rita Do Sapucaí	Santa Rita Do Sapucaí	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Santa Rita De Jacutinga	Santa Rita De Jacutinga	Santa Rita De Jacutinga	Zona Da Mata	Mata
Santa Rita De Sapucahy	Santa Rita Do Sapucaí	Santa Rita Do Sapucaí	Sul/Sudoeste De Minas	Sul

Quadro 1 - Classificação dos municípios e regiões do estado de Minas Gerais

(continua)

Município (Nomenclatura Original)	Município (Nomenclatura Padronizada)	Município (Nomenclatura IBGE)	Região Geográfica - IBGE	Região Por 1937
Santa Rita De Sapucahy	Santa Rita Do Sapucaí	Santa Rita Do Sapucaí	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Santa Rita Do Sapucaí	Santa Rita Do Sapucaí	Santa Rita Do Sapucaí	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Santo Antonio Do Machado	Santo Antonio Do Machado	Machado	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Santo Antonio Do Monte	Santo Antônio Do Monte	Santo Antônio Do Monte	Oeste De Minas	Oeste
Santos Dumont	Santos Dumont	Santos Dumont	Zona Da Mata	Mata
São Domingos Do Prata	São Domingos Do Prata	São Domingos Do Prata	Metropolitana De Belo Horizonte	Centro
São Francisco	São Francisco	São Francisco	Norte De Minas	Norte
São Gonçalo Do Sapucaí	São Gonçalo Do Sapucaí	São Gonçalo Do Sapucaí	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
São Gotardo	São Gotardo	São Gotardo	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	Triângulo
São João Del Rei	São João Del Rei	São João Del Rei	Campo Das Vertentes	Centro
São João Evangelista	São João Evangelista	São João Evangelista	Vale Do Rio Doce	Leste
São João Nepomuceno	São João Nepomuceno	São João Nepomuceno	Zona Da Mata	Mata
São Lourenço	São Lourenço	São Lourenço	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
São Manuel	São Manuel	Mutum	Vale Do Rio Doce	Leste
São Manuel Do Mutum	São Manuel Do Mutum	Mutum	Vale Do Rio Doce	Leste
São Romão	São Romão	São Romão	Norte De Minas	Norte
São Sebastião Do Paraíso	São Sebastião Do Paraíso	São Sebastião Do Paraíso	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Sapucahy	Sapucahy	Sapucaí-Mirim	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Serrania	Serrania	Serrania	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Serraria	Serraria	Juiz De Fora	Zona Da Mata	Mata
Sêrro	Serro	Serro	Metropolitana De Belo Horizonte	Centro
Sete Lagoas	Sete Lagoas	Sete Lagoas	Metropolitana De Belo Horizonte	Centro
Silvestre Ferraz	Silvestre Ferraz	Lavras	Campo Das Vertentes	Centro

Quadro 1 - Classificação dos municípios e regiões do estado de Minas Gerais

(continua)

Município (Nomenclatura Original)	Município (Nomenclatura Padronizada)	Município (Nomenclatura IBGE)	Região Geográfica - IBGE	Região Por 1937
Silvianópolis	Silvianópolis	Silvianópolis	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Sitio	Sitio	Juiz De Fora	Zona Da Mata	Mata
Sta. Rita Do Rio Abaixo	Sta. Rita Do Rio Abaixo	Ritópolis	Campo Das Vertentes	Centro
Teófilo Otoni	Teófilo Otoni	Teófilo Otoni	Vale Do Mucuri	Nordeste
Thébas	Leopoldina	Leopoldina	Zona Da Mata	Mata
Thebas (Leopoldina)	Leopoldina	Leopoldina	Zona Da Mata	Mata
Tiradentes	Tiradentes	Tiradentes	Campo Das Vertentes	Centro
Tiros	Tiros	Tiros	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	Triângulo
Tombos	Tombos	Tombos	Zona Da Mata	Mata
Tremedal	Tremedal	Monte Azul	Norte De Minas	Norte
Tres Corações	Três Corações	Três Corações	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Três Corações	Três Corações	Três Corações	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Três Pontas	Três Pontas	Três Pontas	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Trez Corações Do Rio Verde	Trez Corações Do Rio Verde	Três Corações	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Tupaciguara	Tupaciguara	Tupaciguara	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	Triângulo
Turvo	Turvo	Dores Do Turvo	Zona Da Mata	Mata
Turvo (Cidade)	Turvo	Dores Do Turvo	Zona Da Mata	Mata
Ubá	Ubá	Ubá	Zona Da Mata	Mata
Ubá (Cidade)	Ubá	Ubá	Zona Da Mata	Mata
Uberaba	Uberaba	Uberaba	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	Triângulo
Uberlândia	Uberlândia	Uberlândia	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	Triângulo
Varginha	Varginha	Varginha	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Viçosa	Viçosa	Viçosa	Zona Da Mata	Mata
Viçosa (Cidade)	Viçosa	Viçosa	Zona Da Mata	Mata
Viçosa (Teixeiras)	Viçosa	Viçosa	Zona Da Mata	Mata
Villa Itaúna	Villa Itaúna	Itaúna	Oeste De Minas	Oeste

Quadro 1 - Classificação dos municípios e regiões do estado de Minas Gerais

(conclusão)

Município (Nomenclatura Original)	Município (Nomenclatura Padronizada)	Município (Nomenclatura IBGE)	Região Geográfica - IBGE	Região Por 1937
Virgínia	Virgínia	Virgínia	Sul/Sudoeste De Minas	Sul
Virginópolis	Virginópolis	Virginópolis	Vale Do Rio Doce	Leste
Volta Grande	Volta Grande	Volta Grande	Zona Da Mata	Mata

Fonte: elaborado pela autora com base em: IBGE/DEE-MG (1939), IBGE (1986) e IBGE/DEE-MG (1957)

Quadro 2 - Classificação e nomenclatura atual das regiões geográficas de Minas Gerais

Classificação 1937	Classificação atual - IBGE
Mata	Zona da Mata
Centro	Metropolitana de Belo Horizonte
	Campo das Vertentes
	Central Mineira
Sul	Sul/Sudoeste de Minas
Oeste	Oeste de Minas
Nordeste	Jequitinhonha
	Vale do Mucuri
Triângulo	Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba
Norte	Norte de Minas
Noroeste	Noroeste de Minas
Leste	Vale do Rio Doce

Fonte: elaborado pela autora, com base em IBGE/DEE-MG (1939) e IBGE (2020).

Quadro 3 - Classificação dos ramos e setores da Indústria Manufatureira e Fabril

(continua)

Ramo Industrial (Nomenclatura Original)	Ramo Industrial (Nomenclatura Padronizada)	Setor Industrial (Por 1937)
Ácido Sulfúrico E Sulfato De Cobre	Ácido Sulfúrico E Sulfato De Cobre	Indústria De Produtos Químicos E Farmacêuticos
Açúcar (Refinação De)	Açúcar (Refinação De)	Indústria Da Alimentação
Adbos	Adbos	Indústria De Produtos Químicos E Farmacêuticos
Anúncio Luminosos	Anúncio Luminosos	Indústrias Diversas
Artefatos De Tecidos	Artefatos De Tecidos	Indústria De Fiação, Tecelagem E Artefatos De Tecidos
Artigo Para Fumantes	Artigo Para Fumantes	Indústria De Artigos Para Fumantes

Quadro 3 - Classificação dos ramos e setores da Indústria Manufatureira e Fabril

(continua)

Ramo Industrial (Nomenclatura Original)	Ramo Industrial (Nomenclatura Padronizada)	Setor Industrial (Por 1937)
Artigos Dentários	Artigos Dentários	Indústria De Produtos Químicos E Farmacêuticos
Artigos Para Fumantes	Artigo Para Fumantes	Indústria De Artigos Para Fumantes
Assucar (Usinas)	Assucar (Usinas)	Indústria Da Alimentação
Banha Preparada	Banha E Outros Produtos Porcinos	Indústria Da Alimentação
Banhas E Outros Produtos Porcinos	Banha E Outros Produtos Porcinos	Indústria Da Alimentação
Bebidas	Bebidas	Indústria Da Alimentação
Bebidas Alcoolicas E Gazozas	Bebidas	Indústria Da Alimentação
Bebidas E Vinagre	Bebidas	Indústria Da Alimentação
Bonés E Gôrros	Bonés E Gôrros	Indústria De Chapéus E Guarda-Chuvas
Brinquedos	Brinquedos	Indústrias Diversas
Café (Torrefação E Moagem De)	Café Torrado E Moído	Indústria Da Alimentação
Café Torrado E Moído	Café Torrado E Moído	Indústria Da Alimentação
Caixas E Malas De Papelão	Caixas E Malas De Papelão	Indústrias Diversas
Cal E Cimento	Fábricas De Artefactos De Cimento	Indústria De Olaria, Cerâmica E Marmoraria
Calçado	Calçados	Indústria De Couros E Seus Artefatos
Calçados	Calçados	Indústria De Couros E Seus Artefatos
Carimbos De Borracha	Carimbos De Borracha	Indústrias Diversas
Carpintarias	Carpintarias	Indústria Da Madeira
Cêra Para Assoalho	Cêra Para Assoalho	Indústria De Produtos Químicos E Farmacêuticos

Quadro 3 - Classificação dos ramos e setores da Indústria Manufatureira e Fabril

(continua)

Ramo Industrial (Nomenclatura Original)	Ramo Industrial (Nomenclatura Padronizada)	Setor Industrial (Por 1937)
Cerveja	Cerveja	Indústria Da Alimentação
Chapéus De Feltro, Lã, Etc.	Chapéus	Indústria De Chapéus E Guarda-Chuvas
Chapéu Para Homens	Chapéus	Indústria De Chapéus E Guarda-Chuvas
Chapéus E Guarda-Chuvas	Chapéus	Indústria De Chapéus E Guarda-Chuvas
Chapéus Para Senhoras	Chapéus	Indústria De Chapéus E Guarda-Chuvas
Charque E Produtos Conexos	Charque E Produtos Conexos	Indústria Da Alimentação
Cimento E Terra Para Fundição	Fábricas De Artefactos De Cimento	Indústria De Olaria, Cerâmica E Marmoraria
Cola	Cola	Indústria De Produtos Químicos E Farmacêuticos
Colchões E Travesseiros	Colchões E Travesseiros	Indústrias Diversas
Colla	Cola	Indústria De Produtos Químicos E Farmacêuticos
Confete E Serpentinhas	Confete E Serpentinhas	Indústrias Diversas
Curtumes (Couros E Peles)	Curtumes (Couros E Peles)	Indústria De Couros E Seus Artefatos
Doces	Doces	Indústria Da Alimentação
Doces - A) BALAS, BONBONS E CAMELOS	Doces	Indústria Da Alimentação
Doces - B) SORVETES	Doces	Indústria Da Alimentação
Doces - C) DOCES DE LEITE, DE FRUTAS, ETC.	Doces	Indústria Da Alimentação

Quadro 3 - Classificação dos ramos e setores da Indústria Manufatureira e Fabril

(continua)

Ramo Industrial (Nomenclatura Original)	Ramo Industrial (Nomenclatura Padronizada)	Setor Industrial (Por 1937)
Fábrica De Artefactos De Ferro Em Geral	Fábrica De Artefactos De Ferro Em Geral	Indústria Metalúrgica
Fábrica De Calçados	Fábrica De Calçados	Indústria De Couros E Seus Artefatos
Fábrica De Ferraduras E Foices	Fábrica De Ferraduras E Foices	Indústria Metalúrgica
Fábrica De Fogões,Fornos,Calhas E Outros Anexos	Fábrica De Fogões,Fornos,Calhas E Outros Anexos	Indústria Metalúrgica
Fábrica De Móveis Ascéticos	Fábrica De Móveis Ascéticos	Indústria Metalúrgica
Fábrica De Móveis De Aço	Fábrica De Móveis De Aço	Indústria Metalúrgica
Fábrica De Móveis E Outros Artefatos	Fábrica De Móveis E Outros Artefatos	Indústria Da Madeira
Fábrica De Pregos E Parafusos	Fábrica De Pregos E Parafusos	Indústria Metalúrgica
Fábrica De Tecidos	Fábrica De Tecidos	Indústria De Fiação, Tecelagem E Artefatos De Tecidos
Fábrica De Vassouras , Espanadores E Escovas	Fábrica De Vassouras, Espanadores E Escovas	Indústria Da Madeira
Fábricas De Artefactos De Cimento	Fábricas De Artefactos De Cimento	Indústria De Olaria, Cerâmica E Marmoraria
Fábricas De Artefactos De Metais Diversos	Fábricas De Artefactos De Metais Diversos	Indústria Metalúrgica
Fábricas De Espelhos	Fábricas De Espelhos	Indústria De Olaria, Cerâmica E Marmoraria

Quadro 3 - Classificação dos ramos e setores da Indústria Manufatureira e Fabril

(continua)

Ramo Industrial (Nomenclatura Original)	Ramo Industrial (Nomenclatura Padronizada)	Setor Industrial (Por 1937)
Fábricas De Máquinas E Utensílios Para Lavoura	Fábricas De Máquinas E Utensílios Para Lavoura	Indústria Metalúrgica
Fiação E Tecelagem	Fiação E Tecelagem	Indústria De Fiação, Tecelagem E Artefatos De Tecidos
Fitas Para Máquina De Escrever	Fitas Para Máquina De Escrever	Indústrias Diversas
Flores Artificiais	Flores Artificiais	Indústrias Diversas
Fogos De Artifício	Fogos De Artifício	Indústria De Produtos Químicos E Farmacêuticos
Formicida	Formicida	Indústria De Produtos Químicos E Farmacêuticos
Fumos Preparados	Fumos Preparados	Indústria De Artigos Para Fumantes
Fundição E Obras Sobre Metaes	Fundição E Obras Sobre Metaes	Indústria Metalúrgica
Garrafas E Garrafões	Garrafas E Garrafões	Indústria De Produtos Químicos E Farmacêuticos
Gelo	Gelo	Indústrias Diversas
Guarda-Chuvas	Guarda-Chuvas	Indústria De Chapéus E Guarda-Chuvas
Instrumentos De Musica	Instrumentos De Música	Indústrias Diversas
Instrumentos De Música	Instrumentos De Música	Indústrias Diversas
Lactíceos - Lactose	Laticínios, Manteiga E Queijos	Indústria Da Alimentação
Lactíceos - Leite Condensado	Laticínios, Manteiga E Queijos	Indústria Da Alimentação

Quadro 3 - Classificação dos ramos e setores da Indústria Manufatureira e Fabril

(continua)

Ramo Industrial (Nomenclatura Original)	Ramo Industrial (Nomenclatura Padronizada)	Setor Industrial (Por 1937)
Lacticíneos - Leite Em Pó	Laticínios, Manteiga E Queijos	Indústria Da Alimentação
Lacticínios - A) MANTEIGA	Laticínios, Manteiga E Queijos	Indústria Da Alimentação
Lacticínios - B) QUEIJOS DO REINO, PARMESÃO, PRATOS, ETC.	Laticínios, Manteiga E Queijos	Indústria Da Alimentação
Lacticínios - C) QUEIJO MINAS	Laticínios, Manteiga E Queijos	Indústria Da Alimentação
Lacticínios - D) CASEINA	Laticínios, Manteiga E Queijos	Indústria Da Alimentação
Lacticínios - E) GALATITE	Laticínios, Manteiga E Queijos	Indústria Da Alimentação
Ladrilhos	Ladrilhos	Indústria De Olaria, Cerâmica E Marmoraria
Laticínios	Laticínios	Indústria Da Alimentação
Latoarias	Latoarias	Indústria Metalúrgica
Machinas	Machinas	Indústria Metalúrgica
Madeira	Madeira	Indústria Da Madeira
Maisena	Maisena	Indústria Da Alimentação
Malas E Bolsas	Malas E Bolsas	Indústrias Diversas
Manteiga E Queijos	Manteiga E Queijos	Indústria Da Alimentação
Marmorarias	Olaria, Cerâmica E Marmoraria	Indústria De Olaria, Cerâmica E Marmoraria
Massas Alimentares	Massas Alimentares	Indústria Da Alimentação
Massas Alimentíceas	Massas Alimentares	Indústria Da Alimentação
Material De Transporte	Material De Transporte	Indústrias Diversas
Moagem De Cereais	Moagem De Cereais	Indústria Da Alimentação

Quadro 3 - Classificação dos ramos e setores da Indústria Manufatureira e Fabril

(continua)

Ramo Industrial (Nomenclatura Original)	Ramo Industrial (Nomenclatura Padronizada)	Setor Industrial (Por 1937)
Mobílias E Decorações	Mobílias E Decorações	Indústrias Diversas
Oficinas De Caldeireiro	Oficinas De Caldeireiro	Indústria Metalúrgica
Oficinas De Construção E Reparação De Veículos	Oficinas De Construção E Reparação De Veículos	Indústria Metalúrgica
Olaria, Cerâmica E Marmoraria	Olaria, Cerâmica E Marmoraria	Indústria De Olaria, Cerâmica E Marmoraria
Olarias E Cerâmicas	Olaria, Cerâmica E Marmoraria	Indústria De Olaria, Cerâmica E Marmoraria
Oleos E Resinas	Oleos E Resinas	Indústria De Produtos Químicos E Farmacêuticos
Óleos Vegetais	Óleos Vegetais E Sub- Produtos	Indústria De Produtos Químicos E Farmacêuticos
Óleos Vegetais E Sub-Produtos	Óleos Vegetais E Sub- Produtos	Indústria De Produtos Químicos E Farmacêuticos
Panificação	Panificação	Indústria Da Alimentação
Papel	Papel	Indústrias Diversas
Pasta Para Calçados	Pasta Para Calçados	Indústria De Produtos Químicos E Farmacêuticos
Perfumarias	Perfumarias	Indústria De Produtos Químicos E Farmacêuticos
Pregos	Pregos	Indústria Metalúrgica
Preparo De Couros	Preparo De Couros	Indústria De Couros E Seus Artefatos
Productos Ceramicos	Olaria, Cerâmica E Marmoraria	Indústria De Olaria, Cerâmica E Marmoraria
Produtos Farmacêuticos	Produtos Farmacêuticos	Indústria De Produtos Químicos E Farmacêuticos

Quadro 3 - Classificação dos ramos e setores da Indústria Manufatureira e Fabril

(continua)

Ramo Industrial (Nomenclatura Original)	Ramo Industrial (Nomenclatura Padronizada)	Setor Industrial (Por 1937)
Produtos Farmacêuticos - Humanos	Produtos Farmacêuticos	Indústria De Produtos Químicos E Farmacêuticos
Produtos Farmacêuticos - Veterinários	Produtos Farmacêuticos	Indústria De Produtos Químicos E Farmacêuticos
Produtos Siderúrgicos	Produtos Siderúrgicos	Indústria Metalúrgica
Produtos Veterinários	Produtos Farmacêuticos	Indústria De Produtos Químicos E Farmacêuticos
Refinarias De Assucar	Açúcar (Refinação De)	Indústria Da Alimentação
Resíduos De Algodão	Resíduos De Algodão	Indústrias Diversas
Sabão	Sabão	Indústria De Produtos Químicos E Farmacêuticos
Sabão E Velas	Sabão E Velas	Indústria De Produtos Químicos E Farmacêuticos
Sacos De Papel	Sacos De Papel	Indústrias Diversas
Selarias	Selarias	Indústria De Couros E Seus Artefatos
Sellins E Arreios	Sellins E Arreios	Indústria De Couros E Seus Artefatos
Serralherias	Serralherias	Indústria Metalúrgica
Serrarias	Serrarias	Indústria Da Madeira
Serrarias E Carpintarias	Serrarias E Carpintarias	Indústria Da Madeira
Tecelagem Doméstica	Tecelagem Doméstica	Indústria De Fiação, Tecelagem E Artefatos De Tecidos
Tintas	Tintas E Vernizes	Indústria De Produtos Químicos E Farmacêuticos
Tintas E Vernizes	Tintas E Vernizes	Indústria De Produtos Químicos E Farmacêuticos

Quadro 3 - Classificação dos ramos e setores da Indústria Manufatureira e Fabril

(conclusão)

Ramo Industrial (Nomenclatura Original)	Ramo Industrial (Nomenclatura Padronizada)	Setor Industrial (Por 1937)
Tipografias	Tipografias	Indústrias Diversas
Usina De Fundição De Tubos	Usina De Fundição De Tubos	Indústria Metalúrgica
Vassouras E Brochas	Fábrica De Vassouras, Espanadores E Escovas	Indústria Da Madeira
Velas De Cêra	Sabão E Velas	Indústria De Produtos Químicos E Farmacêuticos
Vinagre	Vinagre	Indústria Da Alimentação
Vinhos	Vinhos	Indústria Da Alimentação
Xarqueadas	Charque E Produtos Conexos	Indústria Da Alimentação

Fonte: elaborado pela autora com base em: IBGE/DEE-MG (1939), IBGE (1986) e IBGE/DEE-MG (1957).